



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**NA ROTA DOS CALÇADOS: a Vulcabrás Azaleia em Sergipe. Um
estudo das transformações no mundo do trabalho**

IGOR MACEDO REIS

São Cristóvão (SE)
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**NA ROTA DOS CALÇADOS: a Vulcabrás Azaleia em Sergipe. Um
estudo das transformações no mundo do trabalho**

IGOR MACEDO REIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tânia Elias Magno
da Silva

São Cristóvão (SE)
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ- REITORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

IGOR MACEDO REIS

NA ROTA DOS CALÇADOS: a Vulcabrás Azaleia em Sergipe. Um estudo das
transformações no mundo do trabalho

Dissertação julgada adequada para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia,
defendida e aprovada em __/__/__ pela
Banca Examinadora.

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Elias Magno da Silva- ORIENTADORA

Universidade Federal de Sergipe- PPGS/UFS

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves- EXAMINADOR INTERNO

Universidade Federal de Sergipe- PPGS/UFS

Prof. Dr. Romero Junior Venâncio Silva- EXAMINADOR EXTERNO

Universidade Federal de Sergipe- PPGF/UFS

São Cristóvão (SE)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

R375n Reis, Igor Macedo
Na rota dos calçados : a Vulcabrás Azaléia em Sergipe. Um estudo das transformações no mundo do trabalho / Igor Macedo Reis ; orientadora Tânia Elias Magno da Silva. – São Cristóvão, 2015.
122 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Sociologia industrial. 2. Sociologia do trabalho. 3. Desemprego. 4. Calçados – Indústria - Sergipe. 5. Mudança social. I. Silva, Tânia Elias Magno da, orient. II. Título.

CDU 316.334.23:685.34(813.7)

AGRADECIMENTOS

Um desafio enorme como escrever essa dissertação foi utilizar poucas páginas para agradecer às pessoas tão importantes nesse momento especial para a minha vida.

Início os meus agradecimentos por aquelas que sem sombra de dúvidas foram ao mesmo tempo mãe e pai nos momentos mais difíceis e também nas horas mais divertidas. Que sempre primaram pela minha educação. Obrigado Valdelice de Jesus Macedo (mãe), Maria Zilai Sousa (avó que nesse momento não mais se encontra presente em corpo, mas sempre estará me acompanhando por toda vida), e Maria Auxiliadora (Tia). O desejo de acreditar em outras possibilidades para esse mundo sem dúvida é fruto de todos os simples e mais profundos ensinamentos que me deram. Serei sempre grato e, acima de tudo, amarei sempre todas vocês.

Agradeço também os demais familiares, destacando as presenças marcantes da minha estimada irmã Iara Macedo, das minhas tias Marli Sousa e Rosa Macedo, do meu Tio Ademir Sousa, e também da minha prima Rosemeire Macedo. Eles sempre estiveram ao meu lado, meu muito obrigado.

É com extrema satisfação que agradeço a minha orientadora, Professora Tânia Magno. Destaco, além da sua paciência e disponibilidade, a forma como me ensinou a fazer Ciência sem proselitismo político e sem perder a crítica. Sempre com comentários instigantes, fazia-me pensar e repensar os meus estudos. Obrigado, Professora, pela sinceridade acadêmica, que me permitiu crescer a cada momento.

Agradeço também aos professores Rogério Proença, Péricles Andrade, Christine Jacquet e Fernanda Petrarca, pelos ótimos momentos que tivemos em sala de aula, momentos que ajudaram na minha formação até aqui. Quero agradecer também os professores Romero Venâncio e Alexandrina Luz, sem sombra de dúvidas tiveram nessas páginas contribuições valiosíssimas.

Aos meus colegas de curso, em especial há uma eterna amiga com quem aprendo a cada dia, muito obrigado, Cláudia Kathyuscia, pela fraternidade, pelo companheirismo, e também pela honestidade em sempre dizer tudo, até mesmo o que muitas vezes não era o que se queria ouvir. Isso demonstra toda a sua lealdade.

Os meus agradecimentos a vários amigos que contribuíram cada um a sua maneira nessa minha trajetória: Isabela Villares, Tarcizio Reis, Lázaro Ribeiro, Mara Fercho, Milla Janielle, Leomir Hilário, Leonardo Dias, Luige Oliveira, Maria Sacramento, Cristiane Montalvão, Vagner Castro, Eusébio Santana. Meu muito obrigado a todos e todas!

Agradeço também à coordenação e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia por terem sido sempre solícito nos meus pedidos.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço a essa instituição pelo apoio financeiro.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo uma análise da mobilidade da empresa de calçados Vulcabrás Azaleia, sua origem histórica, seus desdobramentos até a chegada em Sergipe e o fechamento de três das suas quatro unidades fabris no Estado (Carira, Lagarto e Ribeirópolis). Examinamos as transformações no mundo do trabalho e até que ponto elas corresponderam (ou não) para a expansão e retração do setor industrial calçadista em Sergipe. Foram abordados como temas teóricos: a análise da categoria trabalho; as formas de relação de produção, tendo o Fordismo e a “acumulação flexível” como parâmetros de análises. Ademais, fizemos uso da categoria analítica Crise Estrutural desenvolvida por István Mészáros, que nos possibilitou a entender o porquê do fechamento das fábricas e, conseqüentemente, o desemprego que atingiu os trabalhadores da Azaleia no interior de Sergipe. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas semiestruturadas, anotações de campo e pesquisa documental que possibilitaram a construção do *corpus* empírico, em que podemos destacar alguns resultados: desmobilização política; impactos socioeconômicos; formação de uma classe trabalhadora recém-saída do campo. Concluindo-se que a mobilidade de capital potencializa economicamente regiões em que o setor industrial não existia, e ao mesmo tempo funda uma massa de trabalhadores cada vez mais precarizada, por fatores da sua própria gênese, como a falta de uma tradição sindicalista, a baixa escolaridade contingencial e a ajuda do Estado como fomentador de políticas voltadas para o capital privado em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Palavras-chave: crise estrutural, desemprego estrutural, mobilidade de capital, trabalho, transformações.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the mobility of the shoe company Vulcabrás Azaleia, its historical origin and its development until the arrival in Sergipe and the closure of three of its four plants in the state (Carira, Lagarto and Ribeirópolis). We examine the changes in the labor market and the extent to which they corresponded (or not) for the expansion and retraction of the footwear industry in Sergipe. Theoretical issues discussed included: an analysis of class work; forms of production relation, with Fordism and the "flexible accumulation" as analysis parameters. In addition, we made use of analytical category Structural Crisis developed by István Mészáros, which enabled us to understand why the closure of factories and consequently unemployment that reached Azaleia workers inside Sergipe. It is a qualitative research, carried out through semi-structured interviews, field notes and documentary research that enabled the construction of empirical corpus, in which we highlight some results: political demobilization; socio-economic impacts; formation of a working class just to leave the field. Concluding that the mobility of capital economically enhances areas where the industry did not exist, and at the same time founded a mass of workers increasingly precarious, by factors of its own genesis as the lack of a union tradition, low contingent education and state aid to developers of policies for private capital to the detriment of the interests of workers.

Keywords: structural crisis, structural unemployment, mobility of capital, labor, transformations.

INTRODUÇÃO.....	p. 09
I – CAPÍTULO.....	p. 17
AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	
1.1 Em defesa da categoria Trabalho.....	p. 17
1.2 Fordismo e toyotismo, rupturas e continuidades.....	p. 26
1.3 Da incontrolabilidade do capital a crise estrutural.....	p. 40
II – CAPÍTULO.....	p. 47
NA ROTA DOS CALÇADOS	
2.1 – O que é, e o que representa a Vulcabrás Azaleia.....	p. 47
2.2 – Com a cara do Brasil, com os olhos de quem vê!.....	p. 57
2.3 – Nordeste: Mobilidade de capital para a consolidação dos calçados.....	p. 61
2.4 – Trabalhadores dos calçados de pés no chão.....	p. 73
III- CAPÍTULO.....	p. 79
A VULCABRÁS AZALEIA EM SERGIPE: CONSOLIDAÇÃO E SAÍDA DE CAPITAL	
3.1 - Sergipe, uma economia “periférica”	p. 80
3.2- Sergipe dentro do circuito de mobilidade de capital da Vulcabrás Azaleia.....	p. 82
3.3 – Semeadores e Ladrilheiros: A Vulcabrás Azaleia em contato com os trabalhadores interioranos	p. 90
3.4 – Fuga de capital: Algumas notas sobre as consequências do fechamento de fábricas da Vulcabrás Azaleia em Sergipe.....	p. 101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 110
REFERÊNCIAS.....	p. 114

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como problemática a mobilidade de capital que a indústria de calçados Vulcabrás Azaleia proporcionou, seja pela sua chegada como também pelo fechamento de três das suas quatro instalações no estado de Sergipe.

A escolha da temática se deu após o anúncio do diretor geral da empresa, que declarava o fechamento das portas da maioria das fábricas da Vulcabrás Azaleia. Apesar dos esforços do então governador do Estado Jackson Barreto para que as instalações continuassem, prometendo aumentar os incentivos fiscais, o diretor geral alegou que a concorrência com o mercado chinês estava acirrada e em desvantagem, pois os produtos vindos da China eram bem mais baratos para os consumidores¹.

A partir desse impasse entre Capital (Vulcabrás Azaleia) e Estado (Governo de Sergipe), algumas inquietações me ocorreram, dentre elas: por quais motivos uma empresa recusaria a manter-se num local após o compromisso assumido pelo Governo em baratear ainda mais o custo de manutenção de suas instalações? A resposta da empresa para esta pergunta é dada em função do mercado chinês que adentrou em Sergipe; entretanto, o número de produção voltado para o Estado é irrisório se comparado com a exportação para o resto do país e até mesmo para o exterior²; a Vulcabrás Azaleia estaria sempre em competição com os produtos chineses em qualquer parte do mundo. Então, quais seriam os reais motivos para o fechamento de suas fábricas? Em meio a essa relação entre Capital e Estado, como reagiram os trabalhadores da região após o anúncio da saída das fábricas?

Partimos da hipótese de que a busca incontrollável do capital pela lucratividade leva a empresa a territórios antes não industrializados. A partir dessa mobilidade, a exploração da força de trabalho torna-se cada vez mais facilitada, já que o poder de mobilização política dos novos operários é limitado devido à falta de experiência no mundo do trabalho. Atraída pela novidade das fábricas, pela possibilidade de obterem um emprego formal com todas suas benesses, essa mão-de-obra é mais vulnerável às investidas do capital. No entanto, quando a lucratividade pode

¹ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,vulcabras-compra-fabrica-na-india,63168e>. Acessado em 15/08/2014

² Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/998/noticias/assim-fica-difícil-competir>. Acessado em 19/07/2014.

ser atingida em outros lugares, a “fuga de capitais” é imediata, causando estragos nos locais abandonados, devido aos altos índices de desemprego.

Com o fechamento da Azaleia decretado, mais de 2000 mil operários perderam seus postos de trabalho. As fábricas ficavam no interior do estado de Sergipe, em cidades que eram movidas economicamente pelas suas instalações. A perda não foi só do emprego daqueles que lá viviam, mas também da venda no comércio, ou seja, com as demissões os trabalhadores perderam a capacidade de compra – o número de funcionários da empresa que frequentavam a região também impulsionava as vendas no comércio.

A relevância desse estudo permitirá aos pesquisadores do campo sociológico – que se interessam pelo estudo das relações de produção em Sergipe – a análise das indústrias dentro de uma perspectiva que procura desenvolver outros aspectos do sistema fabril, pois não fica presa apenas ao chão da fábrica. Nesse sentido, os pesquisadores interessados no mundo do trabalho terão um estudo voltado para compreensão da relação estabelecida entre o Capital, Estado e Trabalho.

Para a comunidade acadêmica da UFS/PPGS, este estudo é importante, pois possibilita a compreensão do mundo do trabalho, cuja premissa é a relação dialógica entre os campos de saberes das humanidades: Geografia, Filosofia, História, Economia. A Sociologia, obviamente, é a norteadora de todas as questões, sem, no entanto, perder noção de totalidade para o desenvolvimento científico.

Diante dessas considerações, sistematizamos as nossas ideias em torno de um objetivo geral: a análise do processo de mobilidade de capital da indústria de calçados Vulcabrás Azaleia na relação entre a sua chegada e fechamento da maioria das suas fábricas no estado de Sergipe.

A partir desse objetivo geral, estabelecemos alguns objetivos específicos: (1) estudamos de que forma os trabalhadores receberam e reagiram a notícia do fechamento das fábricas; (2) analisamos os aspectos relacionados ao mundo do trabalho no âmbito mundial procurando entender os nexos que possivelmente poderiam influenciar na relação do fechamento de várias fábricas da Vulcabrás Azaleia em Sergipe; (3) analisamos o desenvolvimento histórico das indústrias de calçados no Brasil e a sua mobilidade para a região Nordeste.

Para atingir os objetivos desta pesquisa foram formuladas algumas questões que perpassaram todas as entrevistas realizadas. São indagações amplas que

possibilitaram uma compreensão abrangente do que nos proporcionamos a estudar: (1) qual a importância que a fábrica Vulcabrás Azaleia representava para a vida dos trabalhadores e dos moradores da região? (2) após o seu fechamento como ficou o cotidiano desses trabalhadores e dos municípios onde as fábricas tinham sido instaladas?

Este estudo busca o concreto do mundo do trabalho em Sergipe, sua determinação colocada e imposta pela (e na) cadeia produtiva. Assim, compete a esta pesquisa o desvelamento do mundo concreto do operariado fabril em Sergipe, por meio de aproximações sucessivas, dos relatos dos trabalhadores em relação ao fechamento das fábricas.

Procurando o concreto, foi possível encontrar as múltiplas determinações do nosso estudo, pois:

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto (MARX, 2003, p. 248).

Para tanto, realizamos entrevistas semiestruturadas, além de conversas “informais”³ estabelecidas com os operários(as) locais que estiveram vinculados à Vulcabrás Azaleia no período de seu fechamento, pois entendemos que “o recurso às entrevistas obriga a apreender junto a relação com o trabalho, com a formação, com a política, com o futuro, e não a delimitar os diferentes campos de existência” (BEAUD; PIALOUX, 2009, p. 307). Nessa compreensão, partimos da noção de que,

Ao contrário de qualquer abordagem sob o critério gnosiológico, em que um pré-discurso nesse diapasão pretende fundamentar o discurso propriamente dito a respeito do objeto, no pensamento marxiano o tratamento ontológico dos objetos, sujeito incluso, não só é imediato e independente, como autoriza e fundamenta o exame da problemática do conhecimento. O exame desta é que depende de critério ontológico, é só por meio deste é que pode ser

³ Essas conversas “informais” têm um fino trato com o que Mills (2009) tão bem caracterizou como um artesanato intelectual do pesquisador. Essas conversas são de suma importância para entendermos os impactos dos fechamentos das fábricas em três municípios sergipanos: Lagarto, Ribeirópolis e Carira.

percebida em seu lugar próprio e na malha das relações devidas que propiciam sua adequada investigação (CHASIN, 2009, p. 101).

A partir dessa perspectiva foram feitas dez entrevistas com trabalhadores de três municípios onde a Vulcabras/Azaleia estava instalada (Ribeirópolis, Lagarto e Carira), bem como duas entrevistas com dois sindicalistas, um ligado ao setor da indústria de confecções, o Sinditêxtil, e outro sindicalista do setor de calçados (Sindcafit).

As entrevistas realizadas com os operários tiveram como intuito analisar a percepção dos mesmos em relação ao processo de manutenção e de saída das fábricas dos municípios. Por sua vez, as entrevistas com os sindicalistas foram feitas com a intenção de analisar quais as medidas tomadas pelos sindicatos perante a questão do fechamento das fábricas.

Esta pesquisa foi operacionalizada no contato com documentos, a partir de jornais impressos e eletrônicos, como também com dados secundários sobre as indústrias de calçados.

Por fim, procuramos desenvolver a nossa pesquisa tendo como princípio a noção de que o objeto pesquisado necessita não apenas de dados que expressam a sua aparência fenomênica, mas também de reflexões que permitam a busca dos nexos que expressam a essência do objeto.

Marx parte do princípio de que o ser social efetivamente existe, e o fato de ele ser ou não ser compreendido de maneira correta é um problema da teoria e não necessariamente do objeto que esta última procura contemplar; por outro lado cabe ao método reproduzir, da forma mais adequada possível, esse complexo no pensamento (RANIERI, 2011, p. 140).

Não obstante, todo empreendimento teórico não pode ajustar-se adequadamente ao real se, nessa adequação, não for respeitado o fato de que a realidade compõe-se de empiria e reflexão.

Após a II Guerra Mundial, o capitalismo vivenciou anos ditos “gloriosos”, tanto para burguesia quanto para a classe trabalhadora. Principalmente na Europa e nos Estados Unidos, onde emergiu o chamado “Estado de bem estar social”⁴, fundado não

⁴ “Basicamente, trata-se de um modelo de governo em que a iniciativa pública, por meio dos aparelhos estatais, é concebida como pilar fundamental não apenas nas áreas de saúde, educação e segurança, mas também quanto às políticas previdenciárias, de emprego e de renda da classe trabalhadora; no âmbito do mercado, o Estado assume ainda o papel de um agente essencial na condição do desenvolvimento econômico, seja através de intervenções reguladoras nas políticas comerciais, financeiras e industriais,

por concessão da burguesia, mas por uma árdua luta dos trabalhadores, e ao mesmo tempo também pela “ameaça comunista” vindo da extinta União Soviética.

Foram anos em que Capital e Trabalho viveram momentos de uma aparente trégua, pois o operariado conseguiu elevar o seu padrão de vida, profundamente marcados por leis protecionistas garantidas pelo Estado de Direito. No processo de produção, mais precisamente no chão da fábrica, o saber-fazer do operariado era caracterizado pela produção em série – o Fordismo.

No entanto, com as várias crises de superprodução que o sistema sociometabólico do capital vivenciou durante esse período, era necessário repensar o desenvolvimento das forças produtivas.

Assim como no passado, o presente também buscou seu modelo de desenvolvimento dos processos produtivos a partir da empresa automobilística, e o modelo nipônico ou Toyotista se estabeleceu em grande parte das indústrias.

Porém, a amplitude dessas transformações recentes vai para além dos seus aspectos técnicos. Tanto no que tange a louvar ou a denunciar esses aspectos, os mesmos temas se colocam sem cessar: tecnologia de informação e comunicação, mundialização ou globalização, financeirização, mercados, neoliberalismo, fim do Estado-providência, desgaste dos Estados-nação, flexibilidade, precariedade, estabilidade de preços, instabilidade financeira, novo crescimento etc. (ARRIGHI, 1996, SENNETT, 2010; ANTUNES, 2008; ALVES, 2000, BAUMAN, 2001; CHESNAIS, 1996).

Em relação às linhas de produção, o novo modelo procurou enxugar o chão da fábrica, elevando o trabalho morto (automação) a um patamar jamais visto pelo sistema do capital e provocou uma mudança quantitativa na esfera produtiva, levando a uma diminuição considerável da classe operária.

Essas metamorfoses no mundo do trabalho induziram a maioria dos pesquisadores a tentarem responder o que de fato estava acontecendo na sociedade capitalista. Teria ela mudado a sua forma e conteúdo – disseram sim Lévi e Duménil (2003), Wallerstein (2002), Sennett (2010) –, ou estaríamos vivenciando processos de experiências de acumulação capitalista nos mesmos moldes do passado, porém mais

seja constituindo empresas em pontos estratégicos das cadeias produtivas. No Brasil, embora com diversas particularidades com relação às experiências dos países capitalistas centrais, denominou-se esse estilo de política estatal como sendo ‘desenvolvimentista’, tendo vigorado, grosso modo, no período entre as décadas de 1930 e de 1980” (PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão popular, 2010).

intensificado na forma de exploração da força de trabalho (ANTUNES, 1999; ALVES, 2000; LESSA, 2007)?

Procuramos dialogar teoricamente com ambas as perspectivas, buscando nelas questionamentos que consideramos importantes, sem com isso abraçar nenhum posicionamento eclético na interpretação; e também dar voz ao que a realidade nos mostra, enfatizando o caráter particular que a mobilidade de capital das indústrias de calçados – mais precisamente da Vulcabrás Azaleia – apresenta na realidade concreta do seu movimento.

As categorias analíticas centrais⁵ que perpassarão toda nossa dissertação são as seguintes:

O primeiro conceito são as *metamorfoses do mundo do trabalho*, que possibilitaram entender os processos de complexidade da classe trabalhadora, como a desproletarização do trabalho industrial, ou seja, diminuição da classe operária industrial ao mesmo tempo em que há um grande aumento de trabalhadores assalariados; paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se também uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, cada vez mais independente das habilidades do operador das máquinas (ANTUNES, 2008; CASTEL, 1998; BIHR, 1998).

O segundo conceito é o *Toyotismo*, que permitiu compreender o processo de produção vigente no capitalismo contemporâneo e ajudou a desvelar sobre o concreto real da atual sociabilidade do mundo industrial. Segundo alguns autores (ANTUNES, 2009; ALVES, 2000), o toyotismo é considerado a mais radical experiência de organização social da produção de mercadorias, voltada e conduzida diretamente para a demanda, onde o trabalhador opera várias máquinas ao mesmo tempo. Dessa forma, reduz o número de operários e aumenta o número de horas extras.

Servindo de complemento às outras duas categorias analíticas – o seu desenvolvimento é decorrente de todas as transformações ocorridas com as forças produtivas – está a noção de *crise estrutural e incontrolabilidade do capital*, ambos os conceitos do pensador húngaro István Mészáros (2002). Apesar desses conceitos se referirem à meta-narrativa construída com chaves analíticas de uma perspectiva de

⁵ Não estamos retirando a possibilidade de que a pesquisa de campo não venha a nos evidenciar outras categorias analíticas; o que estamos fazendo neste caso é lançarmos categorias apriorísticas que aparecem nos estudos relacionados ao universo teórico e que pretendemos “capturar” empiricamente. Portanto, não enquadraremos nossa realidade ao arsenal teórico, mas sim, procuraremos abrir ainda mais o leque de possibilidades de análise que os dados primários venham por acaso nos apresentar.

totalidade, eles possibilitarão compreender quais as conexões entre o que vem acontecendo mundialmente e sua eclosão na fábrica Vulcabrás/Azaleia – trata-se de um desafio enorme de instrumentalização dos conceitos a fim de entender um caso específico do menor Estado da Federação brasileira, e de uma empresa que não se encontra presente nas análises do autor.

Por crise estrutural entendemos uma crise que “afeta a totalidade de um complexo social, em todas as suas relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também com outros complexos aos quais é articulado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Por sua vez, a incontrolabilidade do capital seria o reflexo da crise estrutural, pois se trata de algo inerente que está vinculado ao modo sociometabólico entre capital e trabalho – mesmo com as intervenções de uma política de Estado, torna-se impossível controlar o capital, em sua lógica interna, suas necessidades de expansão a todo custo, o torna incontrolável (MÉSZÁROS, 2002).

Para Harvey (2009), o conceito de *deslocamento* refere-se à forte expansão do capital ocorrida na década de 1950 para regiões do mundo onde existia pouco desenvolvimento das forças produtivas. O intuito era, além de expandir o capital, buscar a força de trabalho de menor custo. No entanto, buscamos substituir esse conceito – no intuito de desenvolver melhor o que propomos estudar – por *mobilidade de capital*, que representa, a nosso ver, as peculiaridades da movimentação das indústrias dentro do seu próprio território com a mesma lógica das multinacionais do mundo. As peculiaridades do caso estudado são a competição com o mercado chinês, o uso dos incentivos fiscais do Estado, a “desqualificação” da mão de obra. Essas questões das grandes indústrias que – Harvey pondera – deslocam-se para a periferia do capitalismo, não são as preocupações centrais das mesmas.

No intuito de não compreendermos o nosso objeto abstratamente, concordamos plenamente com a afirmativa de Sennett em que aponta para a necessidade de compreendermos um caso específico através de ideias já existentes sobre a temática: “uma ideia precisa suportar o peso da experiência concreta, senão se torna mera abstração” (2010, p. 11). Ou ainda, concordamos com Moishe Postone, pensador marxista que procurou entender os limites e as potencialidades do pensamento marxiano:

Se uma teoria, como a de Marx, que critica a sociedade e pressupõe que as pessoas são constituídas socialmente, pretende permanecer consistente, ela

não pode partir de um ponto de vista que, implícita ou explicitamente, se declare exterior ao seu próprio universo social; pelo contrário, ele deve ser inserido no seu contexto. Essa teoria é uma crítica social imanente; não pode assumir uma posição normativa extrínseca àquela que investiga (que é o contexto da própria crítica) – de fato, ela deve considerar espúria a própria noção de um ponto de vista descontextualizado, arquimediano. Os conceitos usados por essa teoria social devem estar relacionados aos seus conceitos. Quando esse contexto é, ele próprio, o objeto de investigação, a natureza desses conceitos está intrinsecamente ligada à natureza do seu objeto. Isso quer dizer que uma crítica imanente não julga criticamente o que “ser” de uma posição conceitual externa ao seu objeto – por exemplo, um “dever ser” transcendente. Pelo contrário, ela tem de ser capaz de localizar esse “dever ser” como uma dimensão de seu próprio contexto, como uma possibilidade imanente à sociedade existente. Essa crítica tem de ser também imanente no sentido de ser capaz de se compreender reflexivamente e basear a possibilidade de sua própria existência na natureza do seu contexto social. Ou seja, espera-se que seja internamente consistente, ela deve ser capaz de basear seu próprio ponto de vista nas categorias sociais com as quais ela entende o seu objeto e não simplesmente postular ou admitir esse ponto de vista (2014, p. 109).

A análise dos aspectos relacionados às metamorfoses do mundo do trabalho a partir da abordagem empírica da indústria de calçados Vulcabrás Azaleia está dividida em três capítulos. O primeiro faz uma revisão da literatura sobre a problemática que envolve o mundo do trabalho e tem por objetivo buscar os princípios teóricos realizados sobre o tema em análise, para que possa subsidiar a análise desta pesquisa.

O segundo capítulo analisa o desenvolvimento histórico da indústria de calçados no Brasil, cuja abordagem principal é o processo de mobilidade de capital que essas indústrias atravessaram (principalmente o deslocamento das suas fábricas para o Nordeste).

No terceiro e último capítulo será apresentada a chegada da Vulcabrás Azaleia em Sergipe, apresentando o que motivou a sua entrada no Estado, e procurando mostrar como e porque a empresa fechou as portas da maioria de suas fábricas. O terceiro capítulo abordará também como o operariado (o elo mais fraco) ficou após a perda dos seus empregos.

1 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo tem como objetivo traçar uma compreensão teórico-histórica dos processos de trabalho ao estabelecer três propositivas que nos ajudou a analisar o nosso material empírico em suas múltiplas determinações e por meio da sua totalidade.

No primeiro momento, procuramos constituir a noção tão criticada da categoria Trabalho – na realidade, essa categoria continua sendo um dos complexos mais importantes para se entender as dinâmicas da sociedade capitalista. A categoria Trabalho nos permitiu analisar uma pequena fração do operariado sergipano, sem nos limitarmos apenas na sua causalidade.

Aprofundamos sobre os processos produtivos que mais tiveram impacto socioeconômico dentro do capitalismo: o Fordismo e o Toyotismo, passando pela noção de “acumulação flexível”. Revisitar o Fordismo foi necessário, pois as suas consequências se fazem presentes ainda em muitos setores fabris – o de calçados continua a ser um deles. Todavia, a crise deste setor estabeleceu novas formas de produção que não eliminaram a essência anterior, mesclando novas fórmulas com antigas condições de extração de mais-valia.

Esse capítulo procurou estudar o porquê dessas metamorfoses do mundo do trabalho ocasionarem o desenvolvimento de uma crise de grandes proporções, que afeta não só o cotidiano fabril, mas todos os complexos da vida social. A compreensão dessa crise estrutural permitiu-nos entender que o fechamento de fábricas da Azaleia no interior sergipano não é fruto apenas de medidas paliativas da empresa em relação à “crise econômica”. Mas é também fruto da incontrollabilidade do sistema sociometabólico do capital, que se acelera a cada dia, provocando e impulsionando essa crise estrutural.

1.1 EM DEFESA DA CATEGORIA TRABALHO

O ponto de partida é a *teoria materialista da história*, a saber, de como os homens realizam e pensam suas atividades diárias para a manutenção das suas vidas: “E falar da teoria materialista é, portanto falar de Marx. E falar de Marx é falar de relações humanas do ponto de vista da produção e reprodução da vida, ou seja, falar de trabalho e também da natureza” (RANIERI, 2011, p. 127).

Por materialismo histórico – é importante deixarmos isso claro – não entendermos uma teoria que coloca os interesses materiais dos homens enquanto motivação real do Ser Social. Essas afirmações são baseadas em equívocos. Sendo que,

O materialismo histórico não é de forma alguma uma teoria psicológica; ele alega que a forma por que o homem produz determina o seu pensamento e seus desejos, e não que os seus desejos principais sejam os de máximo ganho material. A economia, neste contexto, refere-se não a um impulso psíquico, mas ao modo de produção; não a um fator subjetivo, psicológico, porém objetivo e econômico-sociológico (FROMM, 1983, p. 22).

A interpretação materialista ou econômica da história nada tem a ver com um suposto impulso material humano. Ela significa que os homens reais são o tema da história e da compreensão das suas leis, e que, “para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e alguma coisa a mais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Então, “o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Na teoria marxista o ser humano constrói e faz a história.

Essa história esta interligada com o modo de produção e consequentemente com a organização social que irá “determinar” o homem, suas ideias e seus interesses sem deixar de receber, como definiu Lukács (2010), influências dos aspectos imateriais (ideologia, valores de mundo, aspectos ético-estéticos, etc.). Para Marx, as instituições estariam enraizadas no modo de produção e nas forças produtivas (MARX apud FROMM, 1983).

No capitalismo, um dos principais incentivos pode ser o desejo de dinheiro e propriedade; em outras condições econômicas podem produzir desejos opostos, como ascetismo e desprezo pelas coisas terrestres (FROMM, 1983). Não há em Marx um determinismo, ele desenvolve sua teoria a partir do contexto histórico de cada época. Embora ressalte que o motor de toda a história é movido pela luta entre classes.

A essência do método do materialismo histórico não pode ser separada da “atividade crítica e prática” do proletariado: ambos são momentos do mesmo processo de evolução da sociedade. Assim, o conhecimento da realidade produzido pelo método dialético é igualmente inseparável da perspectiva de classe do proletariado (LUKÁCS, 2003, p. 98).

Este estudo tem como categoria central o trabalho, entendendo tal qual Marx a elaborou: faculdade em que se objetiva toda e qualquer realização da nossa atividade humana; seu produto é a apropriação da natureza. Assim, o trabalho determina o conjunto de nossas atividades, satisfazendo todas as nossas necessidades (MARX, 1983).

No entanto, a noção de trabalho teve durante o século XX e início do século XXI muitas interpretações divergentes da noção marxiana, bem como algumas reinterpretações.

Bauman, por exemplo, inicia suas reflexões sobre a liquidez da modernidade atacando um dos seus pilares, o trabalho:

Quaisquer que tenham sido as virtudes que fizeram o trabalho ser elevado ao posto de principal valor dos tempos modernos, sua maravilhosa, quase mágica, capacidade de dar forma ao informe e duração ao transitório certamente está entre elas. Graças a essa capacidade, foi atribuído ao trabalho um papel principal, mesmo decisivo, na moderna ambição de submeter, encilhar e colonizar o futuro, a fim de substituir o caos pela ordem e a contingência pela previsível (e, portanto controlável) sequência de eventos. Ao trabalho foram atribuídas muitas virtudes e efeitos benéficos, como, por exemplo, o aumento da riqueza e a eliminação da miséria; mas subjacentes a todos os méritos atribuídos estava sua suposta contribuição para o estabelecimento da ordem, para o ato histórico de colocar a espécie humana no comando de seu próprio destino (BAUMAN, 2001, p. 157).

Nesses termos, Bauman partia da crítica ao trabalho, porém sem considerá-lo nos seus aspectos ontológicos e dialéticos. Para ele, o trabalho só possui formas degradantes para os indivíduos que exercem a atividade, pois com o esfacelamento da modernidade, morreram com ela as referências advindas do mundo do trabalho, já que esse mundo é pautado na crença do progresso.

O trabalho escorregou do universo da construção da ordem e controle do futuro em direção do reino do jogo; atos e trabalho se parecem mais com as estratégias de um jogador que se põe modestos objetivos de curto prazo, não antecipando mais que um ou dois movimentos (BAUMAN, 2001, p. 159).

André Gorz (1982) observou que houve nas últimas décadas um aumento considerável do trabalho morto sobre o trabalho vivo⁶, e com ele toda impossibilidade e

⁶ Trabalho morto é todo o incremento tecnológico no interior da fábrica, o aparecimento da robótica, e outras tecnologias afins. Trabalho vivo refere-se a maior participação do operariado na construção da mercadoria.

ações decorrentes das forças sociais do trabalhador. Essas transformações comprovadas nos seus estudos estariam levando ao fim o proletariado.

Em concordância com Gorz e acrescentando outras questões, Claus Offe demonstra que as mudanças no mundo fabril se deram também devido ao aumento do setor de serviços, e aponta que esse fato levou a uma retração da classe trabalhadora. O setor de serviço não é pautado pelo cálculo capitalista e nem pela mesma racionalidade do capital privado. Para ele,

O trabalho em serviços se distingue do trabalho na produção de bens, na medida em que ele não dispõe de um claro e inquestionado critério de economicidade, a partir do qual se possa derivar estrategicamente o tipo, o volume, o local e o momento de sua oferta, e isso porque diversos serviços gerados em organizações públicas e mesmo por meio de “funcionários” em empresas privadas resultam quando muito em “utilidades” concretas, mas em “rendimento” monetário (OFFE, 1989, p. 23).

Partindo dos estudos tanto de Gorz quanto de Offe, Habermas (2012) os complementa por ir além das concepções de ambos. Ele ultrapassa uma questão que para muitos tem caráter apenas economicista: o fazer da tipologia weberiana entre *razão instrumental* e *razão comunicacional*, em que a primeira razão é dada pelo trabalho assalariado que cria valor, e a segunda dá-se pela esfera da intersubjetividade.

Para Habermas, as transformações sociais estão, hoje, mais ligadas ao mundo da vida ou das relações intersubjetivas do que ao mundo do trabalho ou das forças produtivas. O teórico alemão evidencia que as fábricas realmente passam por grandes processos de mudanças (HABERMAS, 2012).

Ao ponderar o que Habermas diz do alto processo de flexibilidade, Sennett expõe a categoria nos termos da relação subjetiva, encarando o Trabalho como algo que de fato não só explora, mas também corrói o caráter do trabalhador:

Essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado de trabalho, e também as palavras que empregamos para ele. “Carreira”, por exemplo, significava originalmente, na língua inglesa, uma estrada para carruagens, e, como acabou sendo aplicada ao trabalho, um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida inteira. O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro (SENETT, 2010, p. 09).

Divergindo dos quatro autores citados acima, mas concordando que o mundo fabril passa por grandes transformações, Robert Kurz (1996), compreende que

essas transformações estão realmente acontecendo, mas não no *trabalho concreto*, e sim com o *trabalho abstrato*. Para Kurz (1996), a redução do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto impossibilita as mudanças sociais no setor produtivo de mercadorias, posto que

O trabalho vivo aparece apenas como expressão do trabalho morto que tornou-se independente, e o produto concreto, sensível, como expressão da abstração inerente ao dinheiro. Os recursos humanos e materiais (força de trabalho, instrumentos, máquinas, matérias-primas e materiais) deixam de ser simples componentes de “metabolismo entre os homens e a natureza”, que serve para a satisfação das necessidades. Passaram a servir apenas para a auto-reflexão tautológica do dinheiro como “mais dinheiro” (KURZ, 1996, p. 27-28).

Segundo Kurz (1996), os trabalhadores tornaram-se não só possuidores de uma mercadoria (força de trabalho), mas eles próprios se tornaram mercadoria.

Na contracorrente desses autores, podemos apresentar o teórico Robert Castel (1998) que, ao manter um patamar analítico denso, entende as transformações no âmbito do mundo fabril com caráter abrangente, isto é, elas abrangem não só o interior da fábrica, mas também são sentidas fora dela, como por exemplo, por aqueles que vivenciam o flagelo do desemprego, do não-labor e do não-trabalho. Ou seja, o trabalho ainda é uma categoria central de análise.

Acerca do valor da centralidade ontológica do trabalho, vale recorrer ao trecho abaixo:

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além da fixação dos seres vivos na competição biológica com o seu um mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador, isto é, de modo ideal (LUKÁCS apud ALVES, 2010, p. 94).

Os termos que essencialmente, mas não só, regulam a sociedade capitalista, perpassam por uma análise cuidadosa do que o Trabalho representa para o funcionamento do sistema, e também para a subjetividade do trabalhador. Pois,

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. O próprio homem que trabalha é transformado por seu trabalho, atua sobre a natureza externa e muda, ao mesmo tempo sua própria natureza, “desenvolve as potencialidades que estão adormecidas na natureza” e submete as forças dela “ao seu poder”. Os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, objetos de

trabalho, em matérias-primas, etc. [...] Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si aquilo que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc, existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, mediante o trabalho, podem ser postas em movimento, podem tornar-se úteis. Essa transformação em coisas úteis, porém, é um processo teleológico (LUKÁCS, 1992, p. 92).

Para alguns autores, de 1950 a 1980 foi o período em que o operariado expandiu-se e se consolidou no Brasil, com a indústria sendo o setor preponderante de nossa economia (ALVES, 2000; ANTUNES, 2009). Todavia, nos últimos anos, essa situação reverteu-se não só no Brasil, mas também no mundo capitalista (ALVES, 2009), ou seja, o mundo industrial perdeu força para os setores de serviço, por exemplo, e uma economia cada vez mais pós-industrial emergiu (KURZ, 1996). Além disso, o próprio processo industrial de trabalho sofreu mudanças com a incorporação da informática, robótica, terceirização e enxugamento do número de postos de trabalho (MÉSZÁROS, 2002).

Como dissemos, o mundo do trabalho passou/passa por várias mudanças. Nesse sentido, Ricardo Antunes (2008), denomina essas transformações no mundo fabril de uma *nova morfologia do trabalho*⁷. As novas relações com o universo laboral são bastante complexas: novos e variados laços de sociabilidade emergem no mundo do trabalho; segundo Antunes, existem novas formas de estranhamento e alienação. Partindo de dados do autor, “mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural” (ANTUNES, 2005, p. 13). Ou seja, milhões de trabalhadores perderam seus postos devido ao aumento tecnológico das fábricas, cujo processo de automação coloca cada vez mais os trabalhadores no exército de reserva.

A nova morfologia do trabalho vai muito além do operariado urbano, ela abrange tanto os trabalhadores do campo como os de serviços:

A sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, part-time, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo (ANTUNES, 2005, p. 17).

⁷ Esse termo é usado como forma de caracterizar essas transformações que o autor observou em seus estudos.

Para Antunes, há uma alteração e ampliação de novas formas de extrair a única mercadoria que o trabalhador possui: sua força de trabalho. O mundo do trabalho ficou mais heterogêneo, multifacetado, repleto de novas dinâmicas e processos, mas sem que essas transformações levem de fato a possibilidade levantada por Gorz de um possível fim do proletariado. Essas transformações no mundo fabril, na verdade, trouxeram novas formas de configurações das relações de produção (ANTUNES, 2008).

Giovanni Alves (2000) compreende que essa nova morfologia social apresenta novas formas de exploração que debilitam o trabalhador tanto de forma objetiva quanto subjetiva. Isso acontece por que

Na perspectiva histórico-ontológica, o novo complexo de reestruturação produtiva⁸ não possui caráter “neutro” na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe de trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas, no sentido subjetivo, a sua consciência (Alves, 2000, p. 9).

Antunes (2008) aponta a nítida diminuição do proletariado fabril, em grande medida devido à automação, à robótica, que por sua vez gera em grande escala o desemprego estrutural.

A heterogeneidade da classe trabalhadora, segundo Antunes (2008), precisa ser revista conceitualmente. A classe trabalhadora moderna – entendida como sinônimo de proletariado – abrange todos aqueles que vivem da exploração da sua força de trabalho: trabalhador manual, boias-frias, sem-terras, sem-tetos, pescadores, terceirizados, desempregados e também o “exercito de reserva”. Portanto, o conceito ampliado da classe trabalhadora compreende todos aqueles que vendem sua força de trabalho e, conseqüentemente, produzem mais-valia, sendo que seu núcleo constitui os trabalhadores produtivos – aqueles que geram o conteúdo material da riqueza social⁹.

A classe trabalhadora englobaria também os trabalhadores improdutivos e os trabalhadores assalariados de vários tipos: o setor de serviços seja ele público ou

⁸ Por “complexo de reestruturação produtiva” entende-se um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação aplicada à produção.

⁹ Trata-se dos trabalhadores do setor produtivo, ou seja, aqueles que se encontram dentro das fábricas. Para uma melhor análise sobre os trabalhadores produtivos ver Lessa (2011).

privado, incluindo o comércio, bancos, turismo, etc., enfim, os setores que dão sustentabilidade ao sistema do Capital.

O controle do aparelho produtivo e os processos de alocação do capital entre diferentes empresas e ramos são cada vez menos realizados pelos proprietários, sendo delegados cada vez mais ao pessoal assalariado, composto por gestores e empregados (DUMÉNIL, LÉVY, WALLERSTEIN, 2003, p.17).

A noção ampliada de classe trabalhadora, defendida por Antunes, comporta o proletariado industrial – aquele que gera mais-valia e participa diretamente da valorização do capital – e um grande conjunto de trabalhadores assalariados que vendem a sua força de trabalho.

Para Antunes (2005), essa classe exclui evidentemente os gestores do capital, os altos funcionários, os especuladores e agiotas, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural. Sem dúvida houve, a diminuição do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto, mas esse trabalho vivo não pode ser eliminado no processo de criação de valores, pois não há como o capital sobreviver sem ele. Diante disso, o que está acontecendo é que o trabalho vivo está cada vez mais intensificado num tempo cada vez mais reduzido. Sem a articulação entre trabalho vivo e trabalho morto não tem como o sistema produtivo do capital se manter (ANTUNES, 2008).

Defendendo a tese do valor-trabalho, Antunes (2009) argumenta que é impossível substituir o trabalho pela ciência – como alguns hoje consideram ser a principal força produtiva –, pois a substituição desconsidera a forma dialética que há entre elas:

A ciência encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual ela não pode superar. E é por essa restrição estrutural, que libera e mesmo impele a sua expansão para o incremento da produção de valores de troca, mas impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível, que a ciência não pode se converter na principal força produtiva (ANTUNES, 2009, p. 122).

Desse modo, a ciência tem que interagir com o trabalho para que seja possível a participação na valorização do capital. As máquinas inteligentes jamais substituirão os trabalhadores, visto que para a sua utilização é necessário o trabalho intelectual do proletário.

Para Antunes (2009), ambas as formas de trabalho (material e imaterial) estão controladas pelo sistema sociometabólico do capital, os benefícios que os trabalhadores venham a obter serão sempre em prol do sistema, pois os objetivos principais – mesmo que o trabalhador não perceba – será sempre o lucro das empresas, constituindo-se assim em trabalho estranhado.

Na nova fase do capitalismo, o tempo livre do trabalho é gasto com mais ênfase no capital, ou seja, o capitalismo conseguiu manipular todas as esferas da vida cotidiana, por exemplo, os shoppings lotados, formando um conglomerado de consumidores. A subjetividade do trabalhador é cada vez mais explorada, seja dentro ou fora do seu universo de trabalho (ALVES, 2011), havendo, portanto, uma captura da subjetividade:

Ao dizermos ‘captura’ da subjetividade, colocamos ‘captura’ entre aspas para salientar o caráter problemático da operação da captura, ou seja, a captura não ocorre, de fato, como o termo poderia supor [...] o processo de ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismo de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias sociorreprodutivas, com a pleora de valores-fetice e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias de pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (ALVES, 2011, p. 114).

A máquina não substitui o trabalho humano, necessita cada vez mais de sua subjetividade e traça um novo patamar de reificação, em que, segundo Antunes (2005), distancia-se cada vez mais do exercício de uma cotidianidade autêntica.

Para defendermos a centralidade do trabalho, apoiamo-nos em cinco teses. A primeira delas é que grandes metamorfoses no mundo do trabalho de fato vêm ocorrendo, porém, através de estudos empíricos (ALVES, 2000; ANTUNES, 2008), constata-se que essas transformações nada têm a ver com o fim da sociedade do trabalho. É preciso superar a aparência e buscar na essência os nexos de causalidades. Devido a alguns autores manterem-se na aparência, não criam o nexo entre as duas dimensões do trabalho: concreto e abstrato (GORZ 1982; OFFE, 1989). É preciso distinguir o tipo de trabalho, pois num sistema produtor de mercadorias o trabalho concreto que gera valor de uso encontra-se sempre subordinado ao trabalho abstrato que gera valor de troca (CASTEL, 2009).

A segunda tese trata da possibilidade em conceber o fim do trabalho abstrato¹⁰, mas não é possível abolir o trabalho concreto, pois esse é portador de criação de coisas úteis. Assim, Antunes (2009) recupera a ontologia de Lukács, em que o trabalho concreto é uma condição extremamente necessária para a sobrevivência humana.

A terceira tese reconhece a fragmentação do mundo do trabalho, porém defende que uma possível emancipação humana só se dará através do trabalho. Entretanto, não queremos dizer que esses autores marxistas que advogam a centralidade do trabalho desconsideram outras formas de lutas sociais; essas não podem ocorrer fora de uma luta anticapitalista, sendo que a centralidade dessa luta diante do capital só terá êxito com a participação da classe trabalhadora.

A quarta tese defende que a condição especial do capital é intensificar a exploração do homem pelo homem, por meio do trabalho, seja de forma direta (assalariamento), seja de modo indireto (manutenção do exército de reserva).

Por fim, Antunes (2009) deixa claro que o fenômeno do estranhamento estará sempre presente no capitalismo. Dessa forma, por intermédio dessas formulações teóricas, é possível compreender o complexo de emaranhados que circunda o trabalho na contemporaneidade, atravessarmos sem se molhar o oceano pós-moderno que se instaurou e trazer a teoria marxiana para servir como arma – e não como dogma – para enfrentarmos os problemas da atualidade.

Após a discussão em relação à centralidade do trabalho, categoria analítica de extrema importância em nossa pesquisa, faz-se necessário passarmos a compreender os nexos que se articulam com o desenvolvimento do trabalho, mais precisamente a relação do desenvolvimento das forças produtivas. Analisaremos a seguir a relação entre o fordismo e o toyotismo.

1.2 FORDISMO E TOYOTISMO, RUPTURAS E CONTINUIDADES

Os processos de produção do sistema sociometabólico do capital vem passando por transformações ao longo do tempo. Quando Marx analisa a sociedade capitalista do seu tempo, em plena formação, ele nos apresenta o momento processual

¹⁰ Entendemos por trabalho abstrato o valor de toda mercadoria, ou seja, o valor de troca que a mesma tem no sistema do capital, portanto o valor de toda mercadoria é o trabalho abstrato. Por fim, o trabalho abstrato é inerente ao capitalismo, é a sua forma mais alienante.

entrelaçado entre a cooperação, a manufatura e a grande indústria, sem que haja predomínio pleno entre uma das formas. Trata-se de uma determinação dialética, em que em determinados momentos ou ramos da indústria é possível o estabelecimento de apenas uma das formas (MARX, 2003).

O surgimento do modelo de produção fordista pode ser datado, como pretende fazer Harvey (2009)? Seria o fordismo resultado apenas do surgimento da empresa automobilística fundada por Henry Ford? E mais, esse processo de produção teria se exaurido ao ponto de ceder lugar a uma nova forma de extração de mais-valia da classe trabalhadora? Através desses questionamentos é que procuraremos nortear essa discussão.

A empresa automobilística de Henry Ford surgiu nos Estados Unidos, as suas bases eram aparentemente novas. Existia o mito de que Ford era uma pessoa totalmente humana:

Henry Ford era de certa forma um patrão humano; dava bons salários aos trabalhadores, graças a um esquema de pagamento de cinco dólares por dia (o equivalente a 120 por dia em dólares de 1997), e incluiu os empregados num plano de participação nos lucros. As operações nas instalações da fábrica eram outra questão. Henry Ford considerava a preocupação com a qualidade da vida de trabalho “simples fantasia”; cinco dólares por dia eram recompensa suficientemente generosa pelo tédio (SENNETT, 2010, p. 44).

É notório e quase consensual na literatura (GRAMSCI, 2008; HARVEY, 2009; ANTUNES, 2008) que o fordismo representa na história da produção capitalista a predominância da produção em massa como fator preponderante no âmbito do chão da fábrica:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução de força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho (HARVEY, 2009, p. 121).

Todavia, o fordismo mostrava que o seu estabelecimento requeria a manutenção e intensificação das estratégias de produção anteriores, pois, como colocado por Harvey (2009), a “gerência do trabalho” e consequentemente a vigilância e controle político dos operários dentro da fábrica, mantinha todo um complexo desenvolvido anteriormente (o Taylorismo). Assim, reiterando o que o autor de a

condição pós-moderna havia dito, Antunes acrescenta que o fordismo recebeu do seu antecessor: o taylorismo, formas de controles desenvolvidas por esse. Nas palavras do autor:

Entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo desse século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem¹¹ e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas, e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2008, p. 24-25).

Para localizarmos essas definições acima, faz-se necessário uma breve contextualização histórica.

O primeiro surto industrial mediado pela chamada “reestruturação produtiva” no Brasil está totalmente vinculado à grande indústria de caráter taylorista-fordista, que expande-se no momento em que a economia brasileira vivia o desenvolvimentismo dos anos 1950 (ALVES, 2000). Dessa forma, o Brasil chega atrasado ao processo de industrialização da sua economia, “pois segue uma trajetória distinta dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, de caráter clássico, ou da Alemanha e do Japão, de caráter tardio” (ALVES, 2000, p. 104). As antigas fábricas voltadas para a produção em série começam a se modificar, sendo que:

As plantas industriais mais antigas, sediadas, por exemplo, no ABC paulista passa por um processo de modernização tecnológico-organizacional, como a Volkswagen, em São Bernardo do Campo e Taubaté, que passaram a adotar,

¹¹ Nas suas determinações estruturais de manejo, a linha de montagem em série fordista, segundo Geraldo Pinto, constituiu-se em dois elementos básicos: “(a) Um mecanismo de transferência, que pode ser um trilho, uma esteira, ou um conjunto de ganchos ligados a um mecanismo de tração integrado a um comando único que lhe transmite um movimento regular ao longo do tempo. A cada um desses ganchos, ou em cima da superfície da esteira, os objetos de trabalho são atados e assim são transferidos para praticamente todas as seções de trabalho em que se divide o setor de produção, sofrendo a intervenção dos trabalhadores (que, por sua vez, se encontram distribuídos uniformemente em cada ponto dessas seções) até que possa ser, então, retirado dessa, testado, embalado e levado ao estoque de produtos acabados; (b) Um conjunto de postos de trabalho uniformemente dispostos lado a lado, a cada trecho por onde passa o objeto de trabalho trazido pelo mecanismo de transferência, e nos quais já estão presentes, na forma de pequenos estoques e com mecanismos que permitam seu mais fácil acesso aos trabalhadores, os instrumentos, as ferramentas e as matérias-primas que serão utilizadas por eles na tarefa estritamente determinada que têm para cumprir. Esses pontos de trabalho são geralmente numerosos, ocupados por um trabalhador cada e ordenados de forma linear e, sendo mínima a intervenção de cada um na produção como um todo (correspondendo a um número pequeno de operações), a cada um deve ser levado o objeto de trabalho semitransformado no mesmo ritmo” (2010, p. 36).

a partir de 1997, novos métodos de gerenciamento e organização da manufatura, como a denominada “célula de produção” (ALVES, 2000, p. 182).

O processo de racionalização do trabalho¹² se deu de maneira conflitante, pois, as relações de classe não eram propícias para a aceitação dos trabalhadores de um modelo de produção que exigia longas horas de trabalho (HARVEY, 2009), cobrando uma relação mais harmoniosa entre Capital e Trabalho, sendo necessária então uma intermediação ainda maior do Estado, sendo em alguns momentos voltados às políticas de aceleração da economia, principalmente após a primeira grande crise do sistema capitalista em 1929, e ao mesmo tempo amenizando o conflito de classes. Assim, os conflitos estabelecidos, entre capital, trabalho e Estado, podem ser observados como no descrito abaixo:

O Estado teve de assumir novos (Keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (HARVEY, 2009, p. 125).

Para Harvey (2009), essa relação entre “capital, trabalho e Estado” se mantivera em um equilíbrio de força até 1973, quando se iniciou uma aguda recessão, causada depois da crise do petróleo. No período anterior, o processo produtivo em massa conseguiu manter os padrões de vida da classe trabalhadora dos países capitalista centrais numa relativa estabilidade, e os lucros monopolísticos também se mantiveram estáveis. Com base no fordismo, as indústrias conseguiram padronizar os produtos através da fabricação em larga escala, onde os custos da produção seriam reduzidos e em contrapartida haveria um aumento do consumo com a elevação da renda¹³, já que os

¹² “Parece ser possível responder que o método Ford é racional, isto é, deve generalizar-se, mas que para isso é necessário um processo longo, no qual ocorra uma mutação das condições sociais e uma mutação dos costumes e dos hábitos individuais, o que não pode ocorrer somente com a coerção, mas apenas com a moderação da **coação** (autodisciplina) e da persuasão, também sob a forma de altos salários, isto é, com a possibilidade de um melhor nível de vida, ou talvez, mais exatamente, com a conquista de um nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que demandam um particular dispêndio de energias musculares e nervosas” (Gramsci, 2008, p. 81).

¹³ Com relação à elevação dos salários da classe trabalhadora, e tomando como parâmetro os primórdios da empresa Ford, Gramsci (2008, p. 79-80) enfatizava e questionava-se em relação ao fenômeno, pois para ele “toda ideologia fordiana dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna, somada a um determinado grau de desenvolvimento e não um fenômeno primário – porém não exonera do estudo da importância e das repercussões que a ideologia pode ter sua conta. No

salários subiram em relação a outros tempos, esses salários aumentaram em função do aumento de vendas e, conseqüentemente, dos lucros do capitalista.

Esses avanços nas condições de vida da classe trabalhadora não se deram devido a uma relação amistosa entre capital e trabalho, pelo contrário, a forma de produção fordista propiciou um maior desenvolvimento na condição de pertencimento de classe, na sua organização e formas de luta, pois, a produção em série permitiu que os trabalhadores vivessem de forma mais coletiva dentro das fábricas.

Seguindo este raciocínio, Ricardo Antunes refere-se à classe trabalhadora desse período como “operário-massa”, ou seja, o trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas, que

Tendo perdido a identidade cultural da era artesanal e manufatureira dos ofícios, esse operário havia se ressocializado de modo relativamente homogeneizado, quer pela parcelização da indústria taylorista/fordista, pela perda da destreza anterior ou ainda pela desqualificação repetitiva de suas atividades, além das formas de sociabilização ocorridas fora do espaço da fábrica. Isso possibilitou a emergência, em escala ampliada, de um novo proletariado, cuja forma de sociabilidade industrial, marcada pela massificação, ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe¹⁴ (ANTUNES, 2009, p. 42-43).

No Brasil, esse operário-massa está totalmente vinculado à linha de montagem de automóveis que começou a ser implantado em São Paulo e impulsionou o crescimento do proletariado industrial moderno. Para Alves, esse crescimento tem como interesse:

O objetivo supremo do Estado desenvolvimentista, ou ainda, do Estado burguês tal como se constituía no Brasil no período da “industrialização pesada”, era promover uma intervenção deliberada

entanto, o que significa alto salário? O salário pago por Ford é alto só em comparação à média dos salários americanos, ou é alto como preço da força de trabalho que os funcionários de Ford consomem na produção e com os métodos de trabalho de Ford? [...] A indústria de Ford exige uma discriminação, uma qualificação de seus operários que as outras indústrias ainda não requisitam. Um tipo de qualificação de novo gênero, uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida pelo próprio tempo médio que são mais opressoras e mais extenuantes que em outros lugares, e que o salário não consegue compensar, nas condições dadas pela sociedade tal como está”. Nesse sentido, “o que está em pauta não é a questão de como obter um salário melhor para o escravo, nem mesmo a questão de uma mudança no tom da voz – cuidadosamente filtrado pela ‘engenharia humana’ – que transmite os ditames da produção de mercadorias para os trabalhadores, mas uma reestruturação radical da ordem social vigente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 68-69).

¹⁴ “Tratar a consciência de classe como mera subjetividade e ‘subproduto’ da economia capitalista é uma caricatura de Marx. Esse ponto de vista surge a partir de uma abordagem que substitui o complexo dialético de Marx por um modelo determinista mecânico e unilateral. Assim, no final, a consciência é grosseiramente subsumida à economia e seu papel se torna ilusório; ela não pode, ativamente, produzir mudanças, uma vez que seria por si só, o mero produto (na verdade, o ‘subproduto’) do desenvolvimento econômico capitalista” (MÉSZÁROS, 2008, p. 56).

para a expansão da acumulação do capital industrial, que deveria se dar com base numa nova inserção do capitalismo brasileiro no sistema do capitalismo mundial (ALVES, 2000, p. 107).

Para inserção do capitalismo brasileiro no sistema capitalista mundial fazia-se necessário que a classe trabalhadora brasileira fosse colocada num patamar onde houvesse aumento de consumo, assim, a produção em série poderia ser ampliada. Era preciso então, criar um mercado interno de consumidores, aumentar salários, diminuir jornadas de trabalho, ampliar as férias anuais etc. Medidas que os países capitalistas centrais não conseguiram realizar (implementar, pôr em prática), pois nesses países as jornadas de trabalho se mantiveram muito elevadas; mesmo com o poder aquisitivo aumentando o consumo, ainda permaneciam aquém do desejado.

No Brasil, o “Estado desenvolvimentista” e na Europa e Estados Unidos, o “Welfare States”, ambos foram períodos em que a produção em série era mais forte,

Não há nenhum indício de que o Estado de Bem-estar tenha promovido uma democratização das relações entre o Estado e a sociedade civil no sentido de aumentar a influência dos indivíduos no desenvolvimento de suas sociedades. Pelo contrário. Não há, também, qualquer indício de que o Estado de Bem-Estar tenha correspondido uma alteração na correlação de forças favorável aos trabalhadores e que esta seja a razão última das políticas públicas. Pelo contrário [...] Os “gastos sociais”, dos quais alguns teóricos têm tantas saudades, forma na verdade, a forma mais apropriada, naquela circunstâncias históricas – e em pouco mais ou menos de nove países em todo o mundo –, de o Estado exercer a sua função de comitê gestor dos interesses do capital (LESSA, 2011, p. 284-285).

Portanto, não é o Estado que sustenta o capital e sim o trabalho, que é “o pilar material fundamental de suporte do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 600); assim, pensar no processo de produção fordista - e sua íntima relação com o Estado – seria imaginá-lo como assegurado da extração de trabalho excedente com o seu poder coercitivo indispensável para o funcionamento do sistema.

Essas contradições inerentes ao sociometabolismo do capital foram se agravando cada vez mais. O período entre 1965 a 1973 marca o começo de problemas fiscais e da aceleração da inflação (HARVEY, 2009), bem como a queda da taxa de lucro, a hipertrofia da esfera financeira, o incremento acentuado das privatizações que levaram ao esgotamento do padrão de acumulação fordista de produção (ANTUNES, 2009).

As performances da mudança técnica modificaram-se profundamente no início dos anos 1980. Se a produtividade do trabalho continuou a crescer, a baixa da produtividade do capital foi interrompida, dando lugar a uma tendência de alta. Como o custo do trabalho prossegue em sua quase estagnação, a taxa de lucro aumenta (DUMÉNIL&LÉVY, 2003, p. 25).

Um novo “complexo de reestruturação produtiva”¹⁵ é incorporado à dinâmica do capital, sem perder a sua essência na extração da mais-valia e mantendo a tríade capital/trabalho/Estado intacto.

Apesar de ter sua gênese histórica no Japão, nos anos 50, é a partir da mundialização do capital, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, que o toyotismo adquiriu dimensão universal. A partir daí, ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista e projeta-se como uma categoria universal, que articula em si um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores ou de empresas (ALVES, 2011, p. 58).

A racionalização do novo processo de produção – o toyotismo¹⁶ –, em linhas gerais, pode ser caracterizada como uma produção realizada em pequenos lotes e uma variedade de tipos de produto, sem a presença dos grandes estoques, onde o controle de qualidade é integrado ao próprio ato de produção. As mercadorias são produzidas pensando nas demandas do mercado (HARVEY, 2009), permitindo assim uma abertura para uma acumulação flexível, pois, enfrenta a rigidez do fordismo, tanto nos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Assim, a acumulação flexível

caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviço”, bem como conjuntos industriais completamente

¹⁵ “[...] sistema de inovação tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQ’s e Programas de Qualidade Total; a série de racionalização da produção, tais como os ‘downsizing’ e a reengenharia, muitas das racionalizações produtivas decorreram de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram – e ainda implicam – demissões em massa” (ALVES, 2000, p. 11).

¹⁶ “Para nós, o toyotismo não é considerado um novo modo de regulação do capitalismo, no estilo da escola de regulação (tal como fizeram, por exemplo, com o conceito de fordismo); o potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade operária pela lógica do capital” (ALVES, 2000, p. 31).

novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados) (Harvey, 2009, p. 140).

Essas mutações em curso não são apenas resultados das novas tecnologias, mas também resultados de fatores históricos e geográficos. Elas são expressões da reorganização do capital com vista à retomada do seu patamar de acumulação e de seu projeto societário (ANTUNES, 2009). Portanto:

Como resposta à sua crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2009, p.33).

O toyotismo pode ser entendido como valor universal para a produção de mercadorias, pois as condições ontológicas originárias possibilitaram sua universalização. Ele é fruto do desenvolvimento da crise capitalista que gerou novas formas de produção de mercadorias, e não o seu contrário. Outra proposição é que a constituição do toyotismo tornou-se adequada a novas tecnologias, já que a sua ideologia e apelo à administração participativa – uma “cultura organizacional” que requer um envolvimento do trabalhador com a empresa – propicia uma captura da subjetividade, provocando assim uma auto-racionalização da classe operária totalmente adequada às necessidades técnicas da indústria mundial.

Podemos dizer que o toyotismo é uma ideologia orgânica desse novo complexo de reestruturação produtiva. Ele é a expressão material que penetra na subjetividade da classe trabalhadora, e é totalmente uma expressão adequada da nova forma de produção de mercadoria.

Embora reconheçamos que o estranhamento do trabalho, que decorre do modelo toyotista, tem elementos singulares – dados pela própria diminuição das hierarquias, pela redução do despotismo fabril, pela maior “participação” do trabalhador na concepção do processo produtivo –, é de todo relevante enfatizar que essas singularidades não suprimem o estranhamento da era toyotista [...] O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho (ANTUNES, 2008, p. 39-40).

Essa tentativa de eliminação entre a elaboração e a execução¹⁷, conjugada com a diminuição da classe operária no ambiente fabril em decorrência dos processos de automação, interferiram nas organizações da classe trabalhadora, pois essas organizações, como os sindicatos, dependiam e muito da concentração dos operários. As empresas se tornaram um sistema do tipo “paternalista”, que atravessava todas as atividades dos seus trabalhadores, pois

os sistemas paternalistas são territórios perigosos para a organização dos trabalhadores, porque é mais provável que corrompam o poder sindical (se ele estiver presente) do que tenham seus empregados liberados por este do domínio e da política paternalista de bem-estar do ‘padrinho’” (HARVEY, 2009, p. 145).

Esse sistema de “apadrinhamento” acabou de certa forma conduzindo:

A desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (partnership), ou mesmo em um sindicalismo de empresa (ANTUNES, 2009, p. 55).

Por essas medidas, o toyotismo pode ser considerado como a mais radical das experiências para a produção das mercadorias sob o processo de mundialização do capital¹⁸. Assim, “enquanto no taylorismo-fordismo, como observou Gramsci, ‘só o gesto físico mecanizou-se inteiramente’, no toyotismo, a ‘mecanização’ atinge corpo e mente do homem produtivo” (ALVES, 2011, p. 63-64).

Além dessa “domesticação” da classe trabalhadora, absorvida, como dito a cima, em seu corpo e mente, é preciso também dar ênfase à implementação do sistema

¹⁷ Um exemplo dessa separação pode ser demonstrado da seguinte forma: “Os engenheiros estudariam cientificamente o trabalho, pensariam os procedimentos e métodos de trabalho e definiriam ‘the one Best way’ de realizá-lo e os trabalhadores executariam rigidamente o que lhes fora prescrito. Modificando movimentos e tempos, taylorismo, fordismo e práticas semelhantes de reorganização do processo de trabalho elevaram o patamar da intensidade a níveis nunca antes vistos e a exploração do trabalho a sua prática mais absoluta” (DAL ROSSO, FORTES; 2008, p. 27).

¹⁸ Para Chesnais (1996), o processo de mundialização do capital é identificado como a constituição de um regime de acumulação predominantemente financeirizado. “Chesnais salienta o poder das corporações transnacionais, as empresas de capital concentrado, verdadeiros ‘agentes’ do capital em geral. São elas que tendem a impulsionar o novo modo de acumulação do capital, a acumulação flexível, e que expressam a perpétua sublevação e a interminável incerteza e agitação do sujeito da modernização capitalista: o capital” (ALVES, 2011, p. 30).

de acumulação flexível, em destaque o toyotismo, que gerou não apenas aumento da produtividade, como alerta Geraldo Pinto, mas possibilitou também:

[...] às empresas adquirir maior flexibilidade no uso de suas instalações e no consumo da força de trabalho, permitindo-as, portanto, elevar com rapidez até então inatingível sua disposição de atendimento à demanda sem ter de aumentar para isso o número de trabalhadores – ao contrário, o efetivo de trabalho tem reduzido drasticamente (PINTO, 2007, p. 73).

Neste plano contingente, onde há uma diminuição dos postos de trabalho, tem surgido uma “população trabalhadora excluída”, no que antes seria apenas “trabalhadores assalariados excedentes”. Essa população trabalhadora excluída é resultado do desenvolvimento da grande indústria. Sendo que a partir daí, “os novos excluídos da nova ordem capitalista”, os desempregados do sistema sociometabólico do capital, aparecem como novos índices do desemprego estrutural, “desemprego este que é resultado dessas transformações no processo produtivo, e que encontra no modelo japonês, no toyotismo, aquele que tem causado maior impacto, na ordem mundializada e globalizada do capital” (ANTUNES, 2008, p. 39).

O desemprego estrutural garante a manutenção dos baixos salários, promovendo também a contratação de trabalhadores temporários, em que num período de crescimento da economia eles são totalmente levados à exaustão e, no momento de recessão, voltam a sua condição de desempregado. “Ou seja, o desemprego é um dos fatores que garante as jornadas flexíveis de trabalho, elemento vital no acoplamento da escala de produção à demanda dos mercados de consumo, proposta central do toyotismo” (PINTO, 2010, p. 81).

Esse tipo contingente de trabalhadores ainda é violentado de outras formas, já que:

A sociedade do desemprego e da “precarização” do trabalho (informalização e degradação do estatuto salarial) constitui o que podemos denominar de “afetos do sociometabolismo da barbárie” (novas formas de estranhamento e de fetichismo social e a constituição da subjetivação pelo medo). Nestas condições sócio-históricas específicas, tendem a exacerba-se a individualidade de classe e o império da contingência salarial. De certo modo, a sociabilidade neoliberal, com seus valores, expectativas e sonhos de mercado e mais, com a exacerbação do fetichismo da mercadoria, tem contribuído para sedimentar os consentimentos dos trabalhadores assalariados às novas “metas” da produção toyotista (ALVES, 2011, p. 121).

No Brasil, o processo de produção toyotista e acumulação flexível começam a se instalar nas regiões centrais do país, num momento em que o cenário da economia capitalista sofria pela instabilidade – hiperinflação, recessão, caos financeiro. É nessa “década perdida” que o “o novo complexo de reestruturação produtiva” começa a se apresentar como uma ofensiva do capital no processo de produção brasileiro.

Já no início da década de 1990, com Fernando Collor de Melo na Presidência da República, a nova política neoliberal¹⁹ surge no Brasil numa tentativa de recuperar a produção interna do país. Essa política neoliberal pode ser caracterizada como: (1) liberação comercial como novo impulso no processo de privatização; (2) reestruturação das políticas sociais; (3) desregulamentação e flexibilização das relações trabalhista; (4) austeridade no gasto público. Assim, podemos dizer também que o neoliberalismo pode ser representado como ideologia política da burguesia monopolista. Para Duménil e Lévy (2003), a história da mutação gradual do capitalismo, da transformação das forças produtivas e das relações de produção, prossegue através de crises mais ou menos graves: vivemos um novo episódio das lutas que marcam sua progressão, sendo o neoliberalismo a expressão dos esforços das classes dominantes para perpetuar suas prerrogativas.

No governo Collor, que marca o apogeu neoliberal no Brasil, inicia-se uma descontinuidade no interior de uma continuidade plena: a continuidade decorre das limitações postas pela crise do capital no Brasil desde a década de 70; por outro lado, a descontinuidade apresentou-se pela abrupta liberação comercial, disseminando uma grande “epidemia de competitividade”.

A abertura comercial criou um cenário de crise para a indústria brasileira, especialmente no setor automobilístico, que durante muito tempo se beneficiou de um mercado interno protegido – a partir do governo Collor, a indústria automobilística perdeu toda uma série de incentivos, criados no período da “industrialização substantiva” (ALVES, 2000, p. 195).

¹⁹ “O que podemos denominar ‘política neoliberal’ é um processo complexo de medidas de reforma da economia e do Estado capitalista no Brasil, capazes de propiciar uma transição à nova hegemonia do capitalismo monopolista no país, um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, vinculado a um modo de inserção dependente da economia brasileira em relação à mundialização do capital. Inicia-se com o governo Fernando Collor, em 1990, e prossegue, com maior eficácia política, com os governos Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998)” (ALVES, 2000, p.114). A pesquisa do autor termina antes do segundo mandato de FHC, e da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo do país.

Essa liberação comercial, segundo Dias (1996), tornou-se um dos grandes pilares das transformações neoliberais no Brasil, permitia assim que o capital não mantivesse apenas uma postura reativa sobre a produção. A concorrência sem nenhuma regulamentação no mercado mundial obrigou as empresas no Brasil a impulsionarem mais e mais o complexo de reestruturação produtiva. Esse programa de modernização, instituída pelo governo Collor, além de abrir o comércio, incentiva o capital privado nacional a reestruturar-se e fortalecer-se, cedendo créditos oficiais (LOPES, 1993).

Podemos dizer que o governo Collor criou condições macroeconômicas e condições políticas (e ideológicas) para o desenvolvimento do toyotismo no Brasil, que tem como característica central a parceria entre capital e trabalho no processo de produção.

No cenário de crise ideológica, as estratégias da burguesia criaram as condições “subjetivas” para uma nova hegemonia do capital na produção, contribuindo para o desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil. Dessa forma, “sob a era neoliberal, a resistência operária tende a adquirir, em maior ou menor proporção, uma nova feição de cariz neocorporativo – um defensivismo de novo tipo”²⁰ (ALVES, 2000, p. 191).

No governo de FHC, o desenvolvimento do toyotismo é acompanhado com um grande lastro do novo ciclo de crescimento da economia capitalista no Brasil, com o aprofundamento das transformações neoliberais, com os olhos voltados para a estabilização da moeda (Plano Real), abertura comercial e a reforma do Estado (privatizações, reformas administrativas, da previdência e tributárias). Assim,

O novo cenário macroeconômico, sob o governo Cardoso, impulsionou os investimentos produtivos em capital fixo, acelerando-se, assim, a automação microeletrônica na produção, que propiciou, junto com o consentimento operário, novos padrões de qualidade e produtividade, atributos indispensáveis para a inserção no mercado mundial (Alves, 2000, p. 199).

²⁰ Para Antunes (2009, p. 236) “Essa nova realidade arrefeceu e tornou mais defensivo o novo sindicalismo, que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita, sintonizada com a nova onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo. E, de outro, diante da inflexão que vem ocorrendo no interior da CUT, inspirada pela Articulação Sindical, que cada vez mais se aproxima dos modelos do sindicalismo europeu social-democrata. Tudo isso vem dificultando enormemente o avanço qualitativo da CUT, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do novo sindicalismo, para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende a nossa classe trabalhadora”.

Dessa forma, apresenta-se um cenário “mais amplo de modernização” que inclui certamente um enorme complexo de reestruturação produtiva no Brasil, como podemos observar através da instituição de células de produção, reorganização espacial de fábricas, divisão de instalações industriais em “minifábricas”, flexibilização das funções e a polivalência (Braga, 1997).

O ingrediente de mais forte sabor nesse novo processo produtivo é a disposição de deixar que as mutantes demandas do mundo externo determinem a estrutura interna das instituições. Todos esses elementos de responsividade contribuem para a aceitação da mudança decisiva, demolidora (Sennett, 2010, p. 60).

Nos anos 90, o Brasil começa a incorporar elementos que se desenvolviam nas relações de produção das economias capitalistas dos países centrais. Surge o desemprego estrutural, a precariedade e a insegurança penetram na classe trabalhadora. As relações de produção no Brasil ficam a cada dia mais diversificadas, fragmentadas e polarizadas.

O complexo de reestruturação produtiva no Brasil, podemos dizer que possuía um nítido caráter político, obrigando os capitalistas a instalar um novo controle sobre a organização do trabalho, sendo esse novo complexo uma resposta à luta de classes na produção, articulando um novo tipo de controle da subjetividade operária.

O impacto do novo complexo de reestruturação produtiva sobre a subjetividade operária é relevante, pois a recomposição do complexo produtor de mercadorias tende a instaurar novas mediações – mais problemáticas – para a construção da solidariedade de classe. A polarização entre um núcleo operário, mais qualificado e estável, uma “elite” profissional, e um subproletariado tardio, menos qualificado e precário, contribui, de certo modo, principalmente em um país capitalista como o Brasil, marcado por profunda desigualdade social, para a operação ideológica da nova hegemonia do capital na produção. Na medida em que integra – e concentra – o núcleo da produção capitalista, segmentando (e excluindo) uma parcela ampla da classe, o novo complexo de reestruturação produtiva exerce, pela recomposição do complexo produtor de mercadorias, uma operação ideológica que, por um lado, potencializa a captura da subjetividade operária pela lógica do capital e, por outro, debilita a perspectiva classista (ALVES, 2000, p. 258).

Essas novas polarizações nas relações de trabalho no Brasil são compostas por disparidades dentro da cadeia produtiva, provocando uma fragmentação de classe, entre operários “privilegiados” e segmentos de operários “perdedores”, com discriminação salarial, de gênero e de faixa etária. Como, por exemplo,

a disparidade dos estatutos salariais entre os operários metalúrgicos das montadoras – os ‘ganhadores’ – e os operários metalúrgico das autopeças – os ‘perdedores’ –, no complexo automotivo do ABC paulista, principalmente a partir de 1990 (ALVES, 2000, p. 271).

Esse panorama que apresentamos das transformações das relações de produção que se desenvolveu no Brasil mostra a íntima relação entre a dinâmica do sistema fordista e toyotista no sistema do capitalismo mundial e suas decorrências na sociedade brasileira, sendo que ela não permaneceu imune a todas as mudanças advindas dos países de capitalismo central; todavia, as particularidades também puderam ser apontadas.

Não há uma ruptura radical entre o processo de produção fordista e o toyotista. Houve rupturas e continuidades na mudança. Por exemplo, não há alterações no fato de que a circulação da riqueza pela sociedade deixou de ser feita através de transferência da riqueza originalmente produzida pelo trabalho proletário. Nas palavras de Sennett (2010, p. 50) “a nova linguagem de flexibilidade sugere que a rotina está morrendo nos setores dinâmicos da economia. Contudo, a maior parte da mão de obra permanece inscrita no círculo do fordismo”.

Para Carvalho (1987), não estaríamos vivendo no Brasil a superação do fordismo, mas sua intensificação e prolongamento de novas áreas de produção que devido a suas peculiaridades não podiam antes ser submetidas às técnicas fordistas. Acrescentando esse argumento, Lessa (2007) defende que a continuidade fundamental entre fordismo e toyotismo não faria parte apenas das especificidades brasileiras.

Nessa mesma linha de pensamento, Helena Hirata (2002), traça um riquíssimo panorama das indústrias automobilísticas, eletrônica, têxtil, de vidro, gráfica, de papel, siderurgia, mecânica, petroquímica, entre outras, que permite argumentar a complementaridade entre as novas formas de gerência e as velhas técnicas taylorista. Assim, concluímos concordando que:

A combinação e articulação das características dos dois modelos parece ter sido a regra, mais do que a exceção, da “reestruturação produtiva” em todo o mundo. E esta possibilidade de fusão de elementos do taylorismo com as exigências da produção flexível já estava parcialmente dada pelas novas necessidades e possibilidades da extração de mais-valia geradas com o esgotamento do binômio fordismo/Estado de Bem-Estar (Lessa, 2007, p. 307).

De uma maneira ou de outra, a maioria das teorias sobre o capitalismo periodiza-o. No entanto, cada um possui seus próprios conceitos, seus níveis de

abstração. Sendo que estas particularidades possuem diferenças importantes sobre a análise da nossa fase atual.

1.3 DA INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL À CRISE ESTRUTURAL

O caráter expansionista do capital esteve sempre presente como uma condição ineliminável de seu modo de operação e controle. Sendo assim, “foi com base nesse dinamismo produtivo que o capital conseguiu suplantiar todas as formas anteriores de reprodução social e afirma-se enquanto modo dominante de controle do sociometabolismo” (PANIAGO, 2012, p. 45).

Na sua eterna necessidade em converter a mercadoria em dinheiro, o capital não faz nenhuma diferença se essa mercadoria será consumida ou destruída. Portanto, a tendência atual do capital ao crescimento da destrutividade apenas desloca as contradições que formam a essência seu sistema (MÉSZÁROS, 2002).

Nesse sentido, a mobilidade de capital é a forma inerente encontrada pelas empresas no intuito de ampliar o seu potencial econômico por toda a região, mas principalmente otimizar o processo de extração de mais-valor. Essa mobilidade de capital está intrinsecamente ligada à crise estrutural estabelecida a partir dos anos 70. Era a saída mais imediata tomada pelas indústrias para evitar o seu colapso imediato (MÉSZÁROS, 2009).

Em busca de compreender a crise do sistema sem ficar preso aos aspectos fenomenológicos e analisar os fundamentos estruturais sistêmicos do capital, Robert Kurz (1996) desenvolveu a tese de que a crise que levou à bancarrota os países do chamado “socialismo real” era resultado da crise do modo de produção de mercadorias que depois iria atingir o coração do sistema do capital – Kurz alertava-nos sobre este fato desde o início dos anos 1990.

Por sua vez, François Chesnais (1996) mostrou as complexas conexões existentes entre produção, financeirização e mundialização do capital, apontando que a esfera financeira é abastecida pela riqueza feita pelos investimentos e pela exploração da força de trabalho canalizada para a esfera financeira²¹. O regime de acumulação com dominância financeira teria uma relação estreita com a mundialização do capital.

²¹ E a esse argumento, Mészáros (2009, p. 25) acrescenta ainda que “a imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria assim como das resultantes perturbações que

Dessa forma, Chesnais (2003) aposta numa pressão “impessoal”²² fortemente exercida pelos mercados financeiros sobre os grupos industriais, dando lugar a novas formas, bastante impositivas, de interpenetração entre “finança” e “indústria”.

A “mundialização financeira” possui, de modo evidente, a função de garantir a apropriação, em condições tão regulares e seguras quanto possível, das rendas financeiras – juros e dividendos – numa escala mundial [...] Mas o regime de acumulação financeirizado não podia satisfazer-se unicamente com a liberalização da finança. A nova interpenetração entre “finança” e “indústria” exige que os grupos possam usufruir de uma liberdade total de localização de áreas de abastecimento, de produção e de comercialização (CHESNAIS, 2003, p. 53).

Além do mais, a era da mundialização do capital, defendida por Chesnais (2003), afetou também a soberania dos Estados. A capacidade de resistência de cada um frente aos rigores do mercado desapareceu. As aptidões em desenvolver uma autonomia cultural foram virtualmente reduzidas a nada; e a preservação de nossas identidades está comprometida.

Para Immanuel Wallerstein (2002), não há dúvida alguma de que vivemos um período de transformação. Mas não se trata do ingresso num mundo já globalizado segundo regras bem estabelecidas, mas da travessia de uma era de transição de alguns países retardatários que devem adaptar-se à mundialização – uma transição em que o sistema-mundo irá se metamorfosear.

Duménil e Lévy (2003) analisam o capitalismo dos anos 1970 e 1980 e chegam à conclusão de que o capitalismo durante esse período passou por uma crise estrutural, as expressões dessa crise já tinham sido várias vezes descritas: diminuição da rentabilidade do capital, desemprego, inflação, lentidão da progressão do salário etc. Essa crise estrutural teria sido superada, porém:

Isto não significa que o mundo capitalista esteja em seu melhor momento; essa é uma realidade distante. Entretanto, muitos dos traços que permitiram definir os anos de 1970 e o início dos anos 1980 como um período de crise estrutural estão prestes a desaparecer (DUMÉNIL&LÉVY, 2003, p.40).

surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando muito pior”.

²² A pressão “impessoal” do mercado financeiro se realiza através do nível comparado da taxa de juros sobre os títulos da dívida e sobre o nível de lucros industriais (CHESNAIS, 1996).

Por sua vez, Richard Senett analisou a existência de uma nova forma de capitalismo; ela não apontava para uma crise de caráter apenas econômico, mas representava também novas formas de acumulação e de corrosão do caráter individual. Dessa forma, diz o autor: “A expressão ‘capitalismo flexível’ descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre o velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega” (SENETT, 2010, p. 09).

Porém, foi Mészáros que, desde fins dos anos 1960, vem procurando sistematizar como a crise começava a assolar o sistema mundial do capital. Para Mészáros (2009), o atual desenvolvimento das forças produtivas, acompanhado pela necessidade inerente do capital para a sua expansão – que conforma o capitalismo ao longo de sua história –, gerou uma crise sem precedentes. Essa crise, que o autor também denomina de crise estrutural – uma análise diferente de Duménil e Lévy –, ergueu-se em meio ao desmoronamento do chamado “Estado de Bem-Estar Social” na Europa, em meados da década de 70, tendo como tentativa de resposta a necessidade de rearranjos no processo de produção, em que a acumulação flexível e a variante do toyotismo são expressões marcantes.

Aumentando a competitividade e a concorrência intercapitais, o sistema sociometabólico do capital vai tornando mais nefastas as suas consequências. Duas manifestações dessas consequências são gravíssimas na era moderna: a destruição e a precarização, tanto da força humana quanto da degradação da natureza – a partir da relação sociometabólica do homem (MÉSZÁROS, 2002). Assim, nessa crise estrutural vigente:

Destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do seu trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo o que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES, 2008, p. 191).

Seria impossível negar que algo de significativamente novo está ocorrendo no sistema em seu conjunto. A natureza dessa crise não pode ser explicada como mais uma crise cíclica²³ tradicional.

À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso (MÉSZÁROS, 2009, p. 41).

Pensar, por exemplo, na crise de 1929, por maior que ela tenha sido, como uma crise estrutural do sistema, traria consequências analíticas muito grandes para a compreensão do que venha a ser uma crise, pois no final da década de 20 havia aberturas para a sobrevivência continuada do capital (MÉSZÁROS, 2002). Porém,

Diferentemente do passado, o deslocamento das contradições tem um efeito totalmente ineficaz no contexto da atual crise já que somente substitui válvulas de escape vigente ou, então, imagina a criação de mercados no mundo de “subdesenvolvimento forçado” que, enquanto mercados, já estão funcionalmente integrados e subordinados ao capitalismo global (PANIAGO, 2012, p. 56).

Na nova forma da crise não é possível observar intervalos cíclicos, e sim a precipitação de eclosões bem mais frequentes e rotineiras. A crise é causada pela própria realização do valor, uma vez que a realização da produção foi se tornando cada vez mais voltada para autorreprodução do capital. Como no exemplo dado por Mézáros:

Mesmo que 90% do material e dos recursos de trabalho necessário para a produção e distribuição de uma dada mercadoria comercializada – um produto cosmético, por exemplo – fossem diretamente para o lixo e somente 10% efetivamente destinados ao preparo do produto, visando os benefícios reais ou imaginários do consumidor, as práticas obviamente devastadoras aqui envolvidas seriam simplesmente justificadas, desde que estivessem sintonizadas com os critérios de “eficiência”, “racionalidade” e “economia” capitalistas, em virtude da lucratividade comprovada da mercadoria em questão (MÉSZÁROS, 2009, p. 12).

²³ “As crises cíclicas foram sintomas dos limites relativos do capital, que tão logo ‘superadas’, eram sucedidas por longos períodos de crescimento e desenvolvimento produtivo. Tais limites foram definidos pelas ideologias apologéticas como desvios e anormalidades do sistema” (PINASSI, 2009, p. 23).

O capital, hoje, só consegue expandir-se em comum acordo com sua lógica de autorreprodução destrutiva. Assim, com o esgotamento da fase de expansão, não temos mais “continentes escondidos”, “os antagonismos estruturais latentes são dramaticamente ativados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 591).

Nesse sentido, a ativação dos “limites absolutos” do sistema do capital, para os quais não há mais ajustes definitivos, está na raiz da própria crise estrutural e o tempo de aproximação em direção a eles não pode ser negligenciado sob o risco de ocorrer o colapso do sistema e até mesmo a extinção da humanidade (PANIAGO, 2012, p. 63).

Uma das mais explosivas e relevantes característica do aumento dos limites absolutos²⁴ é sem dúvida o desemprego estrutural. No entanto, nem sempre o desemprego constituiu uma ameaça ao desenvolvimento do capitalismo. O exército de reserva sempre cumpriu um papel, digamos, até benéfico e necessário para à manutenção da tendência de crescimento do capital. Contudo, com o esgotamento da fase de ascendência histórica do capital e da acumulação, o capital enfrenta dificuldades para os seus objetivos expansivos. Logo, a consequência imediata é o desemprego, numa escala que não tem mais como ser dissimulada pela ilusão de uma mera disfunção temporária²⁵. Numa resposta a esse tipo de ilusão, Mézáros é enfático:

Uma coisa é imaginar o alívio ou a remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo em mais de um, país particular – mediante a transferência de sua carga para alguma outra parte do mundo ao “melhorar a posição competitiva” do país ou dos países em questão [...] Outra coisa completamente diferente é sonhar com essa solução quando a doença afeta todo o sistema [...] Sob essas circunstâncias ativa-se a “explosão populacional”, sob a forma de desemprego crônico, como um limite absoluto do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 333).

Nessas condições, o Estado exerce um papel essencial: uma vez que sua intervenção cada vez mais impositiva num momento de crise estrutural, ele se torna

²⁴ “Deve-se enfatizar que a expressão ‘limites absolutos não implica em algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima de que não há alternativas” (Idem, 220).

²⁵ Dados da Organização Internacional do Trabalho, projetou que em 2009 a taxa de desempregados chegaria a crescer 50 milhões. Nesse mesmo relatório da OIT ainda acrescenta que cerca de 1,5 bilhão de trabalhadores sofrerão forte erosão salarial, e que na América latina, devido à crise, até 2,4 milhões de pessoas poderão entrar na fila do desemprego, isso só em 2009, se somando aos quase 16 milhões de desempregados no mesmo ano (MÉSZÁROS, 2009).

imprescindível para a acentuação entre produção e controle; pois não há como separar Estado e capital, eles são totalmente intercambiáveis.

O Estado moderno é a corporificação coercivo de todo imperativo estrutural voltado para a expansão e extração de mais-valia do capital. O caráter do Estado é, pois, incorrigivelmente centrífugo, sem ele o sistema não conseguiria realizar todos os objetivos reprodutivos (Mészáros, 2002).

A reciprocidade dialética entre Estado e Capital existe pelo fato de que ele necessita “articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias [...] papel vital de garantir e assegurar as condições gerais para a extração de trabalho excedente” (Mészáros, 2002, p. 121). Dessa forma, um não poderia existir sem a presença do outro.

Para Mészáros, o Estado está, portanto, inteiramente imbricado no complexo de defeitos estruturais do sistema do capital, na medida em que “não surge após a articulação das formas socioeconômicas fundamentais nem é mais ou menos determinado por elas”, mas resulta de uma relação de co-determinação, vindo remediar, desde seu surgimento, os defeitos estruturais das unidades reprodutivas do sistema do capital (PANIAGO, 2012, p. 89).

Num contorno um pouco parecido com a análise de Mészáros em relação ao Estado, Harvey (2009) aponta que a Nação-Estado, mesmo ameaçada como poder autônomo, continua a exercer forte poder disciplinar sobre trabalho, mas ao mesmo tempo vai ficando cada vez mais vulnerável às crises fiscais.

Por via da ação do Estado o capital tem encontrado um terreno fértil para efetivar o seu processo metabólico totalizante, pois:

O estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Para Mészáros (2002), a crise estrutural do capital se transformou também em crise do Estado moderno, bem como da política em geral, já que “o emprego regressivo de controle político direto compromete significativamente a vantagem histórica do capitalismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 941).

Essa crise do Estado mostra a falta de controle sobre o capital, que se coloca de forma incontrolável para toda e qualquer tentativa de interferência, até mesmo se

essa interferência venha a ser para a proteção do seu próprio sociometabolismo. No entanto, foi graças a sua incontrollabilidade que o capital conseguiu superar a velha ordem feudal. Todavia, com a crise estrutural, interferiu drasticamente nas condições objetivas para a manutenção do seu sistema expansionista. E assim, “o imperativo de intensificar cada vez mais a expansão é uma manifestação paradoxal dessa perda de controle” (Mészáros, 2002, p. 104).

As medidas restritivas que possam inibir o imperativo de expansão do capital – bastante compulsiva de uma produção autorreprodutiva e destrutiva – não exercem mais nenhum controle sobre os deslocamentos das contradições.

O impulso expansionista cego do sistema capitalista é incorrigível, porque este não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global. Praticando uma restrição racional abrangente, o capital de fato reprimiria o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, cometendo suicídio como sistema de controle sociometabólico historicamente único. Esta é uma das principais razões por que a ideia de um “governo mundial” globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema do capital – necessariamente parcial em sua única forma viável de racionalidade – é uma contradição gritante (MÉSZÁROS, 2002, p. 259).

Essa busca incessante do capital que o levou e leva sempre a sua expansão é um elemento de observação importante para esse trabalho que será ampliado nas próximas sessões. Buscar entender de que forma uma indústria de calçados, das mais significativas economicamente no Brasil, se estabeleceu num dos menores Estados da federação (Sergipe); que relação poderíamos dizer que há entre esses fechamentos e a crise estrutural do capital; e, ainda, a incontrollabilidade sociometabólica do capital seria uma das causas da saída da maioria das fábricas da Vulcabrás Azaleia de Sergipe?

2 NA ROTA DOS CALÇADOS

2.1 O QUE É, E O QUE REPRESENTA A VULCABRÁS AZALEIA

A Vulcabrás Azaleia²⁶ é uma das 10 maiores indústrias de calçados e artigos esportivos do planeta. São mais de 25 mil funcionários e 09 fábricas que, juntas, produzem mais de 100 mil pares de calçados por dia, tanto para importação como para exportação. Os produtos estão espalhados em 20 mil pontos de venda no Brasil, e mais 03 mil pontos espalhados por 30 países. Além disso, o grupo também é o maior anunciante do setor de calçados e artigos esportivos do Brasil e conta com o maior centro de tecnologia do continente, localizado em Parobé (RS). Nele, a empresa realiza importantes investimentos para o desenvolvimento de produtos e engenharia de processos.

A empresa teve início em 1958, quando Nestor Herculano de Paula, Arnaldo Luiz de Paula, Nelson Lauckm, Arlindo Lauck e Theno Berlitz se juntaram para fabricar e comercializar calçados femininos de produção artesanal, em Parobé, Estado do Rio Grande do Sul. Eles utilizavam equipamentos usados e sua produção total diária era de apenas 10 pares. Só a partir de 1965 é que o grupo será conhecido como Azaleia – a Vulcabrás só veio a juntar-se ao grupo muitos anos depois²⁷.

O nascimento da Azaleia pertence há um contexto histórico marcado pelo acirramento da guerra fria (HOBBSAWM, 2008), pelos avanços tecnológicos no mundo fabril e consequente domínio do sistema fordista. No Brasil, vivia-se um momento de expansão nos gastos com o desenvolvimento das indústrias, principalmente a automobilística, acirrando-se as lutas de classes tanto no campo como na cidade – período marcado pelas tentativas de reformas de base (SANTANA, RAMALHO, 2006).

A Azaleia surge num momento economicamente propício para o desenvolvimento das suas fábricas, contagiada pelo investimento nacional para o fortalecimento das indústrias. Portanto, também a fundação da empresa coincidiu com o início de um período de grande crescimento da indústria calçadista brasileira, graças à expansão das exportações e do mercado doméstico. O crescimento e a

²⁶ Vide o site da empresa: <http://www.vulcabrasazaleia.com.br/institucional/#> Acessado em 20/06/2014.

²⁷ Informações do BNDES em 2001. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2001/Ra01.PDF. Acessado em 22/10/2014.

internacionalização da empresa foram favorecidos pelo momento histórico que o Brasil vivia no final da década de 1960 e na maior parte dos anos de 1970. Nesta época, o país atravessava o período do chamado “milagre econômico brasileiro” (NAVARRO, 2006).

Esse crescimento foi possivelmente fruto do aparecimento de um grande público de consumidores, formando-se uma sociedade do consumo (BAUMAN, 1998), ou uma sociedade da cultura do consumo, como preferia chamar Fredric Jameson (1996). Dessa forma, as empresas calçadistas brasileiras se beneficiaram do cenário econômico favorável, em que a demanda suplantava a oferta. Pressionadas pela demanda crescente, as empresas locais expandiam a produção para atender um número crescente de pedidos vindos do exterior (LOAYZA, 2011), pois o mercado de consumidores desses produtos era mais forte no exterior do que no Brasil.

Entretanto, já nesse período, a Azaleia adotou uma estratégia divergente da seguida pela maioria de suas concorrentes, que cada vez mais buscavam atender o mercado internacional, deixando de lado o mercado doméstico. No contexto do início da década de 1970, a direção da Azaleia identificou uma grande oportunidade de conquistar parcela significativa do mercado brasileiro. Dessa forma, em 1972, a empresa decidiu priorizar o mercado interno (MATOS, 2012).

O mercado nacional de produtos calçadistas foi impulsionado pelos investimentos que o governo passou a realizar na área esportiva²⁸, as escolas passaram a ter a Educação Física como disciplina obrigatória, possibilitando assim a expansão de produtos como o tênis. Em 1975, ano de surgimento do tênis no Brasil, a Azaleia lançou a marca Olympikus. Seu objetivo era conquistar o mercado para aquele produto, que vinha sendo adotado por jovens e adolescentes. Em particular, as escolas autorizaram o uso deste tipo de calçado, sendo ele usado na prática de educação física e incorporando os uniformes, o que contribuiu muito para o crescimento e consolidação da marca. (PINTO, CASTRO, 2008).

²⁸ Nesse período a seleção brasileira de futebol acabava de ser tricampeã do mundo; e tanto o vôlei como o basquete começaram a ganhar terreno nas escolas brasileiras.

Figura 1 Antigo galpão da Azaleia no Rio Grande do Sul



Fonte: Página do site sudoeste hoje²⁹

Em pleno auge da crise do petróleo no mundo, e com o início do esfacelamento do Estado de Bem Estar na Europa, que irá culminar no final da década de 1970 e início dos anos 1980 com o neoliberalismo, instaura-se, ainda com mais intensidade, um longo processo de transformações no mundo do trabalho (BIHR, 1998; HARVEY, 2009); enquanto que no Brasil, paralelamente a essas transformações que aconteciam no mundo, a Azaleia é beneficiada pelo controle das forças de trabalho através do regime militar, que também acelerava a cada dia os investimentos voltados para a consolidação da indústria brasileira (COSTANZI, 1999).

Na década de 1980, com um mercado interno protegido da competição estrangeira por altas barreiras tarifárias, a empresa consolidou-se financeira e tecnicamente, expandindo-se pelo território brasileiro e assumindo posição de liderança no segmento de calçados³⁰. Nesse período as mudanças no mundo do trabalho começam a acelerar. O aumento tecnológico provoca uma queda imensa no número de postos de trabalho nas fábricas, o sistema de demanda diz ser a nova forma de se viver o mundo das mercadorias, seguida silenciosamente pelo discurso da “flexibilidade” no trabalho

²⁹ Disponível em: <http://www.sudoestehoje.com.br>. Acessado em 12/12/2014.

³⁰ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acessado em 19/09/2014.

(ANTUNES, 2008). Entretanto, nessa década a Azaleia ainda continua sendo uma indústria profundamente marcada pela linha de produção e pela necessidade da presença marcante do trabalho vivo³¹.

Nos anos de 1990, para se ajustar às mudanças oriundas da abertura do mercado brasileiro a produtos estrangeiros – basta pensarmos que é nesse período que o governo do então presidente da república Fernando Collor de Melo começa a instaurar no Brasil o que já vinha ocorrendo em grande parte da Europa e nos Estados Unidos: a entrega das grandes empresas estatais para o capital privado, inaugurando no Brasil o que ficou conhecido como neoliberalismo (ALVES, 2000) –, a Azaleia teve que realizar diversos investimentos em tecnologia, gestão e marketing.

Figura 2 O chão da fábrica Azaleia no início dos anos 1990



Fonte: Site da revista exame³²

A empresa, durante os quatro primeiros anos da década de 1990, teve que desenvolver a musculatura de sua estrutura industrial para superar a defasagem tecnológica e localizar novas fontes de suprimento (PINTO, CASTRO, 2008). A indústria de calçados da Azaleia teve também que se adequar aos novos processos de produção. Dentro do mundo movido pela mercadoria, ou as grandes indústrias se enquadram dentro dos novos parâmetros de acumulação de capital ou então estão

³¹ Ver a diferença entre trabalho vivo e trabalho morto em Marx (2013).

³² Disponível em: <http://exame.abril.com.br>. Acessado em 10/10/2014.

fadadas a falirem (CHESNAIS, 1996). Assim, várias técnicas de produção japonesa foram incorporadas à empresa, além do uso abusivo da publicidade que passou a ser a grande portadora dos anúncios de calçados. Nesse período a produção e comercialização do tênis Olympikus deu um salto quantitativo, por conta do marketing que a Azaleia utilizou com o patrocínio da seleção brasileira de vôlei que havia acabado de se tornar campeã olímpica.

Com essa nova fase do capitalismo, em que as barreiras e distâncias entre países diminuam assustadoramente, os produtos eram mais expostos ao mercado do que outrora, e com esse boom da propaganda (BAUMAN, 2001), a Azaleia passou a ganhar visibilidade em todo país e também fora do território nacional.

A Azaleia, apesar de nos anos de 1980 já ter começado um processo de mobilidade do seu capital em busca de mão de obra mais barata, só no início dos anos 2000 ela irá intensificar o deslocamento para a região Nordeste do país. Nesse período, o Nordeste vinha atraindo os investimentos de diversas empresas calçadistas, graças aos esforços do Governo Federal e de Governos Estaduais que procuravam as indústrias através dos incentivos fiscais. Novos polos calçadistas surgiram com a instalação não só de fabricantes de calçados, como também de fabricantes de componentes essenciais como couro natural, couro sintético, plásticos, tecidos e outros materiais para fornecer ao parque industrial (COSTA, 2002).

Com a expansão de mais instalações de fábricas no Nordeste, no ano de 2001 a empresa abriu a possibilidade de instalar fábricas também no exterior (COSTA, 2002). A mobilidade de capital não é movida única e exclusivamente pela busca de força de trabalho mais precarizada, mas também por questões relacionadas ao consumo que cada região demonstra nas suas particularidades (ARRIGHI, 2008). Assim, a direção da Azaleia começou a considerar a abertura de sua primeira fábrica no exterior com a intenção não só de consolidar a marca no mercado externo, através das exportações, mas também em busca de mercados de hábitos consumidores semelhantes ao do Brasil e dos Estados Unidos, onde já existe grande tradição nas compras de calçados brasileiros. O primeiro país pensado para instalar as fábricas tinha sido o México, que se assemelha em muito nos gostos de bens de consumo aos Estados Unidos (MATOS, 2012).

Além de planejar a abertura de uma nova fábrica no exterior, em 2001 a Azaleia reagrupou seus produtos com o intuito de atingir um público de maior poder

aquisitivo. Os calçados populares foram agrupados sob a marca Dijean e a marca Azaleia se concentrou em calçados femininos de maior valor agregado no segmento de moda. No entanto, mesmo mirando para o segmento de maior poder aquisitivo, a direção da Azaleia não pretendia transformá-la em uma marca de elite (ALMEIDA, 2009).

Toda a década de 2000, em termos de produto industrial, foi profundamente marcada pela ascensão de uma nova forma de exercer a dominação cultural de distinção entre as classes populares e as mais abastadas financeiramente, sendo uma das formas o uso das marcas voltadas para cada segmento da sociedade. Por sua vez, as camadas médias da sociedade passavam por um momento que oscilava entre um aumento no poder aquisitivo, representado nas várias manifestações de capacidade de compra, ao mesmo tempo em que viviam na dúvida sobre o que poderiam fazer para alcançar os padrões de distinção mais próximos a elite brasileira (AZEVEDO, TONETO JÚNIOR, 2001).

A Azaleia iniciava os anos 2000 com instalações em três estados da federação: Rio Grande do Sul, Bahia e Sergipe. Em seguida, o projeto de instalação de fábrica no exterior saiu do papel, e em julho de 2002 o conselho de administração da empresa aprovou a abertura de uma subsidiária no México, sendo que antes, em 2001, segundo o BNDES, a Azaleia se encontrava entre as cinco maiores empresas do mundo no setor calçadista (2001).

Figura 3 Entrada de uma das fábricas da Azaleia no interior da Bahia



Fonte: Blog pimenta³³

Esse período é amplamente influenciado pelas discussões em torno da criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), certamente a Azaleia, com esse investimento no México, estava se preparando para se enquadrar globalmente na estratégia de desenvolver as suas marcas. Percebe-se que dentro do que estamos caracterizando aqui como processo de mobilidade de capital, a indústria acompanhava sem hesitar a expansão mundial do capitalismo. A Azaleia não se limitou a expandir-se apenas dentro do território brasileiro (buscando força de trabalho mais acessíveis), também observou as metamorfoses do mundo trabalho que apontava para a direção de que era *conditio sine qua non*, para qualquer empresa, a busca incontrollável de rentabilidade de capitais, e que para isso era necessário expandir cada vez mais os territórios de alcance, seja através da mobilidade, mas também dos investimentos em propagandas das marcas.

No início da década de 2000, o Brasil apresentava mais um dos seus “heróis” no esporte, o tenista Gustavo Kuerten (o Guga). A empresa não perdeu tempo: em 2002 fechou contrato com o tenista, considerado um dos melhores do mundo. Aproveitando então o aumento de pessoas que começaram a praticar tênis no Brasil, a empresa colocou a marca Olympikus de tênis para ser uma das mais vendidas no mundo³⁴.

No ano de 2004, o Brasil ocupava a terceira posição mundial na produção calçadista, no entanto, a Azaleia e outras empresas vinham perdendo espaço para os produtos chineses. A saída encontrada foi investir ainda mais nos produtos fabricados no México e apostar no mercado Argentino, pois nesses dois países ainda existiam barreiras para os calçados vindos da China (MOREIRA, 2006). Nesse sentido, à mobilidade de capital correspondem os processos conjunturais de cada momento histórico, que por sua vez sofre influência de todos os tipos, sejam eles políticos, econômicos, sociais e até mesmo culturais (HARVEY, 2009).

Em 2004, a empresa tinha 28 fábricas, distribuídas desta forma: cinco no Rio Grande do Sul, dezoito na Bahia e cinco em Sergipe. Além disso, a empresa tinha

³³ Disponível em: <http://www.pimenta.blog.br/tag/azaleia/>. Acessado em 20/09/2014.

³⁴ ABICALÇADOS. Indústria de calçados agora aposta em marcas próprias. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/noticias/industria-de-calcados-agora-aposta-em>. Acessado em 20/08/2014.

participação em cinco hidrelétricas³⁵. Em 2005, as vendas da Azaleia caíram 5,7% no mercado interno e 25,5% no mercado externo. Nesse ano, observou-se a primeira queda no volume exportado pela empresa em 15 anos e a perspectiva era pessimista. Isso porque os produtos da empresa chegavam ao exterior com um acréscimo de 20 a 30% em relação aos produtos chineses. As exportações foram mantidas pela empresa sem que delas adviessem lucros, apenas na tentativa de preservar mercados. Ao mesmo tempo foi fechada a primeira unidade fabril no Rio Grande do Sul, sendo demitidos 800 empregados (MATOS, 2012).

Em consequência da turbulência financeira dentro da indústria de calçados, em julho de 2007, a Azaleia foi adquirida por uma de suas principais concorrentes: a Vulcabrás. A Vulcabrás adquiriu 99,74% das ações ordinárias da Azaleia e 26,11% das preferenciais, pagando aproximadamente R\$ 343 milhões pela aquisição. Assim, a Vulcabrás passou a deter 51,28% do capital total da Azaleia (SPÍNOLA, 2008).

Depois da união das duas empresas, a direção havia dado ênfase à tecnologia de produto (incremento de tecnologias de ponta) e desenvolvimento de novos calçados. Em 2009, a Vulcabrás/Azaleia fez dois importantes lançamentos. O primeiro foi o lançamento de uma sandália, cuja marca significou a estreia da empresa no licenciamento com celebridades. A escolhida para a parceria foi a atriz Grazielli Massafera. O resultado obtido foi além do esperado, vendendo 80 mil unidades da sandália (KLINKE, 2009). Também em 2009, foi feito o lançamento de um novo tênis. A Vulcabrás Azaleia, utilizando a marca Olympikus, entrou no segmento de tênis de corrida de alta performance (KOIKE, 2009).

No mesmo ano de 2009, apesar de todas as estratégias desenvolvidas pela empresa, não foi possível evitar as dificuldades em função do aumento das importações de calçados no Brasil. Dessa forma, a empresa teve que dar férias coletivas a 2,3 mil funcionários de fábricas da Azaleia localizadas na Bahia e Rio Grande do Sul. A crise financeira internacional³⁶ não teria sido a principal razão para esta medida, segundo o

³⁵ Não é propósito de este estudo analisar a participação da Azaleia dentro do mercado hidrelétrico, para maiores informações sobre os investimentos da empresa nesse setor ver documentos do BNDES (2006).

³⁶ “A crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses [...] Com efeito, no último trimestre de 2008 a produção industrial dos países desenvolvidos experimentou uma redução bastante significativa, apresentando, em alguns casos, uma queda de mais de 10 pontos base com respeito ao último trimestre de 2007. Mesmo os países em desenvolvimento, que não possuíam problemas como seus sistemas

presidente da Vulcabrás Azaleia, Milton Cardoso. De acordo com este executivo, a crise não teria afetado o mercado brasileiro na mesma proporção em que afetara as principais economias do mundo. A empresa atribuía à concorrência chinesa os problemas enfrentados³⁷. No entanto, a crise desse período foi fortemente marcada pela perda de emprego em todo mundo (ANTUNES, 2008).

Figura 4 Maior participação da força de trabalho feminina nos anos 2000



Fonte: Jornal dimensão³⁸

Em meados de 2009, a empresa demitiu 600 pessoas na fábrica da Azaleia de Parobé, no Rio Grande do Sul. Desde o início desse ano, 1,5 mil pessoas já tinham sido demitidas na Vulcabrás Azaleia. No entanto, as demissões em Parobé foram acompanhadas por contratações no Nordeste. Em junho de 2009, a empresa tinha mais de 30 mil empregados, com 26 fábricas localizadas no Brasil e uma na Argentina³⁹. A

financeiros, como o Brasil, também constatarem uma fortíssima queda na produção industrial e no Produto Interno Bruto (PIB). De fato, no caso brasileiro, a produção industrial caiu quase 30% no último trimestre de 2008 e o PIB apresentou uma contração anualizada de 14% durante esse período”. Disponível em: <https://jlcureiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>. Acessado em 10/01/2015.

³⁷ Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/170133/vulcabras-adia-oferta-primaria-de-aco-es-por-30-dias>. Acessado em 30/09/2014.

³⁸ Disponível em: <http://dimensaojornal.com.br/a-adversidade-do-setor-calcadista/>. Acessado em 25/11/2014.

³⁹ Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/783389/curtas>. Acessado em 28/11/2014.

substituição da força de trabalho e a sua rotatividade permitem retroalimentar o capital, que no seu movimento consegue diminuir os gastos e aumentar a produtividade (MÉSZÁROS, 2010).

A chegada da Azaleia em Sergipe aconteceu 1988, ou seja, a empresa já tinha mais de 26 anos de existência. Hoje apenas uma fábrica continua funcionando, em Frei Paulo, todas as demais foram fechadas.

Sua instalação efetivou-se a partir das isenções de impostos cedidas pelo Governo, que advogava como objetivo principal gerar empregos e renda em Sergipe, além de promover o desenvolvimento socioeconômico de regiões menos favorecidas.

O Projeto Sergipe, assim denominado pela diretoria do grupo Azaleia, junto com o discurso socioeconômico do Governo, possibilitou que a empresa de calçados Azaleia mantivesse filiais nos municípios sergipanos de Itaporanga, Frei Paulo, Carira, Ribeirópolis e Lagarto. Certamente, a mão de obra barata que o Estado oferecia foi um dos incrementos para a sua chegada ao interior de Sergipe. "Apostamos na capacidade produtiva da mão de obra local que nos tem dado excelentes resultados e nos incentivos promovidos pelo governo do Estado", justifica Rui Schramm (um dos diretores da empresa) para explicar a iniciativa do grupo em expandir seus negócios em Sergipe⁴⁰.

O fechamento da maioria das fábricas da Azaleia nesse Estado, segundo informações de jornais da época, teria sido motivado pela queda nas vendas da produção da empresa. A Azaleia estaria produzindo nos dias de hoje cerca de 24 mil pares por dia, mas devido à queda nas vendas tiveram que reduzir para 9 mil pares por dia. A assessoria de imprensa da fábrica também atribuiu esses fechamentos à forte entrada no mercado de produtos chineses, que tem o preço das suas mercadorias bem mais barato do que os produtos brasileiros. Marina Lima, Assessora de Comunicação, diz em entrevista:

A Vulcabrás Azaleia vem implementando um processo de reestruturação em suas operações industriais. Apesar dos avanços feitos, os mesmos não foram suficientes para chegarmos a um nível de competitividade adequado com a desafiadora situação econômica atual.⁴¹

⁴⁰ Disponível em: <http://infonet.com.br/noticias/>. Acessado em 01/07/2014.

⁴¹ Entrevista cedida ao site: <http://infonet.com.br/noticias/> Acessado em 19/06/2014.

2.2 COM A CARA DO BRASIL, COM OS OLHOS DE QUEM VÊ!

A indústria de calçados no Brasil contribui com uma parcela significativa das atividades manufatureiras do País, distinguindo-se por sua crescente importância na pauta de exportações do Brasil, pelo seu volume de produção, por sua organização em polos produtores integrados, como também pela sua grande capacidade de geração de empregos (NAVARRO, 2006).

O setor surgiu no Rio Grande do Sul por meio de imigrantes alemães⁴² e italianos, no século XIX, seguido mais tarde pelo estado de São Paulo. Em ambos os Estados, a maior concentração ocorreu em duas áreas geográficas definidas: a região do Vale dos Sinos (RS) e a cidade de Franca (SP). O Vale dos Sinos se transformou no maior centro produtor e exportador de calçados do Brasil na década de 1970, principalmente a cidade de Novo Hamburgo (RS). Nessas duas áreas, o setor se desenvolveu de forma espacialmente concentrada e setorialmente especializada. No Vale dos Sinos, a maior produção é de calçados femininos, enquanto que na cidade de Franca a produção é majoritariamente de sapatos masculinos (JÚNIOR, 2013). A indústria brasileira de calçados tem como principal característica a significativa concentração de suas atividades. Apesar dessa concentração,

O Brasil se configura como o terceiro maior produtor de calçados do mundo, posicionando-se atrás, apenas, da China e da Índia, respectivamente primeiro e segundo lugares. As últimas quatro décadas foram decisivas para a expansão do segmento na indústria brasileira, pois foi o período em que as principais regiões produtoras estruturaram-se e passaram a atender o mercado externo, negociando a produção com um número cada vez maior de países. Se, até 1990, a quantidade de países consumidores de sapatos e sandálias produzidas no Brasil era de 78, em 2009, esse número atingiu 146, confirmando o crescente faturamento obtido com as vendas dos produtos para o mercado internacional (JÚNIOR, 2013, p. 37).

⁴² “A chegada dos primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, em junho de 1824, marcou o início do desenvolvimento econômico da indústria brasileira de calçados. Primordialmente instalados no vale dos Sinos, além de atuarem na agricultura e na criação de animais, trouxeram consigo a cultura do artesanato, principalmente nos artigos de couro. Desde a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, a produção, que era caracterizada pela confecção de arreios de montaria, ganhou força e proporcionou o aparecimento de alguns curtumes, bem como a fabricação de máquinas. A primeira fábrica de calçados no Brasil surgiu em 1888, no vale dos Sinos, sendo fundada por um filho de imigrantes que possuía também um curtume e uma fábrica de arreios. No início da década de 1960, apareceu a necessidade de ampliar a comercialização de calçados para o Exterior, contrapondo-se à exportação de couro salgado. O embarque das sandálias Franciscana, da empresa Strassburger, para os Estados Unidos, em 1968, foi o marco pioneiro da exportação brasileira em larga escala. Naquela década, a produção nacional de calçados atingiu 80 milhões de pares anuais e, com o surgimento de outros mercados no Exterior, os negócios prosperaram, migrando para outros estados do Brasil” (COSTA, 2002, p. 05).

Os estímulos à industrialização do Brasil, na década de 1950 mais precisamente nos Governos de Vargas e de Juscelino, impulsionaram o setor calçadista com a importação de máquinas, possibilitando a renovação da maquinaria (NAVARRO, 2006). São anos em que a produção em série se aprofunda cada vez mais no Brasil. Enquanto a Europa atingia o auge do fordismo, por aqui esse modelo de produção ainda passava por momentos de implementação (ANTUNES, 2009; ALVES, 2000; LESSA, 2007).

Esse período marca o crescimento da população operária, que decorre do processo de industrialização, mas não só por esse fato; podemos, por exemplo, citar o grande processo de êxodo rural causado pelas longas secas que empurrava o homem do campo para procurar empregos nas grandes metrópoles em formação (FAORO, 2008).

Antes dos anos 1950, a produção de calçados no Brasil era quase que completamente realizada em domicílios. Quando chegaram as grandes indústrias, os complexos de mecanizações exigiam operadores concentrados em grandes aglomerados, e assim, concomitantemente, a fábrica de calçados se torna um local por excelência para a produção (LOAYZA, 2011) ⁴³.

Para Loayza (2011) até o final da década de 1960, indústria de calçados teve seu dinamismo baseado no mercado interno. Pode-se afirmar que se tratava das forças produtivas que ainda não estavam dinamizadas nesse setor. A grande transformação substancial ocorreu no final da década, mais precisamente em 1969 (NAVARRO, 2006), ano em que se deu uma grande mobilidade da produção de calçados dos países mais desenvolvidos para regiões de ofertas mais abundantes de mão de obra barata – a Coréia do Sul e o Brasil são exemplos mais marcantes.

Nos anos setenta do século passado, o setor de calçados no Brasil começou a ter expressiva importância para as exportações nacionais sendo responsável por ampla geração de emprego (NAVARRO, 2006).

Nesse período de expressiva importância para as exportações, estava consolidada a nova situação da indústria calçadista brasileira: as fábricas do Rio de Janeiro e São Paulo (capital) praticamente haviam desaparecido; as indústrias de Novo

⁴³ Segundo Juarez Lopes (1993) a formação da classe operária brasileira é movida por esse vestígio do artesanal, do entrelaçamento do padrão antigo das oficinas de fundo de quintal com a mobilidade do capital estrangeiro altamente mecanizado. Essa mobilidade permitiu, que o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil fosse cada vez mais otimizadas.

Hamburgo (RS) e de Franca (SP) tornaram-se gigantescas e dominaram todo o mercado nacional e começaram a alcançar o mercado externo (NAVARRO, 2006); as exportações brasileiras, iniciadas modestamente em 1970 e 1971 já alcançavam US\$ 387 milhões em 1980. Os anos 1970 representam um momento de ascensão desse setor industrial, paralelamente à crise estrutural que se expandia por todo o globo, cujo marco inicial é a crise do petróleo.

No entanto, esse período histórico no Brasil é fortemente marcado pela presença de repressão política e social, que por sua vez se reverberava no cotidiano fabril. Nos anos de 1970, o chamado “milagre econômico” acontece. Deixando de lado as controvérsias que ele ocasiona no âmbito das discussões da teoria econômica, porém sem se isentar delas⁴⁴, partimos da ideia de que esse período é um dos mais expressivos no que tange a expansão do capital no Brasil. Com o aumento dos incentivos fiscais, a produção não só de bens duráveis, mas também de bens de consumo começa a se intensificar.

Dessa forma, a ditadura militar acelerou o circuito sociometabólico do capital (produção, circulação, distribuição e consumo), provocando assim o aceleração cada vez maior da extração de mais-valia, e consequentemente o desenvolvimento de movimentos operários – cada vez mais fortes, apesar do seu corporativismo de caráter economicista. Como foi o caso do movimento dos metalúrgicos no circuito do ABC paulista⁴⁵.

Na metade da década de 1980, ocorreu uma grande mobilidade do capital dentro do setor calçadista devido ao surgimento de novos concorrentes no mercado, atingindo, principalmente, a Itália e o Brasil, que tinham se tornado, nas duas décadas anteriores, exportadores de calçados. Países como Índia, Indonésia, Tailândia, Malásia e, sobretudo, a China, ingressaram no mercado de exportação e, no final dos anos 1990, já eram responsáveis por cerca de 2/3 das exportações mundiais (COSTA, 2002).

Mundialmente a atividade calçadista é concentrada tanto em termos de mercados consumidores como em países que abrigam as plantas produtoras: Os Estados-Unidos com 2.241,9 milhões de pares anuais, China (2.096,5 milhões), Japão

⁴⁴ Sobre esse período ver Furtado (1983), Tragtenberg (2009).

⁴⁵ Para uma melhor compreensão sobre essas lutas no ABC paulista, ver a obra de Ruy Braga: A política do precariado. Do populismo a hegemonia lulista (2012). Nela, o autor traça um paralelo histórico do que representou a luta sindical naquela região em meados dos anos de 1970, e como essas lutas possibilitaram o surgimento do que se denomina hoje de “lulismo”.

(650,3 milhões) e Brasil (555 milhões) são os maiores mercados consumidores mundiais, consoante dados de 2005. A produção se localiza em países em desenvolvimento, com grande oferta de mão de obra, como a China (9 bilhões de pares/ano), a Índia (909 milhões) o Brasil (762 milhões), a Indonésia (580 milhões) e o Vietnã (525 milhões) (MOREIRA, 2006). Alguns desses países contavam com mão de obra de oferta elástica e custo baixo, além de já possuírem capacidade produtiva dedicada à produção de calçados para o mercado local. Esses fatores permitiram um rápido crescimento do setor de calçados nesses países, incorporando ao mercado recursos produtivos e mão de obra.

Nos anos de 1980, acompanhando as metamorfoses do mundo do trabalho, foram introduzidas novas técnicas organizacionais dentro das fábricas de calçados, tais como controle de qualidade, planejamento e controle da produção, novas tecnologias e equipamentos informatizados (ANTUNES, 2009). Com o crescimento da exportação dos produtos calçadistas no Brasil, escolas técnicas foram implantadas nas regiões produtoras e novos produtos passaram a ser desenvolvidos (ARAÚJO; BORSOI; LIMA; 2011).

Com a abertura econômica iniciada nos anos 1990 (CARDOSO, 2002) o setor calçadista brasileiro passou por um momento de grave crise (LOAYZA, 2011), afetado pela concorrência do produto importado, na grande maioria oriundos da China, provocando assim o início de um processo de reestruturação do cenário, que proporciona uma grande mobilidade do capital dessa produção em busca de incentivos fiscais e vantagens, principalmente pelas indústrias exportadoras (NAVARRO, 2006). Entre os fenômenos que influenciaram essa crise está o processo de redução e quase eliminação dos subsídios às exportações, conduzido pelo Governo Federal por força de acordos internacionais de comércio. Para reorganizar a produção, os caminhos foram variados e envolveram: a reorganização interna, a descentralização da produção por meio do desmembramento de grandes fábricas em pequenas unidades, a diversificação de mercados e o deslocamento da produção. Inicialmente, os deslocamentos ocorreram para as áreas circunvizinhas às regiões do Vale dos Sinos e de Franca, depois se voltaram para o Nordeste (ARAÚJO; BORSOI; LIMA; 2011).

Esse período foi marcado por fechamento de empresas, com eliminação de postos de trabalho e demanda por proteção contra a concorrência externa, baseada em

calçados baratos, com destaque para os da China⁴⁶. A partir de meados da década de 1990, com a pressão da concorrência, o setor se modernizou e procurou diversificar seus mercados.

2.3 NORDESTE: MOBILIDADE DE CAPITAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS CALÇADOS

Os anos 1990 foram marcados pela velocidade e a abrangência do processo de mundialização do capital⁴⁷, que levou a economia brasileira a passar por uma série de transformações (ANTUNES, 2005).

Para fazer frente à competitividade dos artigos importados, inúmeras empresas foram obrigadas a buscar novas formas de reduzir, de maneira significativa, seus custos de produção.

O Governo Federal também reduziu sua atuação como agente planejador e financiador de programas de fomento e passou a atribuir mais responsabilidade a estados e municípios pelo desenvolvimento de suas regiões (ALMEIDA, 2009). Dessa forma, os Estados, valendo-se de uma maior autonomia fiscal e financeira definida pela Constituição de 1988, deram início a uma grande disputa pela atração de novos investimentos privados em seus territórios, lançando mão de uma política agressiva de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura.

Houve uma forte disposição das empresas, até então concentradas no eixo Sul-Sudeste, em instalar unidades produtivas em outras regiões, o que ocasionou um grande acirramento da disputa entre os estados brasileiros que deram início a uma verdadeira “guerra fiscal” na tentativa de atrair novos empreendimentos para seus territórios (ARAÚJO; BORSOI; LIMA; 2011).

As políticas de incentivos fiscais adotadas pelos Estados provocaram uma mobilidade de investimentos em direção às mais distintas regiões e ocasionaram importantes mudanças na configuração espacial da indústria no Brasil (DIAS, 1996).

⁴⁶ COURO e calçados diagnóstico. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em 31/08/2014.

⁴⁷ Para uma maior consideração desse processo, ver o capítulo primeiro dessa dissertação em que abordamos em partes a obra de Chesnais (1996).

No que se refere ao segmento coureiro-calçadista, apesar de a maior parte das empresas ainda permanecer localizada no Rio Grande do Sul e em São Paulo, a produção nacional começou a distribuir-se por outras regiões, especialmente pelo Nordeste. Estados como Ceará e Bahia conseguiram atrair um grande número de empresas desse segmento graças à garantia das melhores condições para a fabricação de calçados uma vez que os custos de produção nesses locais eram bem inferiores aos de outras regiões brasileiras (ALMEIDA, 2009, p. 169).

A indústria de calçados é um gênero produtivo que praticamente depende desse tipo de estratégia: impulsionar cada vez mais a mobilidade do capital, ampliar o horizonte de alcance em direções a regiões cada vez mais afastadas dos grandes parques industriais do país – sem a qual as exigências impostas pela concorrência intercapitalista não poderiam ser cumpridas (JÚNIOR, 2013).

Diante dessa nova fase do capitalismo mundial na quais fronteiras comerciais, financeiras e de comunicação se rompiam com uma rapidez jamais vista, o Brasil deu início a uma série de reformas estruturais visando a uma melhor inserção do país à nova realidade imposta pelo mundo dito globalizado (ALMEIDA, 2009, p. 156).

Os anos 1990 podem ser considerados um marco para entendermos as profundas transformações do mundo do trabalho no Brasil. Mesmo nos anos 1970, quando se começa a germinar no interior paulista (mais fortemente na região de Santo André, São Bernardo e São Caetano) uma presença marcante dos sindicatos proporcionando greves gigantescas⁴⁸, é só a partir da abertura político-econômica no Brasil que o capital vai intensificar o processo de preenchimento de espaços até então não habitados pelas grandes indústrias (DRUCK, 1999). Inicia-se, assim, um longo processo de aceleração da mobilidade de capital, sendo proporcionada pelos poderes públicos locais, e pela visão sempre incontrolável dos capitalistas a busca de lucros mais fáceis, como sugere Harvey:

Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os torne mais atraente para o capital altamente móvel. As elites dirigentes locais podem, por exemplo, implantar estratégias de controle da mão de obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal etc., a fim de atrair o

⁴⁸ Em 1978, por exemplo, deu-se início a chamada greve “braços cruzados, máquinas paradas”. Só no ABC os operários de 41 empresas entraram em greve, em São Paulo (capital) 06 empresas, em Osasco 03. No mesmo ano houve mais uma greve por reajuste, totaliza-se na Grande São Paulo mais de 150 fábricas paralisadas, com mais de 167 mil operários em greve durante todo o ano de 1978 (BRAGA, 2012).

desenvolvimento para o seu espaço particular. Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. Formas corporativas de governo podem florescer nesses espaços, assumindo elas mesmas papéis desenvolvimentistas na produção de climas favoráveis aos negócios e outras qualidades espaciais (HARVEY, 2009, p. 266).

As instalações de fábricas de calçados fora do eixo sul/sudeste é a expressão do movimento sistemático do sistema metabólico do capital, atendendo a todas as necessidades impostas por ele. Uma produção sem necessariamente depender de um proletariado qualificado, envolvendo um complexo de relações sociais que pode implicar cada vez mais a concorrência entre aqueles que necessitam da venda da sua força de trabalho⁴⁹.

O setor do vestuário (confeções e calçados) é um dos setores industriais mais globalizados, o que permite que uma peça concebida num determinado país, tenha componentes fabricados em vários outros, dado o baixo valor agregado de seus produtos, sendo um dos que menos exige investimentos em unidades produtivas. Todavia é um dos setores industriais que mais utiliza mão de obra no acabamento, considerado o gargalo da produção. As exigências com relação à escolarização e qualificação dessa mão de obra são mínimas, o que favorece, sem grandes custos, o deslocamento espacial de unidades produtivas (LIMA, 1998, p. 04).

A indústria de calçados tem como principal característica o uso intensivo de trabalho humano em um processo de fabricação apoiado em técnicas e procedimentos que não exigem qualificações especiais. Por isso, a facilidade em conseguir mão de obra cada vez mais vasta. Segundo Costa,

Foi a busca de maior competitividade e maior participação no mercado internacional que provocou a migração de empresas traduzida pela procura de redução de custos de produção e de transporte: mão de obra de menor custo, incentivos fiscais e financeiros dos governos estaduais e maior proximidade do mercado americano (COSTA, 2002, p. 67).

⁴⁹ A Vulcabrás Azaleia em Sergipe, por exemplo, promovia uma série de estratégias de competição entre os trabalhadores, dentre elas, no relato de um entrevistado da fábrica recém-fechada em Ribeirópolis, estaria o que ele denominou de “noite sem sono”. Ele diz: “Nós trabalhávamos de dia e quando chegávamos ao final da tarde recebíamos o convite do homem lá que cuidava do nosso setor, que dizia assim para nós: ‘vem à noite trabalhar pela madrugada também, pois além de receber um pouco a mais, vocês ainda irão ser bem visto na fábrica, evitando que em momentos de demissões você não será demitido’. Aí, lá ia nós para uma noite sem sono” (informação verbal; Pedro, 31 anos, operário). Durante toda a dissertação os nomes dos sujeitos entrevistados para a pesquisa foram colocados em sigilo, substituindo por nomes fictícios, pois não pedimos autorização dos mesmos.

Além da concessão de incentivos, alguns outros fatores pesaram na mobilidade do capital de calçados para a região Nordeste do país, tais como: a localização geográfica favorável (próxima aos mercados do Sudeste), menor pressão exercida pelos sindicatos dos trabalhadores (em sua maioria são formados por antigos trabalhadores rurais, que apesar de um histórico de lutas populares – basta citarmos na liga camponesa situada especificamente em Pernambuco –, não possuem capacidade de mobilização de massas), oferta de terrenos por baixo preço, apoio logístico governamental e, especialmente, existência de mão de obra de baixo custo, elemento particularmente importante para indústrias intensivas em mão de obra, foram decisivos para a inserção do Nordeste no processo nacional de mobilidade das empresas calçadistas.

Figura 5 A Azaleia em Itapetinga na Bahia



Fonte: Agência de notícias Gente e mercado⁵⁰

Dessa forma, para atraí-las, o Governo se comprometeu com a disponibilização de áreas necessárias aos empreendimentos: construção e concessão dos empreendimentos em regime de comodato pelo período de 10 a 15 anos, renováveis por mais 10; fornecimento de energia elétrica, água e serviço telefônico, além da

⁵⁰ Disponível em: <http://www.genteemercado.com.br/>. Acessado em 22/11/2014.

implantação de cursos de capacitação e treinamento da mão de obra contratada (NERY, 2003).

Dessa forma, o Estado demonstra toda a sua força como auxiliador direto das demandas do Capital. Ele promove meios para que a relação Capital *versus* Trabalho ganhe formas de cooperação entre ambos. Essa cooperação ocorreu desde o surgimento do capitalismo (MARX, 2007), no entanto, nos últimos tempos, principalmente com a ilusão formada em torno do já esfacelado Estado de Bem Estar Social, proporcionou a falsa consciência de que seria possível um Estado voltado a atender as demandas da classe trabalhadora (LESSA, 2011).

Se a lógica de outrora era desenvolver a indústria de base para desenvolver o país (GUIMARÃES, 1998), nos anos 1990 se intensifica o modelo de desenvolvimento das indústrias voltadas para os bens de consumo “descartáveis”, assim, produtos como o calçado torna-se inteiramente favorecido pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governos brasileiros. Modelo esse adotado porque possibilitou a expansão do mercado brasileiro para outras partes do globo (ANTUNES, 2008).

Antes da política de incentivos fiscais, a indústria calçadista do Nordeste caracterizava-se pela produção familiar do tipo artesanal. Não havia uma especialização da produção em um único segmento de mercado. Além da produção de calçados, também eram fabricadas bolsas, mochilas e cintos, entre outros artefatos de couro⁵¹.

Assim, o desenvolvimento das forças produtivas relacionadas à indústria de calçados no nordeste e o processo de extração de mais valor estão amplamente vinculados às formas de políticas desenvolvidas por cada Estado federativo da região. Ao mesmo tempo em que os discursos governamentais se voltam para a exaltação da chegada dessas empresas (LOAYZA, 2011) que proporcionou vários postos de trabalho, essas mesmas políticas retiraram certa autonomia relativa daqueles que produziam artesanalmente e eram beneficiados diretamente com os seus serviços. Sendo que o processo de alienação do trabalho⁵² era anulado, pois o produto final era não só

⁵¹ Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/. Acessado em 23/11/2014.

⁵² Sobre o conceito de alienação, ver a obra de Mészáros A teoria da alienação em Marx (2006), é partir dela que aplicamos o termo nessa dissertação, que tem como premissa básica a alienação a partir do trabalho. Para uma análise diferente sobre a alienação *vide* Althusser: Aparelhos ideológicos de Estado (1985), o autor parte da premissa de que a alienação é algo que perpassa por todas as esferas da sociedade.

equalizado socialmente pelos membros das oficinas, como também os trabalhadores tinham acesso aos produtos por eles criados.

No entanto, o sistema metabólico do capital é incompatível com formas paralelas de economia, aonde chega devasta toda e qualquer forma alternativa. O processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) se desenvolve no Brasil de forma intensa ao mesmo tempo em que as isenções fiscais se espalham por toda a parte do país, formando não mais dois brasis (SOUZA apud RBS, 2013), mas sim o amplo e variado processo de inter-relação entre os capitais, seja financeiro ou industrial, sendo que essa mobilidade transformou o Nordeste em um grande polo industrial. No entanto,

A tentativa de consolidar e expandir o setor calçadista da região Nordeste do Brasil não é fenômeno de décadas recentes. No passado, o governo federal, através da SUDENE, implementou ações importantes na atração de investimentos desse setor para a região, através de mecanismos de estímulos fiscais e creditícios que tinham como objetivo a criação e consolidação de um polo coureiro-calçadista (LOAYZA, 2011, p. 52).

Entretanto, esse período não contribuía para que esse ramo industrial se desenvolvesse plenamente. Apesar de investimentos do governo no setor, não se tinha ainda no Brasil uma cultura de consumo de massa (BAUMAN, 1998) voltada para produtos de calçados, e havia também pouca divulgação (propaganda) dos mesmos. O país vivia ainda sob forte influência da ideologia fordista⁵³ – era preciso desenvolver cada vez as indústrias de base (LOPES, 1993).

O setor calçadista nordestino tinha pouca expressividade no cenário nacional. Por sua vez, já no final da década de 1990 a indústria de calçados no Nordeste chegou a canalizar cerca de 20% da mão de obra do setor (GARCIA, 2010).

Alguns estudiosos procuraram compreender porque essas mudanças nas relações de produção envolvendo o Nordeste (ponto de grande mobilidade do capital para essa região) desenvolveram-se justamente no período de abertura política e econômica do país.

Diniz (1995) conclui que o fator locacional, com a abertura, seria primordial para a reconstrução relativa da produção industrial. A mobilidade das indústrias seria uma tendência de longo período, fazendo com que os mercados nacionais comessem a dinamizar os seus produtos para poderem competir igualmente com o mercado internacional, aproveitando a redução dos custos na infraestrutura e na mão de obra. Essa análise baseia-se então na noção de “fugas de capitais”, otimizando o seu processo

⁵³ Discutido no primeiro capítulo dessa Dissertação.

de alargamento das fronteiras. Para Mészáros (2009), essa “fuga” não seria nada mais do que o capital se oxigenando através de mecanismos incontrolláveis de sociometabolismo.

Naqueles anos, ocorria uma mobilidade de capital das indústrias para o interior dos Estados. Para Sabóia (2001), era possível observar que a importância do setor industrial estava perdendo peso no Sudeste do Brasil. No entanto, era ainda o grande centro industrial, só que, havia uma desconcentração da produção, a região passava agora a produzir produtos de alta ponta (como o exemplo das siderúrgicas, indústria automotivas etc.), enquanto que o Norte/Nordeste começa a controlar a produção tradicional (produtos de bens de consumo descartáveis).

Era evidente a insurgência de indústrias de minerais não-metálicos, produtos alimentares, bebidas, têxtil e calçados para a região Nordeste, enquanto que o segmento básico da indústria pesada se concentrava cada vez mais no Sul/Sudeste do país (ARAÚJO, 1999). A divisão social territorial das indústrias é de fato o processo de assoreamento que contém e ao mesmo tempo edifica o desenvolvimento intensivo das forças produtivas. A partir desse processo, a relação Capital/Trabalho se torna cada vez mais – como nunca antes visto de forma tão intensa no capitalismo – uma relação de interdependência profunda, acarretando uma tarefa incrível por parte dos trabalhadores: o desenvolvimento e aperfeiçoamento da luta de classes (MÉSZÁROS, 2002).

Mészáros adverte que a mobilidade e expansão do capital tornaram os espaços mais habitáveis, no entanto, mais sujeitos a enfraquecimento das reivindicações dos trabalhadores. Por exemplo, no Brasil, o que antes eram espaços de fome (como no Nordeste), pode-se dizer que se tornaram locais apropriados para extração da mais-valia de forma mais branda e com poucos desgastes políticos⁵⁴ (ALVES, 2000).

Acrescentando alguns argumentos sobre a mobilidade das indústrias para a região Nordeste, Azevedo e Toneto Jr. (2001) apontam que a relocação é fruto imediato da migração do emprego para regiões onde a mão de obra e os recursos naturais são mais baratos.

⁵⁴ O Nordeste brasileiro, durante os anos 90, comparado ao Sudeste, ficou quase dez vezes atrás no número de greves durante toda a greve, segundo dados do DIEESE (ALVES, 2000).

Figura 6 Fábrica da Azaleia em Ribeirópolis no estado de Sergipe



Fonte: Agência de notícias Sergipe em foco⁵⁵

A necessidade de força de trabalho barata com pouco poder de barganha política passa a ser um critério decisivo na determinação da localização das fábricas. A mudança de uma lógica apenas técnica para uma lógica de rendimentos visa à criação e o desenvolvimento de recursos específicos. As estratégias de localização, dessa forma, buscam romper restrições tais como a disponibilidade de capital e recursos naturais e passam a ser direcionadas prioritariamente a favor de condições que permitam a aquisição e exploração de força de trabalho. (LOJKINE, 1995).

Portanto, a década de 1990 tem como marca central para as indústrias de calçados a mobilidade de seus capitais, promovendo a aceleração e crescimento da economia nordestina, e todos os ônus que ela acarreta. O Nordeste passa a ocupar espaços de destaque no cenário brasileiro ao exportar produtos e contribuir para o desenvolvimento da economia nacional (MOREIRA; CASTRO, 2009).

A consolidação das metamorfoses no mundo do trabalho, especificamente no ramo de calçados no Nordeste brasileiro, dá-se com a intensificação de fábricas marcadas pela linha de produção, correlacionados com a demanda⁵⁶, ou seja, a mistura

⁵⁵ Disponível em: <http://sergipeemfoco.com.br/noticia.php?sa=&cod=13192&>. Acessado em 22/11/2014.

entre dois processos de produção, Fordismo e Toyotismo, somados também a uma acumulação flexível que se verificava por meio de uma radical reconstituição de configurações espaciais.

A modernização das indústrias calçadistas, com a incorporação de novas tecnologias e de novos procedimentos organizacionais, tem um caráter híbrido e desigual. Isso porque tal modernização se caracteriza pelo trabalho intensivo, em que pese a adoção de inovações com relação a produtos, materiais, maquinaria e informatização das fábricas. No quesito organizacional, nota-se fortemente o que Fleury (1985) chama de rotinização: a adoção mesclada de elementos organizacionais distintos, como a permanência da linha de montagem tradicional taylorista-fordista, ao lado de equipes voltadas a produtos específicos, a emulação e o tensionamento da fábrica na perspectiva toyotista, a utilização do *kanban* etc (ARAÚJO; BARSOI; LIMA, 2011, p. 371-372).

Nos anos 2000, todo esse processo se intensifica e a mescla entre os fordismo e toyotismo ganha cada vez mais força. Os espaços fabris das indústrias de calçados se desenvolvem a cada dia numa íntima relação de fortalecimento dos aspectos tecnológicos e de enfraquecimento da força política dos seus trabalhadores e representantes legais (sindicatos).

Seja pela via da coação, seja pela via da cooptação, as empresas têm implementado políticas de gestão que inibem os trabalhadores em suas reivindicações trabalhistas e, muitas vezes, até mesmo em seu direito de associação, como ocorre àqueles representados pelos sindicatos filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Assim, os novos modelos de gestão da força de trabalho, o desemprego estrutural e o modo como as empresas têm expandido sua capacidade produtiva – migrando para regiões não-industrializadas e terceirizando parte significativa da produção – têm sido elementos fundamentais para o enfraquecimento da atuação sindical (ARAÚJO; BARSOI; LIMA, 2011).

A classe trabalhadora da indústria de calçados e de grande parte dos outros ramos industriais está em busca de direitos sem os quais a sua sobrevivência estaria ameaçada: o direito ao trabalho e ao emprego. Dessa forma, os aspectos tornam-se gradativamente defensivos, tanto que os sindicatos deixaram de assumir, em sua grande maioria, estratégias para o ataque dos interesses do capital (ANTUNES, 2008).

Nos anos 2000, o mundo passava por grandes transformações não só no âmbito fabril – em que a crise estrutural era uma de suas fortes consequências com

⁵⁶ Ver Araújo; Borsoi; Lima, 2011.

implicações nos demais complexos sociais (MÉSZÁROS, 2008) –, mas também na esfera política.

Nesse sentido, a mobilidade de capital aumenta em todo mundo, as indústrias de calçados acelerou a sua expansão para os vários continentes. Os Estados Unidos, que sempre foi um dos grandes compradores dos produtos brasileiros, começam a aumentar os investimentos no setor e passam a controlar várias empresas espalhadas pelo mundo, são responsáveis diretos pelo aumento da política de mobilidade de capitais durante toda a década de 2000 e apontam quais regiões espaciais deveriam ser ocupadas para uma maior lucratividade das empresas (NAVARRO, 2006).

Diferentemente de 2001, quando a maioria das transferências ocorria para um único país de destino, 48% dos deslocamentos foram realizados de forma simultânea para países “near shore” na América Latina, China e outros países “offshore” da Ásia. Esse movimento segue uma tendência mundial, com os países europeus transferindo produção para o Leste Europeu e Ásia e Economia Emergentes Asiáticas utilizando países vizinhos e a China como base de produção (MOREIRA; CASTRO, 2009, p. 237).

No Brasil dos anos 2000, a mobilidade de capital de indústria de calçados para a região Nordeste é menos intensa, entretanto, há uma consolidação da região nesse setor, que se fortalece e cresce economicamente até os dias de hoje. Segundo dados do IBGE (2008), entre os anos de 1996 até 2007, a indústria de transformação brasileira cresceu 28,8% enquanto a atividade de calçados no nordeste expandiu sua produção em 39,8%. “O forte crescimento da produção industrial no setor de calçados foi acompanhado da expansão do emprego” (CASTRO; MOREIRA, 2009, p. 247).

Figura 7 Trabalhadores da Azaleia em Vitória da Conquista na Bahia



Fonte: Agência de notícias Vitória da Conquista⁵⁷

A Vulcabras Azaleia, uma das maiores empresas do ramo calçadista no Brasil, é sem dúvida um caso emblemático durante esse período. O fechamento de grande partes das unidades fabris do seu Estado de origem, o Rio Grande do Sul, para se concentrar no Nordeste do país demonstra o impacto da mobilidade dessa indústria. O custo da produção foi apontado pela empresa como fator determinante para essa postura (LOAYZA, 2011).

Além do deslocamento da produção, outras estratégias que atingem as unidades localizadas na região Nordeste estão sendo colocadas em prática pelos produtores de calçados brasileiros. Uma particularidade desse movimento de reestruturação diz respeito ao crescimento da produtividade nos últimos dois anos. Esses ganhos de produtividade decorrem do aumento da produção industrial acima do incremento das horas pagas. Outro aspecto relevante é a associação entre os ganhos de produtividade e a estabilidade do rendimento médio dos trabalhadores (em número de salários mínimos) do chão de fábrica (CASTRO; MOREIRA, 2009, p. 248).

Essas empresas permaneceriam lá provisoriamente, enquanto os incentivos fiscais garantissem sua lucratividade e os mercados nacional e internacional demandarem seus produtos (ARAÚJO; BARSOI; LIMA; 2011). Como tal, “O caráter modular da produção e o baixo ou quase inexistente investimentos em infraestrutura – fornecida pelo estado – minimizam prejuízos, bastando às fábricas encaixotarem suas máquinas para migrar para um novo local” (ARAÚJO; BARSOI; LIMA; 2011, p. 382).

⁵⁷ Disponível em: www.vitoriaadaconquistanoticias.com.br. Acessado 17/10/2014.

O desenvolvimento móvel de capital – se alternando gradativamente a partir das necessidades da produtividade – estabelece uma reestruturação produtiva de equipamentos e formas de utilização do trabalho vivo e, na década de 2000, confere a essas indústrias o estatuto de “usos dos espaços”. Portanto, a reestruturação produtiva e a “flexibilização” não são apenas exclusividades do ambiente físico fabril, são também processos que envolvem a relação entre a territorialidade propícia para a mobilidade das indústrias com o propósito de torná-las mais lucrativas e produtivas.

A realocação industrial do setor calçadista na Região Nordeste reflete dupla motivação: a homogeneização da produtividade obtida quer através da importação de máquinas e equipamentos e/ou insumos mais elaborados e o diferencial de remuneração dos trabalhadores de chão de fábrica na região (cerca de 30% menor que no sul do país) (CASTRO; MOREIRA, 2009, p. 250).

A indústria calçadista apresenta uma cadeia produtiva favorável para a obtenção de lucratividade maior do que em outros tipos de indústrias, pois a negociação das mesmas é direta com o comércio, e muitas já possuem seus próprios meios de comercialização. Se na década de 1990 era necessária a presença marcante dos atravessadores, na década seguinte essa necessidade foi praticamente eliminada (LOAYZA, 2011).

Durante a primeira década dos anos 2000, o clima foi marcado pelo crescimento do setor e por momentos de instabilidade na produção, devido à entrada cada vez mais forte dos produtos chineses com todo o seu barateamento. Essa concorrência prejudica tanto o mercado brasileiro quanto o mercado externo (MACHADO, 2007). Para que se tenha uma exata noção dessa influência asiática em torno da indústria de calçados, segundo dados da ABICALÇADOS (Associação brasileira de indústria de calçados) (2005) referente a produção mundial de onze anos atrás (2004), a Ásia representava 82,5% do total de calçados produzidos no mundo, em relação ao consumo mundial essa percentagem cai em cerca de 50%, pois o mercado consumidor da região representou “apenas” 44,2%. Em 2008, esses números diminuíram para 79% da produção mundial, porém a Ásia continua sendo a maior produtora de calçados do mundo⁵⁸.

⁵⁸ Resenha estatística 2010. Disponível em: <http://www.abicalçados.com.br>. Acessado em 09/07/2014.

Em 2010, o governo brasileiro limitou as importações dos produtos chineses no país, entretanto, o fechamento de fábricas continuou a crescer (ARAÚJO; BARSOI; LIMA, 2011), mostrando assim que o caráter das crises (nesse caso, das crises periódicas das indústrias de calçados) não pode ser encarado univocamente, apenas por uma lógica causal, como por exemplo, na afirmativa de que o fechamento de fábricas no Nordeste é fruto da inserção dos produtos chineses. O caráter das crises é que ela é fruto de algo estrutural e inerente ao capitalismo, porém, ao contrário das outras crises que o sistema sociometabólico do capital já passou, essa na qual estamos inseridos provoca profundas metamorfoses em todos os poros da sociedade (MÉSZÁROS, 2002).

2.4 TRABALHADORES DOS CALÇADOS DE PÉS NO CHÃO

Com a ascensão do lulismo⁵⁹ ao governo federal do Brasil, a relação entre Capital e Trabalho parecia estar ameaçada devido ao histórico do partido que então se tornava governo. No entanto, o amoldamento do PT às estruturas do capitalismo se manifestou já no seu primeiro ano no governo (IASI, 2006).

A década de 2000, contudo, em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002, foi marcada por uma verdadeira reviravolta “transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado, que, naturalmente, nos ajuda a compreender as mudanças recentes verificadas nos sindicatos [...]. Em termos gerais, nunca é demais rememorar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais (BRAGA, 2012, p. 204).

A classe trabalhadora sofreu um tremendo retrocesso no desenvolvimento da sua consciência de classe, sendo que o seu maior aparato de luta, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) estava extremamente cooptado pelas estruturas de poder (BRAGA, 2012). Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil começou a ocorrer a partir de um pacto conciliatório entre as classes sociais, obviamente, esse pacto foi mediado pela esfera governamental (Oliveira, 2003). Entretanto,

⁵⁹ Expressão usada por André Singer (2012) para caracterizar os dois mandatos de Lula.

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas forças produtivas – base de toda a sua história –, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente (MARX, 2009, p. 245).

Nesse sentido, as relações de produção no Brasil da década de 2000 são a continuação do modelo de acumulação capitalista, plenamente entrelaçado com a reestruturação produtiva estabelecida nos anos anteriores; essa reestruturação se acelera, se consolida e culmina em polos industriais do país com o estabelecimento no Nordeste.

Em pleno momento em que diversas teorias apontam para o fim da classe trabalhadora (OFFE, 1989; GORZ, 1982; BELL, 1980), o desenvolvimento industrial no Nordeste parece querer desmentir toda e qualquer afirmativa aponte para esse consenso.

O desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste ocorreu tardiamente em relação a regiões como o Sul e o Sudeste do Brasil. No entanto, tratando-se em termos quantitativos, na década de 2000, segundo dados do DIEESE, o Nordeste representava 21% do proletariado fabril no país⁶⁰.

O perfil dos “novos” contingentes proletários formados na região é sem dúvida um fato de extrema importância para a mobilidade das indústrias para o Nordeste. No que tange às indústrias de calçados, esse “novo” proletariado, na sua grande maioria, não possui instrução escolar, mesmo os que possuem certa escolaridade aceitam as condições de trabalho apresentadas, pois a quase inexistência de trabalho formal anterior torna o emprego fabril atrativo para esses contingentes (LIMA, 2011).

Apesar de o trabalho formal ter sido uma novidade com maior força na realidade nordestina na década de 1990 e da conseguinte inserção de amplas camadas da população excluída nesse cenário, é quase impossível não sinalizar que a precarização do trabalho é uma realidade desse contingente.

Essa precarização – embora alguns estudiosos apontem a sua existência até mesmo no período de escravidão do Brasil (LOPES, 1993; MARTINS, 2008) – é fruto do desenvolvimento das forças produtivas em escalas cada vez mais gigantescas, da

⁶⁰ Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>. Acessado em 20/09/2014.

relação crescente de estranhamento dos trabalhadores perante o produto final do seu trabalho, do crescimento da extração de mais-valia absoluta e, sobretudo, das condições de trabalho e remuneração (ANTUNES, 2008; ALVES, 2000; BRAGA, 2012). É com essa última perspectiva que estamos analisando o nosso objeto. A descrição abaixo sobre a execução do trabalho nas fábricas calçadista no Nordeste é sem dúvida um fato preponderante de precarização do trabalho:

A grande maioria dos trabalhadores trabalha em pé. No caso da costura, existem alguns postos em que o trabalhador se mantém sentado para executar suas tarefas. As mulheres ficam com as atividades que exigem maior habilidade manual, maior leveza e delicadeza nos gestos e menor esforço físico, como costura, cola, embalagem. Os homens assumem as atividades consideradas “mais grosseiras”, como lixa de solado ou de parte do acabamento e do corte. Calor e falta de ventilação adequada nos galpões, cheiro forte dos produtos químicos utilizados, máquinas perigosas, falta de refeitório, o que obriga os trabalhadores a comerem no chão, são algumas reclamações comuns, embora variáveis conforme a fábrica (ARAÚJO, BARSOI, LIMA, 2011, p. 372-373).

Tudo isso somado à baixa sindicalização do operariado proporciona um cenário de extrema precarização, que afeta não apenas os aspectos físicos do trabalhador, mas também a sua subjetividade.

Dentro do sistema sociometabólico do capital – principalmente a partir da sua mundialização – o problema relacionado ao estranhamento/alienação reforça amplamente os aspectos relacionados a uma vida plena e cheia de sentido. Um mundo pleno de mercadorias, segundo Lukács (2010), é um mundo de características manipuladoras que penetram todos os poros da sociedade e não apenas os da produção, como os do consumo e os da reprodução social.

Casos de alcoolismos são frequentes entre os operários das indústrias de calçados (NAVARRO, 2006). As condições de tratamento médico dado pelas empresas são quase nulas, e com a falta de sindicatos combativos essa situação só se agrava a cada dia (LIMA, 2011). O novo modelo de gestão da força de trabalho, mobilizando o capital das empresas para outras regiões sem tradição de lutas sindicais, somados ao desemprego estrutural, tem de certa forma enfraquecido a atuação desses sindicatos – na maioria das vezes não conhecem as reivindicações da própria categoria em que eles atuam.

A luta de classes, em seu aspecto contingente, se expressa por microrresistências e simulações ocultas do trabalho vivo contra o novo

patamar de exploração da força de trabalho. A crise de sindicatos e partidos trabalhistas, “intelectuais orgânicos” da classe, expressam, em parte, as dificuldades de as instituições políticas (e sindicais) enfrentarem a “guerra de posição” que ocorre no campo da subjetividade das individualidades de classe do trabalho (ALVES, 2011, p. 114-115).

Somando-se à fraca presença sindical, as ações governamentais dos Estados nordestinos estavam todas voltadas para a consolidação do Capital na região, em detrimento de qualquer necessidade dos trabalhadores. Assim, não só os incentivos fiscais foram as suas armas, como também usaram a “criação” de falsas cooperativas que contribuía com as indústrias que se instalassem na região (GARCIA, 2010).

Essas cooperativas auxiliavam a subcontratação do trabalho: os Estados treinavam com recursos próprios os funcionários dessas cooperativas, pagavam até mesmo os primeiros meses de salário dos trabalhadores e doavam máquinas em regime de comodato às indústrias (GARCIA, 2010).

No conjunto, nessas cooperativas predominou um forte caráter precarizador, com uma autogestão pró-forma, subordinada às empresas contratantes. Em sua organização, formas variadas foram adotadas: cooperativas formadas por quadros de direção demitidos, organizadas para trabalhar como terceirizadas para a empresa de origem; sugestão de organização de cooperativas pelos sindicatos com trabalhadores demitidos nos processos de reestruturação; políticas de governo com o envolvimento de várias instâncias estatais na formação, organização, sustentação financeira inicial de cooperativas em parceria com empresas privadas em regiões com mão de obra abundante e barata, e em pequenas cidades do interior sem tradição industrial (LIMA, 2009, p. 117).

Se a relação entre Capital e Estado quase sempre foi marcada por uma relação amistosa, com raríssimas exceções (MÉSZÁROS, 2002), o caso relacionado às federações do Nordeste brasileiro, frente à atração das indústrias calçadistas para a sua região, pode ser caracterizada como ações que garantem uma relação amistosa com as indústrias e a acumulação capitalista *stricto sensu*. O Estado ajuda não apenas na redução de possíveis conflitos, como contribui também para elevar ainda mais o lucro do capital, abrindo suas portas de forma exacerbada, participando da qualificação do trabalho vivo e contribuindo para a aceleração do trabalho morto. O Estado é, portanto, agente primordial no desenvolvimento das forças produtivas e aproveitou-se dos sujeitos envolvidos – trabalhadores sem muita qualificação e sem sistemas organizativos preparados para confrontar com o grande capital e o Estado. Esses trabalhadores eram contratados como entes associados às cooperativas que, na verdade,

eram unidades produtivas. As cooperativas funcionavam como prestadoras de serviço, mais precisamente, participavam da cadeia produtiva enquanto intermediárias para a contratação da força de trabalho (PEREIRA JÚNIOR, 2002). Dessa forma, elas eram parte integrante da estratégia governamental para o fortalecimento da mobilidade das indústrias de calçados para o Nordeste, usadas como terceirização em grande parte dos processos produtivos, eliminando, assim, custos com leis trabalhistas (LIMA, 2011).

A maioria dessas cooperativas localizava-se no interior dos Estados nordestinos, e serviam ao trabalhador como única forma de trabalho formalizado a lhe proporcionar um salário no final do mês.

Segundo Pereira Júnior (2002), após interferências judiciais, as empresas tiveram que abandonar aquela forma de regime e contratar os trabalhadores através de CLT. A partir dessas medidas, os Estados começaram a não mais participarem ativamente desses arranjos de trabalho.

Como se pode ver, o processo de mobilidade de capital para a região Nordeste foi favorecido por fortes fatores: desde a facilidade em encontrar força de trabalho mais barata e pouco organizada politicamente às vantagens concedidas pelos Estados federados do Nordeste – incentivos fiscais e até mesmo favorecimento da relação entre o Capital e o Trabalho por meio de criações de falsas cooperativas que pudessem contribuir na forma de contratação cada vez mais precária da força de trabalho.

Ademais, o movimento de “reestruturação produtiva” assume características sumariamente invariáveis para a sobrevivência das indústrias de transformação, como a de calçados; ou seja, para que elas consigam se manter no mercado, é necessário fazerem com que o seu capital seja o mais cosmopolita possível – adequam-se às regiões e adequam as regiões a sua forma de funcionamento. Assim, a indústria calçadista, ao se lançarem numa cruzada pelo Nordeste, tinham plena consciência de que a qualquer momento chegaria a hora de retirar-se para outras partes onde fosse possível desenvolver seus lucros sem interferência de qualquer agente externo, seja ele o próprio Estado ou os sujeitos envolvidos na produção – os trabalhadores.

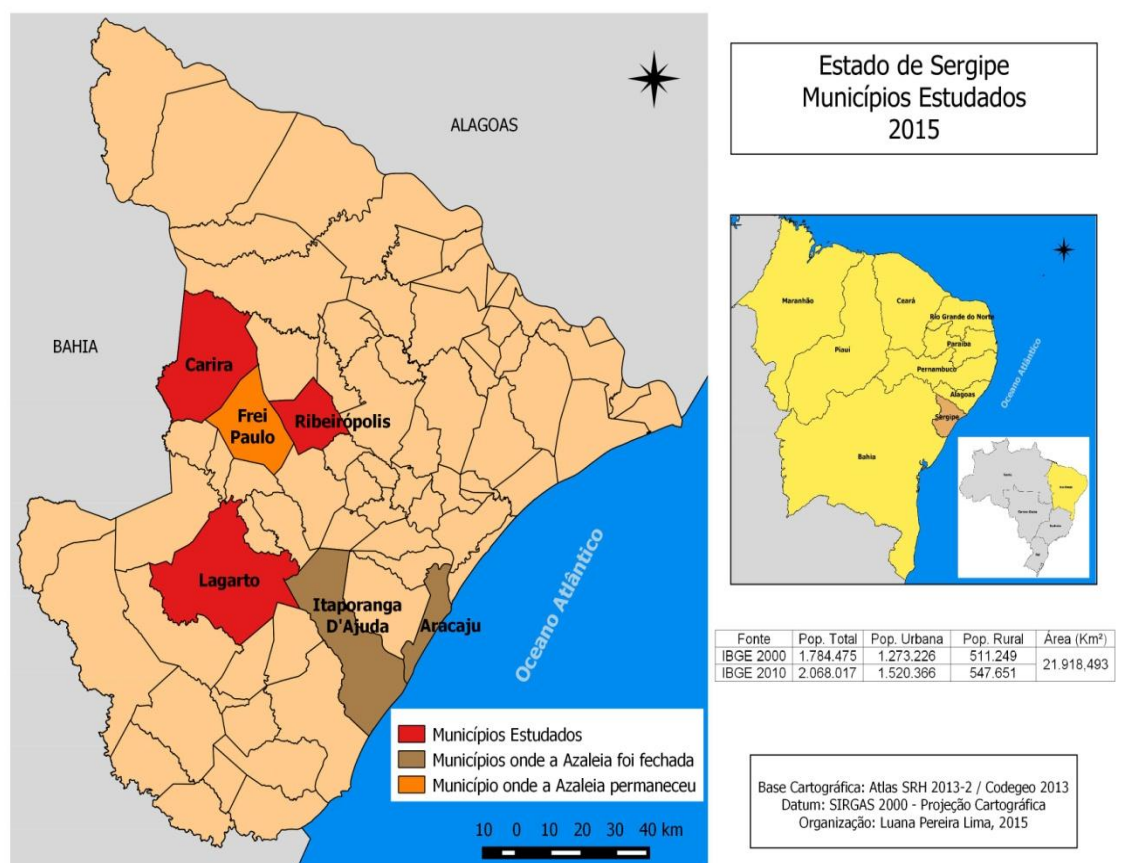
O caso da Vulcabrás Azaleia no estado de Sergipe, que será abordado no próximo capítulo, é sem dúvida um fator interessante para entendermos o movimento do capital, como ele se implanta num local levando “prosperidade” financeira, tanto para os trabalhadores envolvidos no processo de produção quanto para os demais moradores das

regiões, seja através do aumento de compras no comércio ou do crescimento do setor de aluguéis etc. Dialeticamente, a entrada do capital torna a forma de vida dos moradores da região voltada unicamente para as instalações das fábricas e, a partir dos fechamentos delas, a pauperização resulta na volta ao passado – o trabalho no campo.

3 A VULCABRÁS AZALEIA EM SERGIPE: CONSOLIDAÇÃO E SAÍDA DE CAPITAL

A chegada e a saída de unidades fabris de uma indústria do porte da Vulcabrás Azaleia no menor estado da federação brasileira (Sergipe), mais precisamente nas regiões interioranas, não pode ser analisada do ponto de vista apenas dos impactos ocasionados nessas regiões – muito embora isso seja obviamente de suma importância, pois traduz a realidade nos seus aspectos objetivos.

Mapa 1 – O Estado de Sergipe



Este capítulo trata da análise do processo produtivo a partir de uma totalidade. O objetivo é analisar a mobilidade do capital da indústria, compreender seus interesses de consolidação no Estado e as formas de manutenção das várias unidades

durante um período relativamente longo⁶¹ e, por fim, analisar os impactos ocorridos com o fechamento dessas unidades fabris.

Para tanto, foram feitas entrevistas semiestruturadas com antigos operários que trabalhavam na empresa antes do seu fechamento, e também com sindicalistas que acompanharam o desenvolvimento da indústria durante os anos em que ela esteve presente. Analisamos as entrevistas dos gestores da empresa concedidas para órgãos da imprensa sergipana, além dos discursos do governo relacionados à Vulcabrás Azaleia ao longo dos anos e, mais precisamente, após o anúncio do fechamento de grande parte de suas fábricas⁶².

3.1 SERGIPE, UMA ECONOMIA “PERIFÉRICA”

Ao longo de sua história, o Estado de Sergipe, assim como os demais estados do Nordeste, é dominado econômica e politicamente por um pequeno número de famílias oriundas da oligarquia rural que controlavam as principais atividades produtivas existentes no Estado. Hoje, essa situação é hegemonizada e materializada na existência de um reduzido grupo de famílias que controlam os meios de produção – um contingente cada vez maior de trabalhadores que dependem diretamente da venda de sua força de trabalho. Nessas regiões, o campo não mais representa uma resistência efetiva ao domínio do capital, pois os antigos trabalhadores do campo que viviam do que plantavam foram quase que totalmente inseridos dentro da lógica de acumulação do capital (MATOS, 2001).

Essas famílias exerciam o seu poder através do domínio das atividades econômicas de base agrícola, que eram os principais responsáveis pelo crescimento da economia local. Posteriormente, elas acabaram expandindo seus negócios para os setores industriais e de serviços, com ênfase nas indústrias têxtil e na construção civil, atividades comerciais (*shoppings centers*) e meios de comunicação de massa (rádio, jornal e televisão) (DANTAS, 2004).

Por volta do final dos anos de 1960 e, principalmente, a partir da década de 1970, com a implantação de indústrias de grande porte, a exemplo da Petrobrás e da

⁶¹ Esse período teve início no ano 1988 com as primeiras instalações em Aracaju, e depois para o interior do Estado (BOTELHO, 2003).

⁶² A única unidade fabril que continua até o presente momento em que concluímos esse estudo, é a da cidade de Frei Paulo, que era também o polo estadual da Vulcabrás/Azaleia em Sergipe.

indústria de cimento dos Grupos João Santos e Votorantim, entre outras, a economia sergipana começou a passar por grandes transformações. Assistiu-se a uma diversidade de atividades produtivas até então inexistentes, à queda progressiva da agricultura como principal formadora do produto interno bruto estadual e à ascensão da indústria de transformação e do setor de serviços (Dantas, 2004). Durante esse período,

Os setores agrícola e industrial obtiveram em sua estrutura sensíveis mudanças, alterando, assim, a paisagem do Estado, notadamente dos grandes centros urbanos e com maior ênfase, Aracaju. Impulsionada pelos grandes investimentos da Petrobrás e pela política de crédito do Banco Nacional de Habitação, a indústria da construção civil, se, de um lado, possibilitou o surgimento de grandes grupos empresariais nessa área, com atuação especial em Aracaju, de outro, ampliou largamente as oportunidades para que a classe média pudesse adquirir seu imóvel próprio. De igual maneira, a Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB-SE), ao executar um amplo programa de construção de casas populares, contribuiu, também positivamente, para a mudança no perfil econômico e social da população sergipana (BARRETO, 2013, p. 174).

Todavia, para Ibarê (2004), é somente a partir dos anos de 1990 que efetivamente se pode dizer que Sergipe se tornou mais integrado à economia nacional e mais aberto à incorporação do progresso técnico e às inovações, com resultados visíveis e significativos nas diferentes dimensões da vida econômica, política e social. Materializa-se, assim, uma relação mais sólida do Estado de Sergipe em relação aos demais do país.

O setor industrial em Sergipe apresenta um quadro onde é possível distinguir claramente dois momentos: o primeiro inicia-se nos anos 70 e vai até a primeira metade dos anos de 1980, quando um conjunto de investimentos industriais de empresas públicas e privadas impulsionou o crescimento do produto econômico revolucionou as atividades urbanas – alteração significativa da feição, até então essencialmente tradicional, da economia sergipana; o segundo, a partir de meados dos anos de 1980, quando o ciclo anterior se esgotou e o setor terciário passou a apresentar as atividades mais dinâmicas de nossa economia (LOPES, 1995).

Em termos gerais, a economia de Sergipe cresceu 164% na década de 70 e 53% na década de 80. No final dos anos 80, a economia de Sergipe era cerca de três vezes maior do que no início dos anos 70. Por outro lado, durante essa década, a taxa anual de crescimento do produto interno foi de 10,2% ao ano e, entre 1981-1989, de 5,5% ao ano (LOPES, 1995, p.19).

Nos anos de 1990, a economia sergipana perdeu dinamicidade e apresentou um crescimento negativo do PIB. No entanto, ela acompanha certa recuperação da economia brasileira no início do Plano Real (1994): voltou a apresentar taxas positivas de crescimento, embora em patamar mais baixo do que nos anos 70 e parte dos anos 80 (DANTAS, 2004). Várias empresas são atraídas por um conjunto de benefícios e incentivos fiscais oferecidos pelo governo de Sergipe, favorecendo assim a instalação de várias fábricas importantes no cenário da economia brasileira, tais como: A Brahma, no município de Estância, da fábrica de biscoitos Mabel, em Itaporanga D'Ajuda, da construção de novas plantas industriais da Azaleia no interior sergipano (que se concluiu no início dos anos 2000), sem contar os empreendimentos que estão sendo implantados em Aracaju e em Nossa Senhora do Socorro (Matos, *idem*).

3.2 SERGIPE DENTRO DO CIRCUITO DE MOBILIDADE DA VULCABRÁS AZALEIA

A escolha do Estado de Sergipe para a implantação das unidades fabris aconteceu, segundo relatos dos administradores da empresa, devido à proximidade de grandes portos, como o de Salvador, além dos incentivos fiscais promovidos pelos governos do Estado e da disponibilidade das infraestruturas necessárias. Muito embora saibamos que um dos fatores, obviamente não retratado pelos gestores da empresa, foi a força de trabalho financeiramente mais acessível. Já que:

Quando são necessários menos gastos para movimentar a máquina que produz as mercadorias, as coisas necessárias para manter essa máquina chamada operário são também mais baratas. Quando todas as mercadorias se tornam baratas, o trabalho, que também é mercadoria⁶³, cai igualmente de preço [...] e esse trabalho-mercadoria, proporcionalmente, custará muito menos que as outras mercadorias (MARX, 2009, p. 227).

Apesar de a entrada da Azaleia ocorrer nos finais dos anos 1980, é só a partir da década de 1990 que a força de trabalho será melhor aproveitada e a indústria de calçados irá se consolidar no Estado – justamente a partir da saída da capital (Aracaju) para o interior (Itaporanga D'Ajuda). Essa mobilidade permitiu à empresa fugir das

⁶³ Com o decorrer das suas pesquisas, Marx irá abandonar a noção de trabalho enquanto mercadoria, e passará a vê-lo como algo inerente a qualquer sociedade, o que será considerado mercadoria para o autor é a “força de trabalho”, ver o livro I do capital (1983).

correntes sindicais que ainda promoviam lutas políticas na capital sergipana – a exemplo do Sinditêxtil, que movimentou várias greves dentro da extinta Alpargatas localizada no Distrito Industrial de Aracaju e das fábricas Confiança e Sergipe Industrial, espaços de grandes conflitos ocasionados pelo mesmo sindicato (DANTAS, 2004). .

Na década de 1990, as instalações das fábricas começam a estabelecer novos padrões de produção – sem abandonar os métodos fordista – por meio da “reestruturação produtiva”, adotando como estratégias o gerenciamento da qualidade total, que deveria garantir a maximização dos ganhos com uma política de redução dos custos em infraestrutura. A Azaleia segue o mesmo padrão de “reestruturação produtiva”, sendo que:

A terceirização de etapas produtivas complementava a política de contenção de despesas à medida que aumentava o contingente de trabalhadores enquanto não gastava com a qualificação, pois não era necessária a esse tipo de mão de obra, à qual também não era fornecido alto retorno financeiro. A proposta da Azaleia inseria-se no contexto nacional de flexibilização produtiva e das relações do trabalho, como era presente no setor coureiro-calçadista gaúcho, região de onde provém a fábrica (BOTELHO, 2003, p. 50).

O governo do Estado se comprometia com a criação de instalações físicas que atendiam aos interesses da indústria, e ao mesmo tempo capacitava os operários por meio de cooperativas criadas para dar suporte técnico à Vulcabrás Azaleia.

O caráter dessas cooperativas fugia dos parâmetros em que o controle era exercido pelos trabalhadores para serem amplamente gerenciados pelos órgãos executivos, que estabeleciam o que e como seriam as bases para a “qualificação” da força de trabalho, e também a forma de prestar os serviços.

O exemplo das cooperativas talvez seja o mais eloquente, uma vez que, em sua origem, elas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e do desemprego. O que vem fazendo os capitais em escala global: criando cooperativas falsas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho, quando não sua destruição. Sabemos que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido coletivo, em oposição ao despotismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo por isso um real instrumento de minimização da barbárie, de luta e ação contra o desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo da produção coletiva dos trabalhadores (ANTUNES apud ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 233-234).

A mobilidade da Azaleia para o estado sergipano, nesses termos, representa a corporificação do capital na busca incessante por facilidades de compra de força de trabalho desqualificada, incorporando, assim, um dos pilares da “acumulação flexível” que é o não interesse pelas qualidades e capacidades que o trabalhador do fordismo clássico possuía. Isso tornou-se viável, pois

Tendo se livrado do entulho do maquinário volumoso e das enormes equipes de fábrica, o capital viaja leve, apenas com a bagagem de mão – pasta, computador portátil e telefone celular. O novo atributo da volatilidade fez de todo compromisso, especialmente do compromisso estável, algo a mesmo tempo redundante e pouco inteligente: seu estabelecimento paralisaria o movimento e fugiria da desejada competitividade, reduzindo a priori as opções que poderiam levar ao aumento da produtividade (BAUMAN, 2001, p. 173).

Dentro do sistema incontrolável de mercadorias, a Azaleia em Sergipe se aproveitou das condições socioeconômicas do Estado, favoráveis para a extração de mais-valia absoluta, pois o poder de organização do operariado era quase nulo, e desenvolveu uma política voltada para a intensificação dos produtos para serem vendidos. Segundo um dos sindicalistas entrevistados sobre o início dos anos 1990:

A unidade de Itaporanga era muito boa para os patrões, lá eles tinham um prato cheio. Por que os trabalhadores não trabalhavam apenas na fábrica, muitos deles trabalhavam também em casa fazendo atividades artesanais que depois a Azaleia adquiria e industrializava. Quando não eram os próprios trabalhadores da fábrica que faziam isso, eram as mulheres desses trabalhadores as responsáveis pelos artefatos. Antes mesmo da fábrica se instalar, algumas moradoras da cidade já faziam essas atividades, quando a fábrica chegou, elas passaram a cooperar com a fábrica. Isso possibilitou a Azaleia a criar produtos em duas áreas, dentro e fora da fábrica (informação verbal)⁶⁴.

Nesse ambiente favorável, a Azaleia condicionava a vida da cidade ao ritmo da sua fábrica e esse condicionamento desenvolvia aspectos positivos em favor do crescimento da sua lucratividade. Se o processo de “acumulação flexível” nos grandes centros industriais possibilitava o sonho de muitos jovens que viam no trabalho uma forma de ascensão e até mesmo de liberdade perante o empregador, já que a flexibilidade do seu trabalho era aparentemente visível⁶⁵. Nos primeiros anos da Azaleia

⁶⁴ Vagner, 55 anos, sindicalista. Tanto os nomes dos operários quanto dos sindicalistas serão aqui colocados em sigilo, e usaremos portanto de codinomes.

em Sergipe, essa “flexibilização”, na verdade, correspondia a um processo às avessas. No mesmo momento em que os trabalhadores exerciam suas atividades nas fábricas, esses processos se estendiam para os seus lares, o trabalho era então duplicado.

É raro as organizações flexíveis estabelecerem metas de fácil cumprimento; em geral as unidades são pressionadas a produzir ou ganhar muito mais do que está em suas capacidades imediatas. As realidades de oferta e procura raramente estão em sincronia com essas metas; o esforço é para forçar cada vez mais as unidades, apesar dessas realidades, uma pressão que vem da alta administração da instituição (SENNETT, 2010, p. 65).

No caso dos primórdios da Azaleia em Sergipe, as metas estabelecidas a partir da “flexibilização” se tornavam praticamente de fácil cumprimento, pois os instrumentos utilizados não eram apenas de ordem financeira de crescimento pessoal, as ferramentas eram utilizadas para garantir a sobrevivência daqueles trabalhadores. Logo, a flexibilidade do trabalho tem que ser entendida tanto pelo ângulo daqueles que necessitam de espaço e tempo para execução das suas tarefas, quanto para aqueles trabalhadores que não tem outras formas de sustentar as suas manutenções físicas. Não obstante, a “flexibilização” não passa de uma ilusão de caráter domesticador (HARVEY, 2009), tanto para o caso do trabalhador da Azaleia, quanto para os trabalhadores mais bem pagos de grandes multinacionais. Nesse sentido, Harvey acaba concordando em partes com Sennett:

Uma das afirmações em favor da nova organização do trabalho é que ele descentraliza o poder, quer dizer, dá às pessoas nas categorias inferiores dessas organizações mais controle sobre suas atividades. Certamente é uma afirmação falsa, em termos das técnicas empregadas para desmontar os velhos colossos burocráticos. Os novos sistemas de informação oferecem um quadro abrangente da organização aos altos administradores de uma forma que deixa a indivíduos em qualquer parte da rede pouco espaço para esconder-se (SENNETT, 2010, p. 63-64).

Segundo alguns sindicalistas, o modelo de “reestruturação produtiva”, apresentava aspectos peculiares, além da forma “flexível”, o ritmo de trabalho obedecia a características do fordismo periférico, pois a forma de trabalho obedecia às intensidades das horas trabalhadas, e ao invés de diminuir o número de operários para enxugar a fábrica, o contrário é que prevalecia, com o aumento da contratação de

⁶⁵ Ver Sennett (2010), principalmente o primeiro capítulo onde o autor irá mostrar a ascensão de Rico por meio do trabalho e como essa ascensão social pode ocasionar uma mudança no caráter pessoal do indivíduo.

força de trabalho. Porém, o sistema de esteiras, característico do fordismo, foi aos poucos sendo abandonado pelo sistema de células, próprio do Toyotismo.

Devido ao seu caráter incontrolável (MÉSZÁROS, 2002), o capital que necessita expandir sua produção sem precisar medir consequências de forma e de conteúdo, exprime-se na Azaleia a expressão de sua característica cosmopolita. Assim, concordamos em parte com a afirmação feita por Bauman:

Numa medida nunca alcançada na realidade pelos “senhores ausentes” de outrora, o capital rompeu sua dependência em relação ao trabalho⁶⁶ com uma nova liberdade de movimentos, impensável no passado. A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho. É claro que a independência não é completa, e o capital não é ainda tão volátil como gostaria e tenta ser. Fatores territoriais – locais – ainda devem ser considerados na maioria dos cálculos, e o “poder de confusão” dos governos locais ainda pode colocar limites constrangedores à sua liberdade de movimento (BAUMAN, 2001, p. 171-172).

Os fatores territoriais são sem dúvidas a representação mais atrativa para a mobilidade de capital, tornando-se papel preponderante. Se a lucratividade não mais for atingida, o capital fica livre de qualquer comprometimento com o local onde se encontrava instalado.

Se formalmente o movimento da Azaleia é típico das grandes empresas lançadas para o Nordeste em busca de melhores condições de lucratividade, o conteúdo programático da Azaleia em Sergipe é fruto de uma profunda situação de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2008). Na tentativa de solidificar a capacidade produtiva da indústria, não importava de que forma seria realizada, sendo assim, a Azaleia se instrumentalizou de processos de produção variados para alcançar as metas estabelecidas.

Lá no início [o entrevistado se refere aos anos de 1990] tudo era bem complicado. Quando a fábrica abriu, foi uma tremenda festa na cidade [Itaporanga], o pessoal que vivia na roça queria logo vim para a cidade. Logo nos primeiros anos da instalação, os operários já sentiam muita dificuldade, diziam que era difícil trabalhar com tanta máquina diferente, mas que valia a pena, pois o salário que ganhava supria as necessidades mais emergenciais. Com o decorrer do tempo eles notaram que aquela indústria que poderia gerar

⁶⁶ Não concordamos que o capital ficou independente do trabalho por causa da sua fácil mobilidade nos dias atuais, pelo contrário, essa mobilidade é que dá caráter a mutualidade de dependência entre eles, cada vez mais, com o processo de mundialização os dois necessitam um do outro para a sua sobrevivência, a mobilidade de capital só intensificou essa relação inseparável entre ambos.

riquezas para eles não passava de grande ilusão, no entanto, ninguém reclamava através de greves ou outras coisas (informação verbal)⁶⁷.

O modo como as relações sociais de produção afetava no saber-fazer do operário, que muitas vezes não necessariamente precisava de algum tipo de saber-fazer⁶⁸, criava uma massa de trabalhadores inertes e muitas vezes apáticos perante as investidas do capital. Assim, a Azaleia expandiu-se para outras cidades de Sergipe, aumentando seus lucros sem a necessidade de se preocupar com alguma forma de reivindicação que viesse a atrapalhar seus interesses.

Durante os anos 2000, o chamado Projeto Sergipe⁶⁹ de fato passa a ser consumado. A Azaleia que já havia consolidado as estruturas de produção na cidade de Itaporanga D'Ajuda, começa seu processo de mobilidade de capital no interior de Sergipe com mais ajuda do governo local e a certeza de que o mercado de trabalho que os espera é ainda mais “flexível”, ou em outras palavras:

Uma população dócil, incapaz ou não-desejosa de oferecer resistência organizada a qualquer decisão que o capital venha a tomar. Paradoxalmente, os governos podem ter a esperança de manter o capital em seu lugar apenas se o convencerem de que ele está livre para ir embora – com ou sem aviso prévio (BAUMAN, 2001, p. 173).

A investida em outras cidades do Estado começou a ser estabelecida como meta no momento em que o movimento sindical começa a emergir no setor de calçados. O SINDITÊXTIL, com trajetórias de lutas nas fábricas de tecidos de Sergipe,

⁶⁷ Euzébio, 61 anos, sindicalista.

⁶⁸ Pois, “O crescimento do capital produtivo implica a acumulação e a concentração de capitais. A concentração de capitais conduz a uma maior divisão do trabalho e a um maior emprego de máquinas. Uma maior divisão do trabalho liquida a especialidade do trabalho e destrói a especialidade do trabalhador, e, substituindo-a por um trabalho que todo mundo pode fazer, aumenta a concorrência entre operários” (MARX, 2009, p. 228).

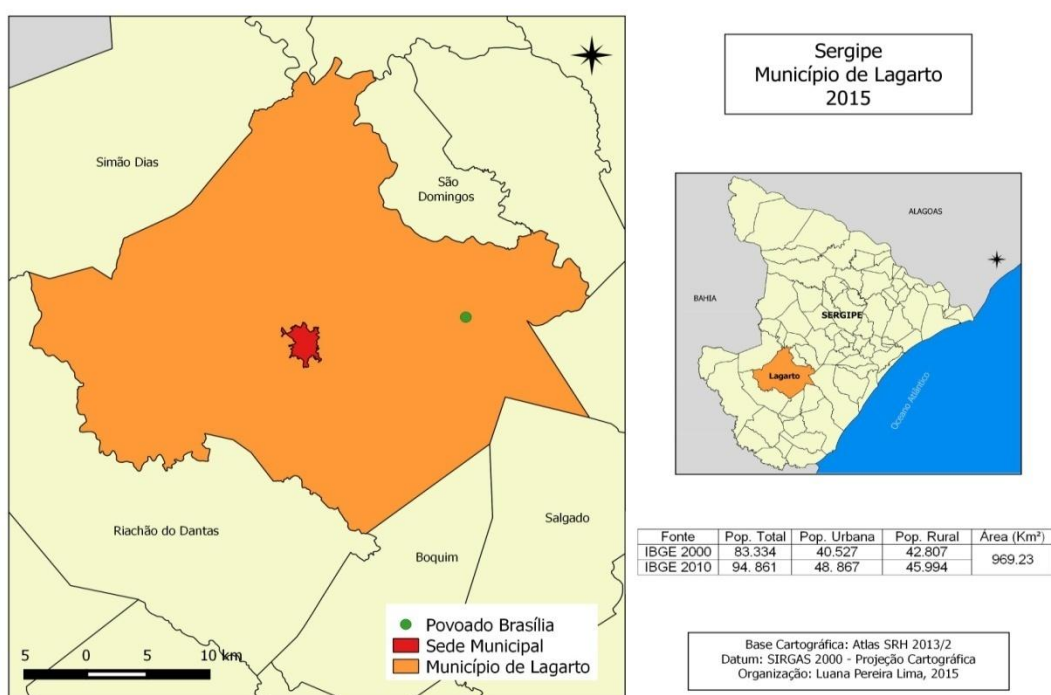
⁶⁹ O Projeto Sergipe, assim denominado pela diretoria do grupo Azaleia, prevê inicialmente a instalação de quatro unidades no interior do Estado, para a produção de sandálias femininas. As instalações de Frei Paulo só ficou pronta um ano depois, pois era preciso de mais tempo para liberação da mesma, já que lá seria a sede da empresa no estado. “Quando todas estiverem em operação, devemos gerar, numa fase inicial, algo em torno de 800 postos de trabalho diretos”, destaca o diretor Rui Fernando Schramm, responsável pelas unidades da empresa em Sergipe. “Apostamos na capacidade produtiva da mão-de-obra local que nos tem dado excelentes resultados e nos incentivos promovidos pelo governo do Estado”, justifica Rui Schramm para explicar a iniciativa do grupo em expandir seus negócios em Sergipe. Em nova reunião, agendada para o início do mês de março, será definida a data para entrega dos prédios, após avaliação final das obras. Disponível em: <http://infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=7927&titulo=modaebeleza>. Acessado em 21/09/2014.

principalmente nas extintas fábricas do Confiança e da Sergipe Industrial, assume também a frente do setor calçadista. Confira a fala do sindicalista abaixo:

Encontramos os trabalhadores da Azaleia em um estado de coisas que para a gente do sindicato foi um tremendo desafio. Primeiro, eles (em sua grande maioria) tinham medo da gente, quando começamos a nos aproximar diziam que iríamos acabar prejudicando a vida deles. Segundo, os gestores da indústria nos monitoravam por meio dos próprios operários, muitos deles agiam em favor deles. Aí você imagine como era a situação. Porém, aos poucos conseguimos capturar muitos operários para filiar-se ao nosso sindicato. Era um tremendo alvoroço, eles (os operários) passaram a nos procurar para tudo: desde problemas relacionados ao chão da fábrica, até mesmo para nos contar o que nós poderíamos fazer em relação às pensões para os filhos. Aos poucos nos consolidamos no meio fabril da cidade (informação verbal)⁷⁰.

Todavia, com os investimentos fiscais concedidos pelo governo do Estado a mobilidade de capital da indústria se estabelece e fortalece em Sergipe: possibilitou e realizou instalações físicas em mais três municípios do interior sergipano (Carira, Ribeirópolis e Lagarto) – em 2005 já com a junção com a Vulcabrás, passando a se chamar Vulcabrás/Azaleia.

Mapa 2 – Município de Lagarto



⁷⁰ Vagner, sindicalista.

Para os gestores, essa mobilidade tem como objetivo gerar empregos e renda em Sergipe, promover o desenvolvimento socioeconômico das regiões menos abastadas e garantir esse desenvolvimento. Além disso, o governo estadual facilitava a implantação de novas indústrias⁷¹.

O que a mobilidade de capital da Vulcabrás Azaleia de fato proporcionou nas cidades do interior de Sergipe? Desenvolvimento socioeconômico ou condições de precarização do trabalho levado ao extremo? A mobilidade de capital da indústria amplamente apoiada pelo crivo governamental a partir dos incentivos fiscais seria uma forma de o governo do Estado participar desse desenvolvimento contribuindo também com a precarização dos trabalhadores?

Em qualquer resposta possível para essas perguntas, não há como fugir da tríade Capital/Estado/Trabalho. Qualquer abordagem que procurar entender a mobilidade da Vulcabrás Azaleia teria que necessariamente de partir de uma das partes da tríade. Entretanto, algumas teorias afirmam que essa relação de mutualidade de dependências estaria se exaurindo, ou tornando-se a cada dia mais líquida. Nos termos de um grande representante dessa perspectiva, afirma-se:

Os trabalhadores **dependiam** do emprego para a sua sobrevivência; o capital **dependia** de empregá-los para sua reprodução e crescimento. Seu lugar de encontro **tinha** endereço fixo; nenhum dos dois poderia mudar-se com facilidade para outra parte – os muros da grande fábrica abrigavam e mantinham os parceiros numa prisão compartilhada. Capital e trabalhadores estavam unidos, pode-se dizer, na riqueza e na pobreza, na saúde e na doença, até que a morte os separasse (...). Cada lado **tinha** “interesses investidos” em manter o outro lado em forma. Não surpreende que a “remercantilização” do capital e do trabalho tenha se convertido na principal função e ocupação da política e da suprema agência política, o Estado. O estado **era** o encarregado de que os capitalistas se mantivessem aptos a comprar trabalho e a poder arcar com seus preços correntes (BAUMAN, 2001, p. 166-167, grifos nossos).

A perspectiva que Bauman nos mostra é de que a relação Capital/Trabalho/Estado não seria mais tão importante para um modelo analítico como no passado. Todavia, procuramos até agora compreender o nosso objeto a partir das três esferas, sem a ambição de dar conta do todo, mas sim dos aspectos relacionados à

⁷¹ Disponível em: <http://infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=7927&titulo=modaebeleza>. Acessado em 21/09/2014.

Totalidade do objeto⁷². Pois entendemos que essas esferas representam ainda o núcleo central do entendimento das relações sociais na contemporaneidade.

A relação do Estado – nesse caso representado pelo governo federativo de Sergipe – com o Capital (a Vulcabrás/Azaleia) e com o elo mais fraco dessa cadeia (o trabalho) figura uma relação em que os trabalhadores da fábrica de calçados representam, sem nenhum maniqueísmo, o elo mais fraco dessa cadeia.

Até agora vimos que a entrada da indústria em Sergipe, principalmente depois da mudança da capital para o interior (Itaporanga), representa uma forte sintonia entre o Capital e o Estado, seja por meio dos incentivos fiscais concedidos ou pela negligência dos poderes públicos em relação à classe trabalhadora.

3.3 SEMEADORES E LADRILHADORES⁷³: A VULCABRÁS AZALEIA EM CONTATO COM OS TRABALHADORES INTERIORANOS

Os meados da década de 2000 são marcados pela entrada de novos capitais da Vulcabrás Azaleia em Sergipe, e ao mesmo tempo com o fechamento das instalações em Itaporanga no final de 2006⁷⁴. Antes, em 2005, a empresa abriu mais duas fábricas, uma em Lagarto e outra em Ribeirópolis, e fechando o ciclo, em 2006 mais duas

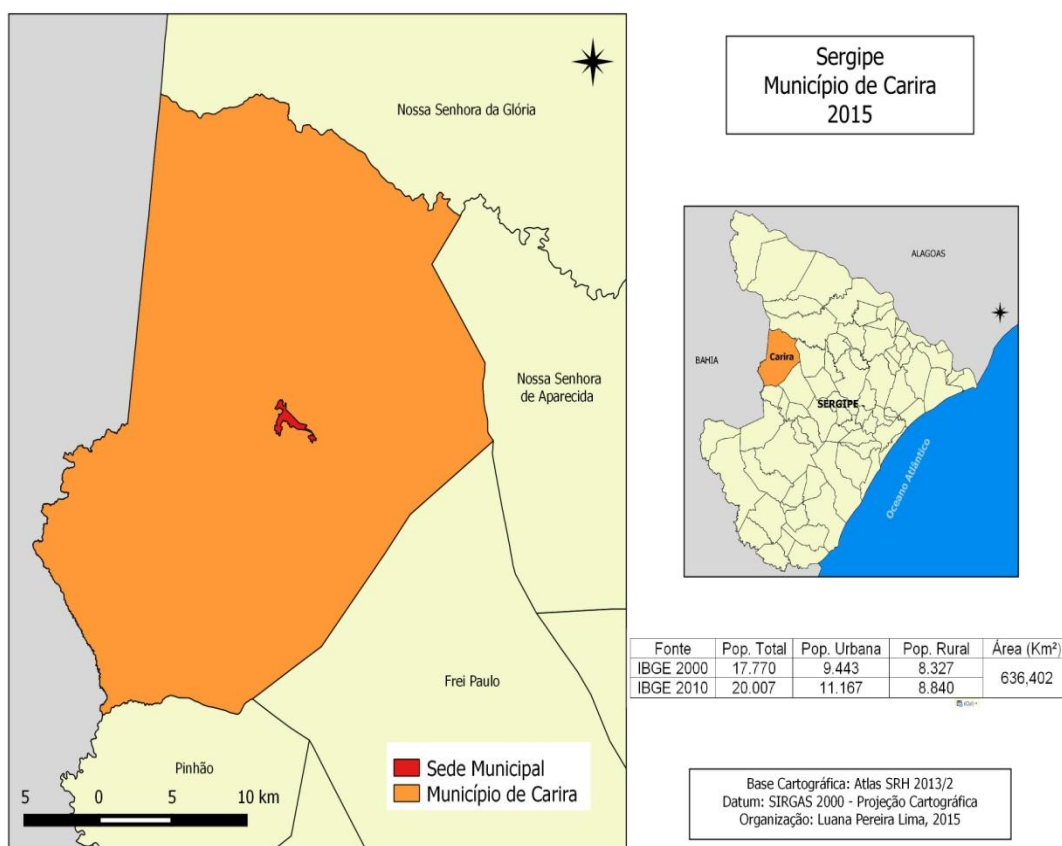
⁷² Para uma maior noção do que representa a totalidade ver *História e consciência de classe* (Lukács, 2003).

⁷³ No clássico livro de Sérgio Buarque de Holanda: *As Raízes do Brasil* (2009), o autor desenvolve tipos ideais para a caracterização da modernização do Brasil. Uma dessas tipificações é a de semeador e de ladrilhador. A partir delas, o pensador coloca em oposição o tipo de colonização das Américas – colonizadas pelos portugueses e pelos espanhóis. O semeador representa o colonizador português que apenas joga suas sementes ao vento de forma aparentemente “desleixada”, olhando o local apenas para a exploração, onde ficará só de passagem, sem nenhuma intenção de aqui se constituir raízes. Por sua vez, o Ladrilhador é a representação do colonizador espanhol, que ao chegar aos territórios americanos se apega a eles como se fossem extensões da Espanha, assim, sua estadia tem um caráter permanente. Nesse sentido, iremos nesse tópico parafrasear Sérgio Buarque de Holanda, classificando a Vulcabrás/Azaleia como a semeadora que se movimenta pelo interior de Sergipe sem o compromisso de permanência fixa no estado; e o outro lado, o Ladrilhador, representado pelos trabalhadores de Carira, Ribeirópolis e Lagarto, que em sua maioria migraram da zona rural para a zona urbana no sentido de procurar novas formas de vida, e com a intenção de permanência naquelas terras.

⁷⁴ O fechamento da fábrica de Itaporanga após 17 anos não foi devidamente estudado para essa dissertação. Todavia, para título de nota, deixamos alguns dados para ser pensados em trabalhos futuros: A Azaleia demitiu 234 funcionários, transformando suas instalações em depósitos. Desde 2012 a empresa já vinha passando por um “processo de reestruturação”, motivados segundo ela própria pela crise nas exportações. O gerente-geral da empresa, Jair Kievel, afirmou que o calçado brasileiro estaria sem condições de competir com o que é produzido nos países asiáticos: “É cada vez mais difícil vender para o mercado externo”. Até então, a fábrica de Itaporanga em Sergipe tinha sido a única a fechar as portas no Nordeste. Disponível em: www.agenciaestado.com.br. Acessado em 10/12/2014.

fábricas foram abertas: uma em Carira e outra, que também viria a ser a sede regional da empresa em Sergipe, na cidade de Frei Paulo⁷⁵.

Mapa 3 – Município de Carira



Sobre a chegada da fábrica na cidade de Carira, observe o relato de um operário:

Eu fiquei muito emocionado com a notícia de que teríamos mais empregos pra nós, já que aqui era difícil você arrumar alguma coisa para trabalhar. Minha mulher, que trabalhava na nossa roçinha junto comigo, veio para a cidade mais eu. Foi muito boa essa mudança, por mais que gostássemos da roça aqui as coisas são mais fáceis, na roça temos que contar com a ajudar da chuva para nós sobreviver, aqui não, aqui nós só precisou se adequar aos horários, e no mais era só ir para a fábrica trabalhar e receber nosso ordenado no final do mês (informação verbal)⁷⁶.

⁷⁵ A unidade fabril de Frei Paulo é única que continua aberta em Sergipe até os dias de hoje, pois segundo relatos de sindicalistas, não demorará muito para que a mesma também seja fechada (como se trata de especulações políticas é melhor ficarmos com os fatos).

⁷⁶ José, 38 anos.

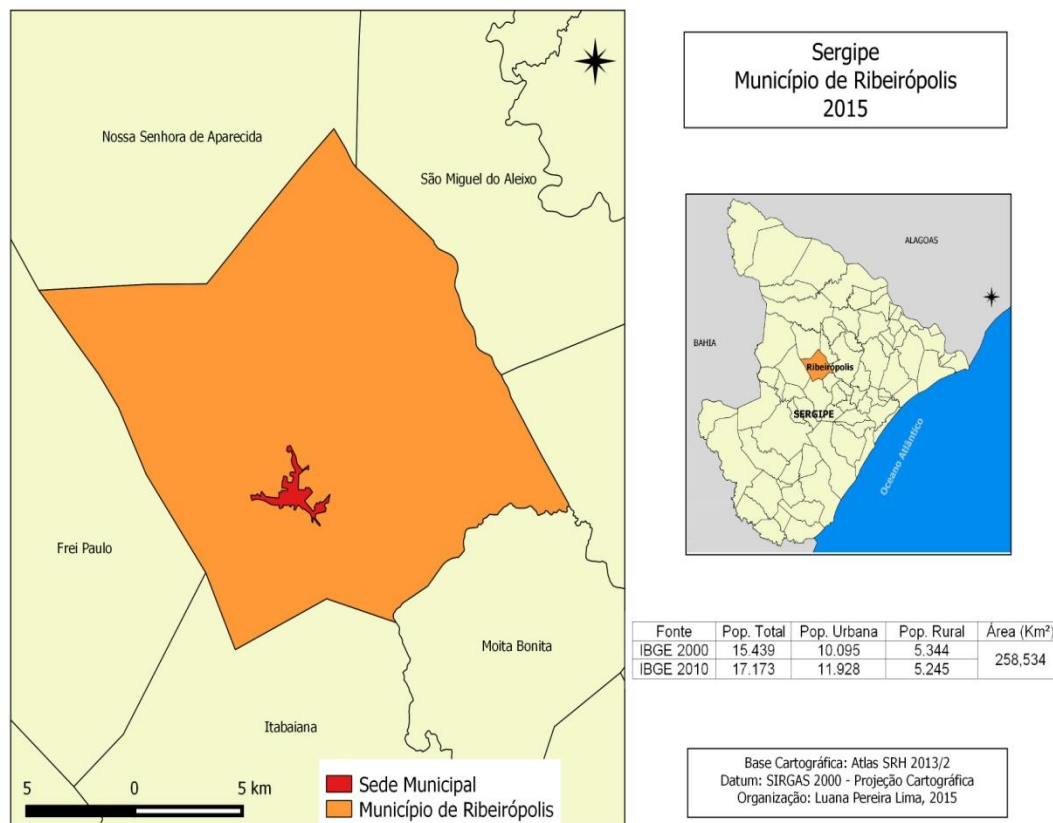
O depoimento reforça o porquê de dar nome a esse tópico de semeadores e ladrilhadores. Se, por um lado, o intuito dos semeadores da Vulcabrás/Azaleia era passar uma temporada até que se exaurissem as possibilidades de exploração do local; por outro lado, o operário ladrilhador queria a manutenção da sua vida no novo local, espaço onde seria possível a realização de um trabalho que desse garantia de no dia seguinte não precisar contar com a ajuda da natureza para poder voltar ao seu labor, e sendo assim, o seu salário seria garantido por toda a sua vida⁷⁷. Essa mentalidade é inconscientemente fruto do que tinha sido o fordismo puro das décadas de 1940 e 1950: a ideia de estabilidade no emprego.

Quem como jovem aprendiz, tivesse seu primeiro emprego na Ford, poderia ter certeza de terminar sua vida profissional no mesmo lugar. Os horizontes temporais do capitalismo pesado eram de longo prazo. Para os trabalhadores, os horizontes eram desenhados pela perspectiva de emprego por toda a vida dentro de uma empresa que poderia ou não ser imortal, mas cuja a vida seria, de qualquer maneira, muito mais longa que a deles mesmo (BAUMAN, 2001, p. 168).

Numa das visitas feitas a cidade de Ribeirópolis, conversando com alguns moradores, pode-se observar que a cidade vivia em função da fábrica. Um dono de um pequeno comércio relatou que com a chegada da Vulcabrás Azaleia a cidade começou a mostrar sinais de que era possível “fazer uma graninha sem precisar sair daqui para a capital ou para outro estado”.

⁷⁷ Sem uma noção exata de como se realizam as relações sociais de produção, o operariado do interior sergipano vivia uma dupla alienação: dentro e fora do trabalho. Em *Os sentidos do trabalho*, Ricardo Antunes alerta para a necessidade imediata da compreensão do segundo tipo de alienação, pois os sintomas de enfraquecimento das lutas dos trabalhadores estão muito fortemente vinculados à vida cotidiana a que os trabalhadores vêm sendo submetidos – sempre, e cada vez mais forte, pela manipulação do sistema sociometabólico (2009).

Mapa 4 – Município de Ribeirópolis



Os semeadores, que buscavam a todo custo novas formas de lucratividade, e, que, para isso tinha como aliado o governo estadual que era o responsável direto pelas manutenções físicas das instalações, e muitas das vezes até pela contratação dos próprios operários, encontraram também como aliados os próprios moradores da região, principalmente aqueles que viviam diretamente da venda de força de trabalho – os ladrilhadores a procura de “uma saída para uma vida mais digna e próspera” (informação verbal⁷⁸):

Se os trabalhadores puderem ser persuadidos de que o espaço é um campo aberto de operação para o capital, mas um terreno fechado para eles mesmos, uma vantagem crucial é conseguida pelos capitalistas. Os trabalhadores, ao concederem ao capital maiores poderes de mobilidade, estariam mais dispostos a negociar diante de ameaça de fuga de capitais do que estariam caso estivessem convencidos de que os capitalistas não poderiam sair (HARVEY, 2009, p. 213).

⁷⁸ Senna, operário, 35 anos.

A possibilidade de sobrevivência dos trabalhadores em tempos de fuga de capitais é extremamente afetada pela falta de habilidade política, pois eles não imaginam outra coisa que não seja a permanência fixa das unidades fabris – pensamento motivado pelo discurso enraizado de que a ocupação do espaço pelo Capital é também a oportunidade para o crescimento socioeconômico desses trabalhadores. Eles se tornam presa fácil para que a mobilidade possa ser praticada sem uma defesa prévia e programática de sua classe.

Os primeiros anos de contato entre os dois lados (semeadores e ladrilheiros) deu-se dentro de um clima extremamente favorável para os objetivos de ambos. Se por um lado, a lucratividade da empresa alcançava altos índices⁷⁹, por outro lado, o operariado recém-nascente na região começava, pela primeira vez, a receber um salário pelas suas atividades⁸⁰. O crescimento do capital produtivo eleva também os salários dos trabalhadores.

Se a indústria cresce, se a riqueza, se a capacidade produtiva, se, numa palavra, o capital produtivo aumenta a procura de trabalho, o preço do trabalho aumenta e, por conseguinte, o salário sobe. A melhor condição para o operário é o crescimento do capital – temos de reconhecê-lo. Se o capital permanece estacionário, a indústria não apenas estacionará, mas entrará em declínio, e o operário será, nesse caso, a primeira vítima (MARX, 2009, p. 228).

Se na ótica dos que veem as mudanças nas relações de trabalho a partir somente do imediato e dos aspectos fenomênicos mais concretos, seria possível afirmar que tanto o capital quanto o trabalho, no âmbito das análises aqui estudadas, seria um todo que se coloca para tornar as interdependências entre eles, possibilitando assim interpretar o fenômeno na sua casualidade. No entanto, esse mesmo crescimento, que pode sim levar ao aumento de salário dos operários de uma fábrica, ao mesmo tempo pode gerar uma busca desenfreada por parte dos capitalistas para elevar ainda mais esse crescimento. Nesse sentido, a produção ganha até mesmo características “ultrapassadas” de formas de exploração. Vejamos a seguir os fatos coletados referente à Vulcabrás Azaleia.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.codise.se.gov.br/36-setores-economicos/41-calcados-e-produtos-de-couro>. Acessado em 10/11/2014.

⁸⁰ “A grande maioria desses operários vinham do campo, não tinha uma remuneração fixa pelo seu trabalho, a novidade do primeiro salário mínimo era como se estivessem pela primeira vez sendo justamente pagos pela a atividade praticada dentro da fábrica” (Euzébio, sindicalista).

Em 2013, portanto, um ano antes do fechamento das três fábricas aqui estudadas, um sindicalista, em entrevista a uma agência de notícia do estado de Sergipe, afirmou que

A Azaleia submete os trabalhadores a regime de semiescravidão. Eles adoecem precocemente, trabalham uma quantidade absurda de horas extras e sofrem assédio moral. Ainda há muitos funcionários com distúrbios psicológicos devido às condições as quais são submetidos (informação verbal)⁸¹.

Com o passar dos anos, denúncias de assédio moral, não pagamento de horas extras e péssimas condições de trabalho passaram a ser recorrentes no cotidiano das fábricas da Azaleia e no cenário estadual. Seria um período marcado por mudanças drásticas nas relações entre Capital e Trabalho, ou apenas mais um dos momentos em que a cooptação por meio de salários poderia amenizar os problemas.

Entre os anos de 2006 e 2010, a relação entre os semeadores de um lado e os ladrilhadores de outro se manteve estável, apesar das várias férias coletivas que a empresa realizou no estado com o intuito de evitar demissões em massa. Alguns operários não voltavam para o trabalho, e as “férias” se prolongavam por um longo período até que aparecesse outra oportunidade de vender sua força de trabalho a outra empresa. Algo muito pouco provável, já que na região estudada não havia outras possibilidades. Segue um depoimento em que as expectativas de trabalho se tornaram em dramas pessoais:

Acho que foi em 2008, eles anunciaram que iria dar férias coletivas pra nós, e que em breve retornaríamos ao trabalho. Lembro que seria uma férias de um mês, é, foi isso, no final de 2008. Quando iniciou o ano seguinte fiquei esperando eles me chamarem, passaram dois meses e nada, lembro que procurei o sindicato, eles disseram que já tinham feito a parte deles, já que muitos dos meus colegas tinham voltado a trabalhar graças a luta deles. Mas e eu, eu fiquei desempregado, minha mulher foi fazer salgados para vender na feira, enquanto eu fiquei em desespero por quase um ano, você não imagina o sofrimento que foi, passei a beber ainda mais e apostar minhas fichas nas mesas de jogo. Só no final daquele ano é que voltei para empresa novamente. A vida não é fácil não (informação verbal)⁸².

O convívio com a incerteza, sem sombra de dúvida, sempre foi uma linha tênue entre o trabalhador e o mundo do trabalho. No início de 2009 ocorreu a crise imobiliária nos Estados Unidos que em seguida se espalhou para o mundo. No Brasil, as

⁸¹ Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=140696>. Acessado em 20/11/2014.

⁸² Valter, 39 anos, operário.

autoridades governamentais garantiam que a economia não seria afetada – o então presidente da república afirmou que a crise no Brasil seria apenas uma “marolinha”. Foi justamente nesse período que a Vulcabrás Azaleia anunciou mais férias coletivas para os trabalhadores do estado de Sergipe.

Contrariando as autoridades governamentais, a empresa anunciou que as férias coletivas era uma forma de se precaver da crise econômica mundial⁸³. Mais de 1.5000 funcionários saíram de férias com a certeza de voltarem em menos de 30 dias. Um operário da fábrica de Lagarto afirmou que gostava quando tinha férias coletivas, pois segundo ele:

Nesse período, pelo menos sabemos que todo mundo está sem trabalhar, e que não sou eu que iria ficar em casa. É aquela coisa né, é ruim mais é bom! Naquela época eu era imaturo e acreditava em tudo que os homens lá diziam, já se fosse hoje o negócio seria diferente, tanto que muitos dos meus colegas acreditavam que a fábrica ia voltar a abrir logo⁸⁴, e eu sempre dizia que eles estavam sonhando (informação verbal)⁸⁵.

As relações entre o que denominamos como ladrilhadores e semeadores no interior de Sergipe, apesar de estar dentro dos padrões gerais para acumulação de capital, possui uma peculiaridade em termos de atuação no campo político; alguns entrevistados colocaram que a situação com o sindicato era muito instável, por sua vez os sindicalistas afirmaram que os trabalhadores da Vulcabrás Azaleia sempre foram muito inertes. Nesse sentido, existiu de fato uma crise do sindicalismo, que estava para além da busca de melhores salários para os operários, ou os sindicatos não estava se adequando aos contingentes de trabalhadores que eles teriam que representar⁸⁶?

⁸³ Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=83440&titulo=economia>. Acessado em 15/11/2014.

⁸⁴ Todas as entrevistas foram realizadas após o fechamento das fábricas. Neste caso específico da fala do operário, ele se refere a dois períodos: o das férias coletivas de 2009 e o fechamento das unidades no ano de 2014.

⁸⁵ Robério, 35 anos.

⁸⁶ A maioria da literatura sociológica admite que a “flexibilização da produção” trouxe grandes problemas para os sindicatos. Alguns afirmam que com a “reestruturação produtiva” o sindicalismo teria perdido definitivamente a sua marca, e poderia estar condenado a desaparecer (LINHARDT, 1996; RODRIGUES, 1999). Entretanto, acreditamos que essa crise é fruto de uma crise maior, fruto da própria crise estrutural em que vivemos, dessa forma o sindicalismo precisa buscar “o desdobramento da ação sindical para além dos muros das fábricas, associando reivindicações econômicas a questões políticas” (RAMALHO; SANTANA, 2003, p. 31).

A mobilidade geográfica e a descentralização são usadas contra um poder sindical que se concentrava tradicionalmente nas fábricas de produção em massa. A fuga de capitais, a desindustrialização de algumas regiões e a industrializações de outras e a destruição de comunidades operárias tradicionais como base de poder na luta de classes se tornam o pivô na transformação espacial sob condições de acumulação mais flexíveis (Harvey, 2009, p. 265).

A mobilidade de capital da Vulcabrás Azaleia representa um forte indício de que o mergulho das indústrias em espaços inabitados anteriormente pelo capital pode ser fonte da dificuldade para aqueles que procuram a via política para atingir os seus objetivos. Por hora, podemos dizer que os operários de Ribeirópolis, Carira e Lagarto, antes do fechamento das fábricas, tinham em mente apenas estabilizar-se em seus empregos, sem necessariamente estarem dispostos a lutar por melhores salários, por mais que as condições de vida não fossem ideais, ao menos, como bons ladrilhadores eles não queriam ter que voltar ao passado de incertezas no campo.

O ano de 2010 começa parecendo ser favorável às conquistas de melhores rendimentos para a empresa e, conseqüentemente, podendo acelerar o número de empregos nas fábricas e aumentar de salários para os trabalhadores da Vulcabrás Azaleia. Um dos fatores favoráveis para o possível crescimento do setor são as medidas tomadas pelo governo federal referente aos produtos chineses que aqui chegavam.

Os produtos *made in china*, em sua maioria eletrodomésticos e nos anos 2000 produtos confeccionados e calçados, passaram a ganhar espaço dentro do mercado brasileiro, representando cerca de 35% das vendas no país. Os produtos chineses também disputam com outras empresas nacionais e internacionais⁸⁷.

Entretanto, em 2010, a medida tomada para conter essa invasão de produtos asiáticos, principalmente chineses, acabou por impulsionar a economia do setor no Brasil. A política de proteção adotadas, principalmente nos portos brasileiros, e também contra *dumping* (ação que ocorre quando um país exporta um produto por um valor inferior ao comercializado em seu mercado interno) freou por um tempo a importação do material chinês. Sabemos que a economia chinesa dinamizou-se muito devido à forma de exploração da força de trabalho em seu país, apresentando muitos casos de trabalho escravo (ARRIGHI, 1996). Portanto, a sua comercialização mais barata sem dúvida está ligada a toda essa forma de extração de mais-valor, o que faz com que a

⁸⁷ Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2010/relatorio_anual2010.pdf. Acessado em 04/09/2014.

disputa intercapital em território nacional fosse ainda mais difícil para as empresas brasileiras. Nessa disputa estavam os trabalhadores brasileiros, em particular os sergipanos, que observavam a cada ano os seus salários estacionários (a Vulcabrás Azaleia atendia apenas o pagamento do salário mínimo).

Durante essa tomada política do governo federal, a Vulcabrás Azaleia realizou novos investimentos no Estado, e aumentou em 30% o número de fabricação de pares de calçados. O que possibilitou a geração de novos empregos em Sergipe⁸⁸.

Devido às várias férias coletivas que a empresa realizava, nós achávamos muito difícil que fosse possível haver contratações de mais operários, por isso a nossa luta era mais em defesa desses empregos do que a busca por mais. Só que naquele ano [2010], fomos pegos de surpresa, e as contratações de mais empregados aumentaram. E isso era muito bom, só que nós ficávamos a cada dia mais enfraquecidos, pois não tínhamos muita perna para acompanhar aquele crescimento. Tanto que os salários continuavam os mesmos. Éramos muito ineficientes em nossas reivindicações, mas também o nosso público não ajudava muito (informação verbal)⁸⁹.

Esse cenário era amplamente marcado por um período histórico na cena política brasileira, que passou longos oito anos sob o governo de Lula da Silva, aclamado pelas massas – fenômeno curioso –, pois antes da vitória eleitoral de 2002, o público de eleitores do Partido dos Trabalhadores era basicamente representado pelas camadas médias brasileira (SINGER, 2012).

Esse fenômeno de popularidade do PT, e mais precisamente de Lula, tem impactos importantíssimos no âmbito do mundo do trabalho. Se por um lado, foi possível realizar um forte aumento no número de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que conciliava a luta entre capital e trabalho; por outro lado, ele também ajudou em grande medida o amoldamento da classe trabalhadora, desarmando os sindicatos, seja por meio da cooptação ou por iniciativas paliativas em torno da condição operária (BRAGA, 2012).

O crescimento do setor industrial em Sergipe em 2010 aponta na direção supracitada e em torno de medidas compensatórias para a classe trabalhadora. Durante esse período, segundo dados da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo (SEDETEC) foram criadas 4.282 vagas entre junho de 2009 e junho de 2010; o Estado apresentou um crescimento de 12,72% na taxa de ocupação

⁸⁸ Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=102891>. Acessado em 22/10/2014.

⁸⁹ Vagner, sindicalista

das indústrias. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Estado apresentou um crescimento de 12,72% na taxa de ocupação das indústrias, índice superior à média do país (7,56%) e ao verificado na região Nordeste (9,2%)⁹⁰. Um dos setores que mais se destacou com esse aumento foi o setor de calçados com 1.688 empregos (índice de crescimento de 50,22%). Esses dados mostram que a mobilidade de capital do Nordeste, e mais precisamente em Sergipe, impulsionou a industrialização do estado, criando vagas para trabalhos sem, no entanto, haver uma capacidade de movimento social em torno das questões salariais ou de outros cunhos político. Em suma, a mobilidade de capital também representa um forte caráter de amoldamento das lutas, sendo, portanto, complementar em torno do projeto petista.

Entre 2010 e 2013, o crescimento econômico do setor calçadista no Estado, e da sua maior representante da Azaleia, viveu intensos momentos oscilantes, de lucros altos em alguns períodos, gerando assim mais empregos no setor⁹¹. Marx (2009) enfatiza ser característico do sistema em que esse crescimento pode levar, porém não necessariamente, ganhos também para os trabalhadores. Esse período se acarretou em “crises”, que ora levavam a empresa a realizar pequenas demissões, e em outros momentos a enfatizar nas férias coletivas para os trabalhadores – mas muitos deles não voltavam mais ao trabalho. Sobre esses últimos anos pré-fechamento das unidades, destaco um importante depoimento concedido por uma operária da cidade de Carira:

Em 2011, ouvíamos notícias de que algumas fábricas da empresa estavam sendo fechadas no interior da Bahia, isso nos assustava, mas os anos foram passando e por aqui as coisas pareciam ir bem. Tinha lá as dificuldades, mas elas eram normais, já estávamos acostumados, eu mesma não me importava com as férias coletivas, sabia que era necessário, pelo menos era o que os nossos chefes diziam. Desde que eu entrei na fábrica, sempre havia férias coletivas e eu sempre voltava. Me parece que foi em 2012, tudo estava andando, os donos do lugar apareceram lá e disseram que a empresa estava saudável, que nós estávamos fazendo um bom trabalho, e isso ajudaria não só a eles, como a nós também, e acho que era verdade, pois as demissões diminuíram (informação verbal)⁹².

⁹⁰ Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=101454&titulo=noticias#>. Acessado em 22/12/2014.

⁹¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000012774304172013432330149857.pdf>. Acessado em 20/08/2014.

⁹² Marta, 32 anos.

O relato acima mostra um pouco do que foi sinalizado até aqui: os ladrilhadores sempre estiveram na busca incessante pela manutenção das coisas como elas estavam, para eles “aparentemente bem e saudável”. A história dos ladrilhadores dessa região do estado de Sergipe é, portanto, a história do suspiro por estabilidade, da simpatia pelo trivial, sendo que, às vezes, analisado mais de perto, não significava somente imobilismo, podia também significar a real situação de desmotivação causadas não somente pela individualidade de cada um, mas poderia também ser fruto de uma lógica imposta. Essa lógica atravessa a forma como o governo do Estado realizava as concessões para a empresa – na maioria das vezes, o trabalhador era o último a ser pensado por suas políticas. Essa lógica passava também pelo impacto de uma industrialização imediata e sem, como é de praxe, um estudo por parte dos “representantes” das categorias para atender as necessidades de um operariado então nascente (BRAGA, 2012).

Não poderíamos fechar esse tópico sem voltarmos para o tema delicado do que alguns classificaram de “semiescravidão”. Como já pontuamos, o espírito dos semeadores, dos que viviam a procura da lucratividade e que, alcançado esses ganhos e caso o terreno não mais desse fruto, mudaria de localização muito facilmente, sem remorso, sem olhar para trás. Esse espírito aventureiro – mais uma vez uma das expressões de Sérgio Buarque e Holanda (2009) – provocou também alguns traumas pelas cidades sergipanas onde instalou.

Em finais de 2013, as declarações de alguns operários e também de sindicalistas feitas na imprensa sergipana, revela até onde é possível chegar as relações de produção na contemporaneidade. Trabalhadores, segundo sindicalista, cerca de 200 ou 300 pessoas dos 4000 funcionários que existem na empresa, estão afastados por conta de lesões como LER-DORT⁹³. Essa doença pode ter sido ocasionada não só pelas repetições das atividades, mas também, como num dos relatos dos sindicalistas entrevistados, por haver ocasiões em que os trabalhadores passam cinco horas sem fazer necessidades fisiológicas e sem beber água, e por serem submetidos a temperaturas absurdas do maquinário.

⁹³ Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=140696>. Acessado em 22/11/2014.

Alguns trabalhadores apontavam algumas situações em que “não havia pagamento da insalubridade e muito menos das horas extras”, “eu mesmo, teve dias que já cheguei a trabalhar doze horas por dia” (informação verbal)⁹⁴.

Em suma, podemos dizer que o encontro entre os semeadores e os ladrilhadores nas pequenas cidades do interior sergipano proporcionou uma necessidade ainda mais extrema do trabalho em relação ao capital. Porém numa falta de projeto societário, na crise instaurada do movimento socialista, parece que a relação sociometabólica entre Capital/Estado/Trabalho continua aparentemente insuperável, pelo menos na sua aparência fenomênica.

Ademais, o fechamento das fábricas em três pequenas cidades sergipanas parecem ser exemplos cada vez mais típicos da incontrollabilidade do capital.

3.4 FUGA DE CAPITAL: ALGUMAS NOTAS SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO FECHAMENTO DE FÁBRICAS DA VULCABRÁS AZALEIA

O maior de todos os clichês acadêmicos e principalmente políticos é dizer que o capitalismo está em crise. Marx já havia escrito em sua análise que esse sistema não pode viver sem crises e que consequentemente essas crises poderiam fortalecer ainda mais os seus mecanismos (MARX, 1983)⁹⁵.

Entretanto, como observamos no primeiro capítulo desta dissertação, em meados do século XX, e principalmente após a falência do Estado de Bem Estar Social, o sistema sociometabólico do capital sofreu alterações que haveria causado abalos em toda a sua estrutura (MÉSZÁROS, 2002).

⁹⁴ Silvano, 34 anos. "Ao longo dos anos, a Azaleia já foi incluída em cinco inquéritos civis, tramitados no MPT. Ela já se recusou a firmar Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e de resolver os problemas destacados na investigação do órgão. Motivada não só pelas denúncias do sindicato, a 3ª Vara do Trabalhador de Aracaju determinou que a Azaleia cumpra várias obrigações relacionadas à proteção da saúde e segurança do trabalhador. Além desta determinação, o Ministério Público do Trabalho (MPT) requereu o pagamento de R\$ 5 milhões em reparação a dano moral coletivo". Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=140696>. Acessado em 11/12/2014.

⁹⁵ Numa passagem da Miséria da filosofia, Marx alertava para a possibilidade de em tempos de crises as fileiras do proletariado aumentarem ainda mais, no entanto, o que vem ocorrendo nos últimos tempos além de uma diminuição fenomênica do proletariado, sem concordarmos com seu fim, é o crescente desemprego das massas que viviam nas fábricas. Em 1847 Marx afirmava: “Quanto mais aumenta o capital produtivo, tanto mais ele é obrigado a produzir para um mercado cujas necessidades desconhecem, tanto mais a produção precede o consumo, tanto mais a oferta tende a forçar a procura e, por consequência, as crises são cada vez mais intensas e frequentes. Mas toda a crise, por sua vez, acelera a concentração de capitais e engrossa a fileiras do proletariado” (2009, p. 229).

Devido a sua incontrollabilidade, que levou o capital sempre a querer expandir a sua produção para espaços em que sua presença ainda não se fazia marcante, foi determinante para que com o aumento das forças produtivas, paralelamente também cresceria os motivos para possibilitar uma crise de maiores proporções, seja pelo aumento das desigualdades, do controle desenfreado da natureza, e rapidamente também, pelo aumento do desemprego, que Mészáros (2002) tão bem identificou como estrutural.

É com esse último desemprego estrutural⁹⁶ que nos preocuparemos neste tópico. Analisamos o fechamento de fábricas da Azaleia em Sergipe, que gerou mais de 2000 desempregos em pequenas cidades do interior e que, no nosso entendimento, pode ter sido ocasionado devido a essa crise estrutural do sistema.

Com a mobilidade de capital para o Estado, a Azaleia encontrou, além dos incentivos fiscais do governo, uma força de trabalho ainda mais flexível e ao mesmo tempo despolitizada.

No entanto, depois de mais de 20 anos com suas instalações funcionando no estado sergipano, no início de 2014 a empresa anunciava que fecharia três das quatro instalações fabris presentes em Sergipe⁹⁷.

As populações e, mais fortemente, os milhares de trabalhadores desempregados da Azaleia nas cidades de Carira, Lagarto e Ribeirópolis, sofreram um duro golpe nas expectativas que tinham de que era possível permanecer em seus empregos sem as incertezas que eles traziam da vida rural, de onde a maioria provinha.

Lá [no campo] nós vivíamos com as incertezas do dia seguinte, já que não dependíamos só de nós. Quando eu vim para cá [a fábrica], achava muito

⁹⁶ “Uma sociologia do desemprego deve ter a responsabilidade de analisar, conciliando, duas dimensões que são caras (porque constitutivas) à nossa tradição disciplinar: por um lado, a construção institucional e normativa do fenômeno; por outro, a sua significação subjetiva, tecida ao longo dos percursos no mercado de trabalho e re-significada pela interpretação subjetivas das biografias individuais. Nesse sentido – e percebido em seu sentido sociológico forte – ser desempregado significa ser institucionalmente reconhecido, contabilizado e considerado como tal, mas, ao mesmo tempo, importa em, subjetivamente, definir-se, reivindicar-se e considerar-se como tal”. (GUIMARÃES, 2003, p. 195).

⁹⁷ As instalações das cidades de Carira, Lagarto e Ribeirópolis fecharam. A única que permaneceu aberta até os dias de hoje é a da cidade de Frei Paulo. Todavia, é necessário observar que segundo relatos de sindicalistas, é possível que essa fábrica venha a fechar ainda esse ano, segundo eles, por causa da alegação de que a produção vem caindo a cada mês. Sem entrarmos na lógica de prevenção do futuro, poderíamos, no entanto, dizer que não seria espantoso que essa afirmação dos sindicalistas não seria de toda tendenciosa. Se olharmos para o quadro histórico da Azaleia, veremos que aos poucos, e cada vez mais, ela vai se movendo do Nordeste para fora do país, principalmente para a Ásia. Os fechamentos e demissões no estado da Bahia ao longo dos últimos cinco anos (SPÍNOLA, 2008) é o reflexo dessa tendência de fuga de capitais da indústria de calçados.

difícil em não ter um salário garantido todo o mês, mas com o que aconteceu [o trabalhador refere-se ao fechamento da fábrica em Carira] eu não estava preparado, não tinha mais nenhuma expectativa, a não ser voltar para a roça, ou então tentar a sorte em alguma outra fábrica na capital (informação verbal)⁹⁸.

A mobilidade de capital da Azaleia gerou possibilidades que o homem do campo não havia conhecido, o pagamento pela sua força de trabalho no final do mês. A promessa dos dois polos envolvidos – o Capital e o Estado – era realmente essa expectativa trazida na fala do trabalhador: a possibilidade de ascensão social e de desenvolvimento para regiões carentes, a geração de emprego e a prosperidade para esses povos. Sennett diz: “a rotina pode degradar, mas também proteger; pode decompor o trabalho, mas também compor uma vida” (SENNETT, 2010, p. 49).

No entanto, com o fechamento das fábricas, observamos que os impactos ocasionados variavam entre a desilusão e a resignação pela falta de qualquer outra possibilidade de crescimento econômico para aqueles trabalhadores. Nesse sentido,

A geografia da desvalorização por meio da desindustrialização, do aumento do desemprego local, da redução fiscal, do cancelamento de ativos locais ou coisa parecida é de fato um quadro lamentável. Mas podemos ao menos ver a sua lógica no âmbito da busca de uma solução para o problema da superacumulação mediante o impulso para sistemas flexíveis e mais móveis de acumulação (HARVEY, 2009, p. 267).

O paradoxo de uma região antes não industrializada, que passa a ter um pequeno processo de industrialização e logo em seguida se desindustrializa, parece ser peculiaridade das economias ditas periféricas, como seria o caso do estado de Sergipe. E, embora a redução fiscal não fosse o motivo para uma nova mobilidade de capital da Azaleia, todavia, a linha tênue entre o que o governo estava disposto a ajudar para a manutenção das instalações da empresa, e as oportunidades de um mercado mais vantajoso inclusive nesse quesito, são variações de uma mesma lógica voltadas para que o capital se torne a cada dia mais móvel, ocasionando instabilidades por onde passa. Em

⁹⁸ Valter, 34 anos, operário. Sobre o assunto: “O desempregado é, provavelmente, a pessoa com maior sensibilidade sociológica para identificar e explicar essas perdas, para nos dizer quais referências e valores estão ameaçados ou deteriorados, quais as brechas que estão se abrindo na estrutura social. Em outras palavras, as liminaridades do desempregado fazem dele um para-sociólogo que, ao fazer um pré-diagnóstico das mudanças sociais que estão ocorrendo, cria o próprio quadro preliminar de referência de sua situação de desempregado” (MARTINS, 2014, p. 216).

outras palavras, levando a massa de trabalhadores a ser jogada a sorte do mundo do trabalho.

Quando virtualmente todas as regras relativas ao jogo de promoções e demissões foram esgotadas ou tendem a ser alteradas antes que o jogo termine, há poucas chances que a lealdade e o compromisso mútuos brotem e se enraízem. Ao contrário dos tempos de dependência mútua de longo prazo, não há quase estímulo para um interesse agudo, sério e crítico por conhecer os empreendimentos comuns e os arranjos a eles relacionados, que de qualquer forma seriam transitórios. O emprego parece um acampamento que se visita por alguns dias e que se pode abandonar a qualquer momento se as vantagens oferecidas não se verificarem ou se forem consideradas insatisfatórias – e não com um domicílio compartilhado onde nos inclinamos a ter trabalho e construir pacientemente regras aceitáveis de convivência (BAUMAN, 2001, p. 171).

O caso Azaleia representa para o Estado sergipano um processo que proporciona uma dependência tremenda das três pequenas cidades do interior, seja por meio do desemprego causado, como também pelo comércio local, que teve baixas nas suas vendas. A economia das cidades era praticamente dependente das fábricas que retroalimentavam todos os três municípios, principalmente Carira e Ribeirópolis. Lagarto pode ser considerada uma cidade em desenvolvimento no estado.

Os poderes locais dessas cidades agiram na tentativa de buscar os direitos trabalhistas daqueles trabalhadores que ficaram desempregados. Como relata um dos sindicalistas:

Nós [o sindicato] procuramos os prefeitos para conversarmos sobre a situação daqueles trabalhadores, eles se prontificaram a ajudar e ajudaram. Agimos em conjunto com eles, nós entrávamos em contato com os trabalhadores e eles entravam em contato com a empresa. Procurávamos colher os dados daqueles trabalhadores para entregar aos prefeitos e eles se encarregavam em cobrar as garantias deles (informação verbal)⁹⁹.

Parece-nos uma declaração no mínimo confusa, que nos faz questionar o papel de um sindicato, de uma prefeitura e dos trabalhadores em geral. No caso da Azaleia em Sergipe, a relação não só do fechamento da fábrica, mas também da sua chegada, como já vimos antes, é de extrema colaboração entre as partes, com raríssimas exceções, como no caso em que o sindicato fez sérias denúncias referentes às formas de trabalho exercidas no interior das fábricas.

⁹⁹ Vagner.

Na versão dos representantes da Azaleia, o principal motivo para o fechamento das fábricas foi por conta da concorrência com o mercado chinês, afirma um dos gestores da Azaleia que o “processo de reestruturação iniciado há dois anos ainda não deu os resultados esperados para que a companhia pudesse enfrentar a realidade competitiva do mercado e bater de frente com o produto chinês”¹⁰⁰.

A mundialização do capital dialeticamente parece desmistificar essa afirmação. Dentro do sistema de mercadorias, a relação entre os capitais se tornam cada dia mais estreitas (CHESNAIS, 1996). Se por um lado, parece que realmente a disputa com o mercado chinês seria desleal para as empresas nacionais devido à forma como a extração da mais-valia absoluta é retirada nesse país – muitas das vezes usando-se de trabalho semiescravo; por outro lado, a produção de calçados no interior sergipano pela Azaleia, como já vimos, barateou não só a força de trabalho, mas também os custos dessa produção, com subsídios do estado, por exemplo, as instalações das fábricas.

Embora os processos sejam aparentemente diferentes, na sua essência tanto o mercado chinês quanto o mercado de calçados da Azaleia buscaram a todo custo a rendição do trabalho. Seja com salários baixos, seja com formas arcaicas da exploração da força de trabalho.

O mais interessante na afirmação da Azaleia sobre a competição com a China é que, no mesmo período em que as fábricas instaladas em Sergipe estavam sendo fechada, a empresa se dirigia para a Índia, país onde o capital chinês tem um dos maiores investimentos¹⁰¹. Ou seja, atraídos pela força de trabalho ainda mais precarizada do que a encontrada no interior de Sergipe, a mobilidade de capital da empresa se intensifica.

O problema não era só a disputa com o mercado chinês, mas também a forma como se dava essa disputa. Se foi possível competir com a china utilizando os mesmos mecanismos, então se acelera ainda mais o processo de mobilidade de capital.

Ainda sobre o fechamento das unidades fabris, o posicionamento do então governador de Sergipe, Jackson Barreto, foi ainda um tanto quanto provocadora para entendermos o atual estado em que se encontra o capitalismo. Afirmou o “representante do povo”:

¹⁰⁰ Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: www.estadao.com.br/. Acessado em 28/10/2014.

¹⁰¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/06/vulcabras-comeca-transferir-para-india-parte-da-producao-de-tenis.html>. Acessado em 20/07/2014.

Tudo o que o Estado pôde fazer, ele fez. Não faltou aparato do Governo. Porém isso é resultado de uma crise que ultrapassa as fronteiras do Brasil. É a competitividade asiática e lamentavelmente as fábricas fecham, causando desemprego. A estratégia do Governo agora é atrair novos investimentos, novas empresas, aproveitar os espaços e colocar novas empresas que estão procurando o Governo do Estado e dar uma resposta a sociedade. O que não pode é o Governo do Estado assumir as responsabilidades de uma empresa que é da iniciativa privada. O Estado fez a sua parte, mas o Estado tem limite (informação verbal)¹⁰².

Interessante notarmos esses posicionamentos de cada sujeito e instituições sobre um mesmo caso. Porém, a nosso ver, o posicionamento do estado nos diz mais sobre a crise estrutural do capitalismo do que quaisquer outras declarações expostas até agora. Vejamos uma forte ironia das palavras de Bauman, que expressa um pouco do que aconteceu entre a Azaleia e o governo do Estado de Sergipe:

A ameaça (mesmo quando não expressa e meramente adivinhada) de cortar os laços locais e mudar-se para outro lugar é uma coisa que qualquer governo responsável, em benefício próprio e no de seus concidadãos, deve tratar com a maior seriedade, tentando subordinar suas políticas ao propósito supremo de evitar a ameaça do desinvestimento (BAUMAN, 2001, p. 172).

O valor social do Estado pode ser classificado enquanto fomentador de políticas voltadas para atender os trabalhadores. Desde o início deste estudo estamos mostrando como o Estado se comporta numa relação favorável as iniciativas privadas procurando com isso atender as necessidades públicas dos trabalhadores. Esse é o discurso estatal desde a implantação das unidades fabris nos interiores de Sergipe. Os incentivos fiscais seriam o carro-chefe dessa empreitada, ou seja, o dinheiro público seria utilizado para atender aos interesses públicos.

No entanto, a política de incentivos fiscais otimizou ainda mais os mecanismos de exploração por meio de uma retórica vazia, que se mostra mais claramente com a saída de capital da Azaleia dessas cidades. “Industrializou” as regiões gerando emprego e crescimento nessas cidades, e ao mesmo tempo se mostrou incapaz de agir até mesmo como agente conciliatório. Se outrora, o Estado conseguiu ser agente, parece que essa função se esgota a partir do momento em que o capital não tem mais interesse em jogar o jogo.

¹⁰² Disponível em: <http://revistarever.com/2015/01/09/a-atual-crise-do-capitalismo-e-seus-efeitos-em-sergipe-o-caso-da-vulcabrasazaleia/#>. Acessado em 20/02/2015.

Ou seja, a função “social” do Estado parece ser sempre voltada a atender as necessidades do capital, pois é a partir dessa possibilidade que se pode fazer crescer uma região. Nesse sentido, o Estado continuaria a atender os interesses privados por meio da retórica do atendimento dos setores menos favorecidos.

A política hoje se tornou um cabo-de-guerra entre a velocidade com que o capital pode se mover e as capacidades cada vez mais lentas dos poderes locais, e são as instituições locais que com mais frequência se lançam numa batalha que não podem vencer. Um governo dedicado ao bem-estar de seus cidadãos tem pouca escolha além de implorar e adular; e não pode forçar o capital a vir e, uma vez dentro, a construir arranha-céus para seus escritórios em vez de ficar em quartos de hotel alugados por dia (BAUMAN, 2001, p. 172).

Entretanto, insistimos em dizer que as instituições locais estão pouco interessadas em vencer a disputa. Trata-se de acordos de interesses que não têm como essência o bem-estar dos seus concidadãos, mas como e através de que é possível mobilizar o capital para a região, como forma de barganhar ainda mais os cofres públicos.

Voltemos então às consequências da mobilidade de capital, realçando que dialeticamente pode gerar a tão esperada “empregabilidade”, mas também, o desespero do desemprego. Nas palavras de Bauman, o desemprego não deveria ser mais visto como *conditio sine qua non*, pois,

No mundo do desemprego estrutural ninguém pode se sentir verdadeiramente seguro. Empregos seguros em empresas seguras parecem parte da nostalgia dos avós; nem há muitas habilidades e experiências que, uma vez adquiridas, garantam que o emprego será oferecido e, uma vez oferecido, será durável (BAUMAN, 2001, p. 185).

Passados pouco mais de seis meses do fechamento das fábricas, o relato abaixo de um dos antigos trabalhadores da Azaleia, que viveu praticamente durante quase seis anos nas instalações da cidade de Carira, parece ser esclarecedor no que tange à perda do emprego decorrente dos processos de mobilidade de capital – movimento comum no século XXI:

Tenho uma sensação de que em breve as coisas irão mudar. Se hoje estou aqui sem um emprego garantido, acho que será passageiro, em breve as coisas aparecerão. Antes da chegada da fábrica eu não tinha muitas expectativas, mas ela veio e eu vi que era possível ter um emprego fixo.

Mesmo agora quando ela já se foi, eu sei que em breve alguma outra coisa vai aparecer, eu tenho fé em Deus que aparecerá logo (informação verbal)¹⁰³.

A sensação das coisas mudarem remete ao passado modificado apresentando esperanças outrora inimagináveis. O capitalismo ao adentrar em áreas pouco exploradas pelo seu metabolismo deixa a marca do que é e de como pode ser moldado à subjetividade de uma nascente classe trabalhadora.

Procurando a esperança por dias melhores, esses trabalhadores assinam um atestado de que, por exemplo, a atitude dos gestores públicos em busca de novas empresas para região é o caminho mais acertado e sem o qual as suas existências parecem não ter sentido.

Sem o essencial para as suas vidas, o trabalho, esses seres sociais estão sem a posse daquele que é sem dúvida a principal “coisa” que lhes permite o acesso aos bens sociais necessários: o dinheiro. Essa “coisa”, no capitalismo, assume propriedades humanas, possui a qualidade humana por excelência (ser sociável); os sujeitos, por sua vez, se coisificam, isto é, existem como seres sociais somente por meio de uma coisa (o dinheiro) (LUKÁCS, 2003).

Assim, a situação com que a maioria dos moradores dessas pequenas cidades começa a passar é de extrema necessidade básica. Muitos deles, principalmente aqueles que se desfizeram das suas pequenas “propriedades” de terras, tiveram que se reinventarem para sobreviver à perda do emprego. O relato de um dos ex-trabalhadores da fábrica é ilustrador:

Para poder ganhar dinheiro eu tive que fingir que sabia até construir casas, me tornei auxiliar de pedreiro do dia para a noite, pois a vida não estava nada fácil, tinha que fazer alguma coisa para sobreviver e principalmente para alimentar a minha família. Espero que um dia as coisas venham a mudar. Eu não ganhava muito na fábrica, mas era apesar de tudo um salário no final do mês. Hoje minha vida voltar a ser incerta (informação verbal)¹⁰⁴.

Portanto, esses sujeitos que ficam fora e renegados do atual estágio do modo de produção de mercadorias são cada vez mais jogados para estágios de extrema precarização, quando não, até mesmo de pauperismo: procuram no mercado informal e temporário formas de sobrevivência e sociabilidades.

¹⁰³ João, 36 anos.

¹⁰⁴ Silvano.

Nesse sentido, o desemprego é estrutural porque ele atinge todos os níveis da condição humana, solapa os aspectos subjetivos e ramifica nas tessituras da objetividade da vida uma clara necessidade de que sem a principal fonte de todos os valores no capitalismo – o dinheiro – não é possível uma sociabilidade nos cotidianos de cada Ser.

Não obstante, o fechamento crescente de fábricas é decorrente de uma crise maior que vem ocorrendo dentro do sistema sociometabólico do capital, gerando consequências seríssimas para aqueles que só possuem como mercadoria a sua força de trabalho. O desemprego estrutural é uma das principais consequências dessa crise do capital.

No entanto, essa crise do capitalismo não significa falências múltiplas das empresas, tanto que na contramão da narrativa da própria empresa – de que ela estaria em crise profunda de difícil saída –, em novembro do mesmo ano em que as fábricas foram fechadas, a Azaleia teve um lucro líquido de R\$ 3,1 milhões¹⁰⁵. Portanto, os elementos são alarmantes: fechamento de indústrias, demissões em massa e, ao mesmo tempo, retomada dos lucros.

O que o caso Azaleia representa nesse cenário é que, apesar de ter se tornado lugar comum – que é a própria concretude do real que leva a essas afirmações –, o elo mais fraco dessa crise continua sendo a classe trabalhadora: ela que tem que enfrentar com as poucas forças que ainda possuem esse universo de incerteza que se apresenta em todas as partes do mundo.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3775340/apos-13-trimestres-de-prejuizo-vulcabras-tem-lucro-de-r-31-milhoes>. Acessado em 22/12/2014.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O instante da conclusão é um tanto improvável. Pois, a partir do momento em que nos sentimos ainda mais confiantes em renovar as nossas antigas hipóteses e pensar em investigações mais futuras, eis que somos forçados a reinventar antigas convicções dos nossos achados.

Avançar é sempre seguir nos questionando sobre o que pouco encontramos, buscando sempre o núcleo racional das objetivações que insistem em ficar nas mesmas aparências.

Este trabalho percorreu nesta trilha: procurando analisar o núcleo racional das objetivações do mundo do trabalho, tendo como expectativa responder qual a relação que proporcionou a mobilidade de capital da indústria de calçados Vulcabras/Azaleia, analisando a forma como adentrou em Sergipe e os motivos que causaram o fechamento das suas fábricas.

Para isso fez-se necessário uma releitura da sociologia do trabalho e de alguns autores que abordam as metamorfoses que as relações de produção vêm sofrendo ao longo dos anos, procurando assim contextualizar os fatos ocorridos num dos menores Estados da federação brasileira – Sergipe – e quais possíveis relações poderia existir com a totalidade das objetivações do mundo fabril.

Com esse intuito, não sem por uma causa, resolvemos ressaltar que a categoria *Trabalho* ainda continua sendo uma importante chave analítica na interpretação das sociedades do século XXI. E essa causa, a nosso ver, poderia ser resumidamente representada no fato de que as explicações sobre um fenômeno, principalmente o objeto estudado, necessitam passar pelos fundamentos ontológicos que os regem. Esse fundamento continua sendo o fundamento que cria riquezas e ao mesmo tempo constrói misérias espalhadas por todas as partes. Se a afirmativa parece forte e de caráter apenas político, então teremos que rejeitar a realidade que se apresentou por meio do nosso estudo: as falas dos próprios sujeitos, as formas de obtenção de uma sociabilidade desses sujeitos.

Porém, esses fundamentos ontológicos sofreram alterações na sua aparência ao longo do tempo. Nesse sentido, enfatizamos que os processos de produção não são historicamente determinados. O fordismo é uma peça de museu de difícil acesso, e a nova forma de acumulação – “flexível” ou Toyotista – estaria isenta do processo

anterior. Ficou-nos claro, não só a partir dos estudos teóricos sobre essa temática, mas principalmente por meio da empiria que observamos, que os dois processos formam um par dialético que às vezes se entrecruzam em favos de uma maior lucratividade das indústrias.

Longe de abandonar métodos antigos em prol das novidades, a Azaleia desenvolveu e ampliou as conexões entre as formas mais favoráveis para a extração de mais-valor.

Não por menos, que a indústria de calçados da Azaleia, demonstra a incontrolabilidade do capital. Ou seja, se a extração de mais-valor se torna mais favorável em outros ambientes geográficos, é necessário então partir para essas localidades, aviltando-se, assim, uma incontrolabilidade em todas as esferas. Essa mobilidade industrial gera “guerras fiscais” entre Estados para as instalações dessas indústrias, tornando o Estado refém das considerações do capital e proletarizando massas humanas que não estavam adaptadas às dinâmicas internas do capital. Essa incontrolabilidade parte do próprio coração das indústrias, pois o seu processo de acumulação desenfreada, muitas vezes traz consequências impensáveis, como a própria superprodução.

Foi também preocupação deste estudo buscar as origens da produção de calçados no Brasil e demonstrar como a produção se desenvolveu ao longo do tempo. A compreensão de como as transformações ocorridas na produção ao longo da história desse ramo industrial possibilitou a análise do processo produtivo em sua diversidade.

Acompanhar esse processo histórico das indústrias calçadista nos levou a encontrar um dos núcleos centrais para o desenvolvimento econômico desse setor – a mobilidade do seu capital. Como e porque essa mobilidade acelerou, por exemplo, o crescimento de uma das maiores empresas desse ramo, a Azaleia.

A mobilidade de capital da indústria de calçados Azaleia é a cima de tudo a expressão dos novos tempos do capitalismo. Se outrora, as regiões ditas mais desenvolvidas buscavam espaços onde a produção poderia ser mais lucrativa devido ao baixo preço da mão de obra e também da ajuda estatal dos países menos desenvolvidos – basta pensarmos na migração de grandes indústrias europeias e estadunidense para a América latina – hoje, está cada dia mais recorrente, que mesmo dentro do Estado-nação como o Brasil, essas indústrias procurem também se mover conforme as

atratividades de cada região – não esqueçamos que o Brasil tem proporções continentais, o que torna essa mobilidade ainda mais oportuna.

Os trabalhadores de calçados da Azaleia, aqueles que denominamos aqui de ladrilhadores, tiveram a suas oportunidades garantidas pelo sistema, puderam adentrar no meio do jogo, porém, as regras, que há muito já estão estabelecidas, não foram dadas sem pormenores.

Em sua grande maioria, eles abandonaram as incertezas da vida no campo, como fica evidente na maioria das falas dos nossos entrevistados, para viverem o sonho da estabilidade, das horas certas de comprimento de tarefas, algo que não vazia parte dos seus cotidianos.

O momento preponderante da então falácia – “tomada de escolha”, é, sem dúvida a expressão mais forte em que os trabalhadores correspondem o elo mais fraco dos processos de mobilidade. Se a escolha pelo novo, que se apresenta como atrativo, pode levar ao desenvolvimento de possibilidades econômicas até então não realizáveis, como o caso da relação salarial, esse mesmo novo também pode fazer surgir, sem muitos avisos prévios, outras novas possibilidades – o desemprego.

Sabemos que o capitalismo necessita dessa massa “ociosa”, que vive a procura do que será possível ser feito. É dessa massa de desempregados que será possível, mais à frente, extrair a mais-valia absoluta, sem ter a necessidade de procurarem meios menos agressivos para a lucratividade das empresas, já que essas massas estão dispostas a mais uma vez “escolherem” o seu destino.

Enquanto o momento da “escolha” não chega, esses trabalhadores expulsos dos seus postos de trabalho engrossam ainda mais as fileiras do trabalho informal, sendo que esse já se encontra em patamares enormes, o que poderá a levar um dia todo esse contingente há um colapso, não havendo mais vagas nem mesmo para esse tipo de atividade.

A saída dessas três fábricas da Vulcabrás/Azaleia em Sergipe denota também o sinal de uma crise bem mais ampla, com efeitos de barbárie visíveis para aqueles que foram expulsos do processo produtivo.

Essa crise, que denominamos de crise estrutural, pôde ser sentida nas nossas pesquisas, em vários momentos, tendo como cerne central sempre a tríade Capital/Estado/Trabalho, que forma o que Mészáros chama de sistema sociometabólico do capital. Um dos momentos que se evidencia é a tomada de posição do Estado para a

entrada de capitais no interior de Sergipe com os incentivos fiscais, que representam a forma mais subserviente da relação com o Capital – deixando-o à vontade para usufruir do espaço concedido, muitas vezes sem necessidade de preocupação para a contratação da mão de obra, que em determinados casos é função do próprio Estado, que se utilizava de cooperativas.

Outra propagação dessa crise é sem dúvida a falta de combatividade dos sindicatos. Cada vez mais atrelados aos poderes públicos, ou cada vez mais despreparados com as demandas da classe trabalhadora. Com o sindicalismo enfraquecido, as demandas da classe trabalhadora perdem terrenos importantes, há a manutenção da sua própria exploração, ou seja, os empregos não são mais mantidos.

E por fim, na sua expressão mais que atenuante, o desemprego estrutural representa o crescente o contingente de massas humanas que entram nesse estado de coisas.

Não poderia finalizar este estudo sem considerar o papel de uma histórica esquerda, que vem perdendo espaço de atuação nesses polos. Isso se deve em parte ao fenômeno eleitoral do Partido dos Trabalhadores. A sua vitória e seu posto no governo federal há mais de dez anos sem dúvidas mostra a excelência com que esse partido tentou conciliar o interesse inconciliável entre patrões e funcionários.

No Brasil, esse pacto conciliatório acarretou ainda mais as proporções dessa nova fase que o capitalismo atravessa e desmobiliza a classe trabalhadora e os seus aparatos de lutas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA

ALMEIDA, D. G. Indústria e reestruturação socioespacial: a inserção de Sobral (CE) na divisão social da produção calçadista. Dissertação de mestrado. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2009.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal.

ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Lukács no século XXI. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O Caracol e sua concha. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Rui. Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual (org.). São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. Revista econômica do Nordeste. V. 20, n. 2, p. 144-161, abr-jun. Fortaleza: BNB, 1999.

ARAÚJO, Iara Maria; BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; LIMA, Jacob Carlos. Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. 62, p. 367-384, Maio/Ago. 2011.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AZEVEDO, P.; TONETO JÚNIOR, R. Relocalização do emprego industrial no Brasil na década de 90. Pesq. Plan. Econ., Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 153-186, abr. 2001.

BARRETO, Dilson Menezes. A construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE (1964-1982). Aracaju: EDISE, 2013.

BARRETO, Fábio de Jesus. As engrenagens do capital no território do agreste central sergipano: o canto da seria da odisseia do trabalho no novo eixo industrial calçadista. Dissertação apresentada ao núcleo de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. Os desafios do método de investigação: o trabalho de campo. In: _____. *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2009. P. 301-312.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Por uma etnografia sociológica. In: *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 191-204.
- BOTELHO, Cristiane Montalvão Guedes. Flexibilização do trabalho em Sergipe: Dos bastidores à frente dos calçados – um estudo sobre os trabalhadores domiciliares em Itaporanga D’Ajuda (SE). Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2003.
- BRAGA, Ruy. A restauração do capital – um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997.
- _____. A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BUARQUE, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CARVALHO, Ruy de Quadros. Tecnologia e trabalho industrial – as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística. Porto Alegre: LPM, 1987.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTRO, I. S. B; MOREIRA, C. A. L;. Reestruturação da indústria de calçados na região Nordeste nas décadas 1990/2000. Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 40, n. 04, out-dez, 2009.
- CHASIN, José. *MARX: Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

- COSTA, A. B. Organização industrial e competitividade da indústria de calçados brasileira. *Análise econômica*. Porto Alegre. Ano 20, n. 38, setembro 2002.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. Distribuição espacial da indústria de calçados no Brasil no século XX. 1999. Dissertação (Mestrado)–Departamento de Economia, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.
- DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá. Condições de trabalho no limiar do século XXI. Brasília: Época, 2008.
- DANTAS, Ibarê, História de Sergipe república (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004.
- DIAS, Edmundo Fernando. Capital e trabalho: a nova dominação. Brasília: Vv.Aa, 1996.
- DINIZ, C. C. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Brasília: Ipea, jun. 1995.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2008.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- FURTADO, Celso. A nova dependência. Dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- GARCIA, R. C. Uma análise dos processos recentes de desconcentração regional nas indústrias têxtil e de calçados e a importância dos sistemas locais de produção. *Revista econômica do Nordeste*, Fortaleza, V. 41, n. 01, Jan-Mar, 2010.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Um sonho de classe: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta. São Paulo: Hucitec, 1998.
- GORZ, André. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. São Paulo: Hedra, 2010.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? São Paulo: Boitempo, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

IASI, Mauro. As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JÚNIOR, Edilson Pereira. Território e a expansão da produção industrial calçadista no ceará. Fortaleza: Volume 15 – Número 21– Jan/Jun 2013 – pp. 35-52.

KURZ, Robert. O Colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LESSA, Sergio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Jacob Carlos. As artimanhas da flexibilização: O trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira margem, 2002.

_____. Paradoxos do trabalho associado. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 21, n. 1, p. 113-132, São Paulo, jun. 2009.

_____. Desconcentração industrial e precarização do trabalho: cooperativas de produção do vestuário no Brasil. Comunicação apresentada na session LAB02 for the Latin American Studies Association, XXI International Congress, Chicago, september, 1998. Pesquisa realizada pela Universidade Federal da Paraíba com apoio da FINEP e CNPq.

LOAYZA, Ana Cecília Vasconcelos. Fatores determinantes do deslocamento de setores intensivos em mão de obra para o Nordeste. O caso das grandes empresas calçadistas brasileiras a partir dos anos de 1990. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara. Araraquara, 2011.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Estrutura Agrária e Produção de Alimentos em Sergipe. Cadernos de Extensão – Série Estudos Rurais, n.1, Aracaju, 1995.

LOPES, Juares Rubens Brandão. “Reestruturação produtiva, mercado de trabalho e condição de vida”, educação e sociedade, ano XIV. SÃO PAULO: Cedes, 1993.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos: para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

LUKÁCS, Georg. “Conversando com Lukács”. In: KOFLER, Leo(Org.). *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

_____. A ontologia em Marx: questões metodológicas preliminares. In: NETO, José Paulo (Org.) *Lukács*. 2^a. edição. São Paulo, Ática, 1992. p. 87-106 (Coleção grandes cientistas sociais).

_____. “*As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*”. In: ALVES, Giovanni. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

_____. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, T. B. P. Análise da competitividade de custos da indústria brasileira de calçados esportivos: estudo de caso de uma empresa multinacional atuando no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de São Paulo – FGV, São Paulo: 2007.

MARTINS, José de Souza Martins. A aparição do demônio na fábrica. Origens do Eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: editora 34, 2008.

_____. Uma sociologia da vida cotidiana. Ensaio na perspectiva de Florestan Fernandes, Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1, tomo 1.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. A miséria da filosofia. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Elmer Nascimento. Política de desenvolvimento regional, guerra fiscal e as mudanças na estrutura industrial no Estado de Sergipe: em busca de um novo paradigma. Projeto de Pesquisa, Aracaju, setembro de 2001.

MATOS, Paulo Rege Santos. A implantação da Vulcabrás Azaleia em Frei Paulo: impactos no desenvolvimento local. Dissertação apresentada no Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012.

- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MILLS, Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MOREIRA, C. A. L. Reestruturação produtiva da indústria de calçados cearense e técnicas poupadoras de mão de obra. BNB conjuntura econômica, Fortaleza, n. 9, abr-jun. 2006.
- NAVARRO, Vera Lúcia. Trabalho e trabalhadores de calçados. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989, V. 1.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares. Mészáros e a incontrolabilidade do capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- PEREIRA, J. M. D. Um modelo teórico para explicar a transferência de capital entre regiões desigualmente desenvolvidas aplicado ao caso das indústrias de calçados. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 923-948, 2002.
- PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- PINTO, Ádila. M. B.; CASTRO, Inez Silvia Batista. O setor calçadista nordestino. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.
- POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RANIERI, Jesus. *Trabalho e Dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

SABOIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. Belo Horizonte: Nova economia, V. 11, n. 2, dez. 2011.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social (org.). São Paulo: Boitempo, 2012.

SERGIPE (Estado). Secretaria de planejamento tecnológico do estado de Sergipe (SEPLANTEC). Anuário estatístico de Sergipe. Aracaju, 2000.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SPÍNOLA, Vera. Indústria de calçados: características, evolução recente e perspectivas para o segmento baiano. Salvador: Revista Desenharia nº 8 / mar. 2008.

SOUZA, Jesse. Em defesa da sociologia: O economicismo e a invisibilidade das classes sociais. In: Revista brasileira de sociologia. Sergipe: SBS, Vol. 1, n.1 (jan./jul), 2013.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

TRAGTENBERG, Maurício. A falência da política. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. Após o liberalismo: Em busca da reestruturação do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZIZEK, Slavoj. Primeiro como tragédia, depois como farsa. São Paulo: Boitempo, 2011.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,vulcabras-compra-fabrica-na-india,63168e>.

<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/998/noticias/assim-fica-dificil-competir>.

<http://www.genteemercado.com.br/>.

<http://www.desenvolvimento.gov.br>.

www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/.

<http://sergipeemfoco.com.br/noticia.php?sa=&cod=13192&>.

www.vitoriaadaconquistanoticias.com.br.

<http://www.abicalçados.com.br>.

<http://www.vulcabrasazaleia.com.br/institucional/#> .

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2001/Ra01.PDF.

<http://www.sudoestehoje.com.br>.

<http://www.mdic.gov.br>.

<http://exame.abril.com.br>.

<http://www.pimenta.blog.br/tag/azaleia/>.

http://www.abicalcados.com.br/noticias_bindustria-de-calcados-agora-aposta-em.

<http://www.valor.com.br/arquivo/170133/vulcabras-adia-oferta-primaria-de-acoes-por-30-dias>.

<http://dimensaojornal.com.br/a-adversidade-do-setor-calcadista/>.

<http://www.valor.com.br/arquivo/783389/curtas>.

<http://infonet.com.br/noticias/> .

<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>.

<http://infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=7927&titulo=modaebeleza>.

<http://infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=7927&titulo=modaebeleza>.

www.agenciaestado.com.br.

<http://www.codise.se.gov.br/36-setores-economicos/41-calcados-e-produtos-de-couro>.

<http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=140696>.

<http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=83440&titulo=economia>.

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2010/relatorio_anual2010.pdf.

<http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=102891>.

<http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=101454&titulo=noticias#>.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000012774304172013432330149857.pdf>.

<http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=140696>.

<http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=140696>.

www.estadao.com.br/.

<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/06/vulcabras-comeca-transferir-para-india-parte-da-producao-de-tenis.html>.

<http://revistarever.com/2015/01/09/a-atual-crise-do-capitalismo-e-seus-efeitos-em-sergipe-o-caso-da-vulcabrasazaleia/#>.

<http://www.valor.com.br/empresas/3775340/apos-13-trimestres-de-prejuizo-vulcabras-tem-lucro-de-r-31-milhoes>.

<http://www.valor.com.br/empresas/3775340/apos-13-trimestres-de-prejuizo-vulcabras-tem-lucro-de-r-31-milhoes>.

<https://jlcoreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>